

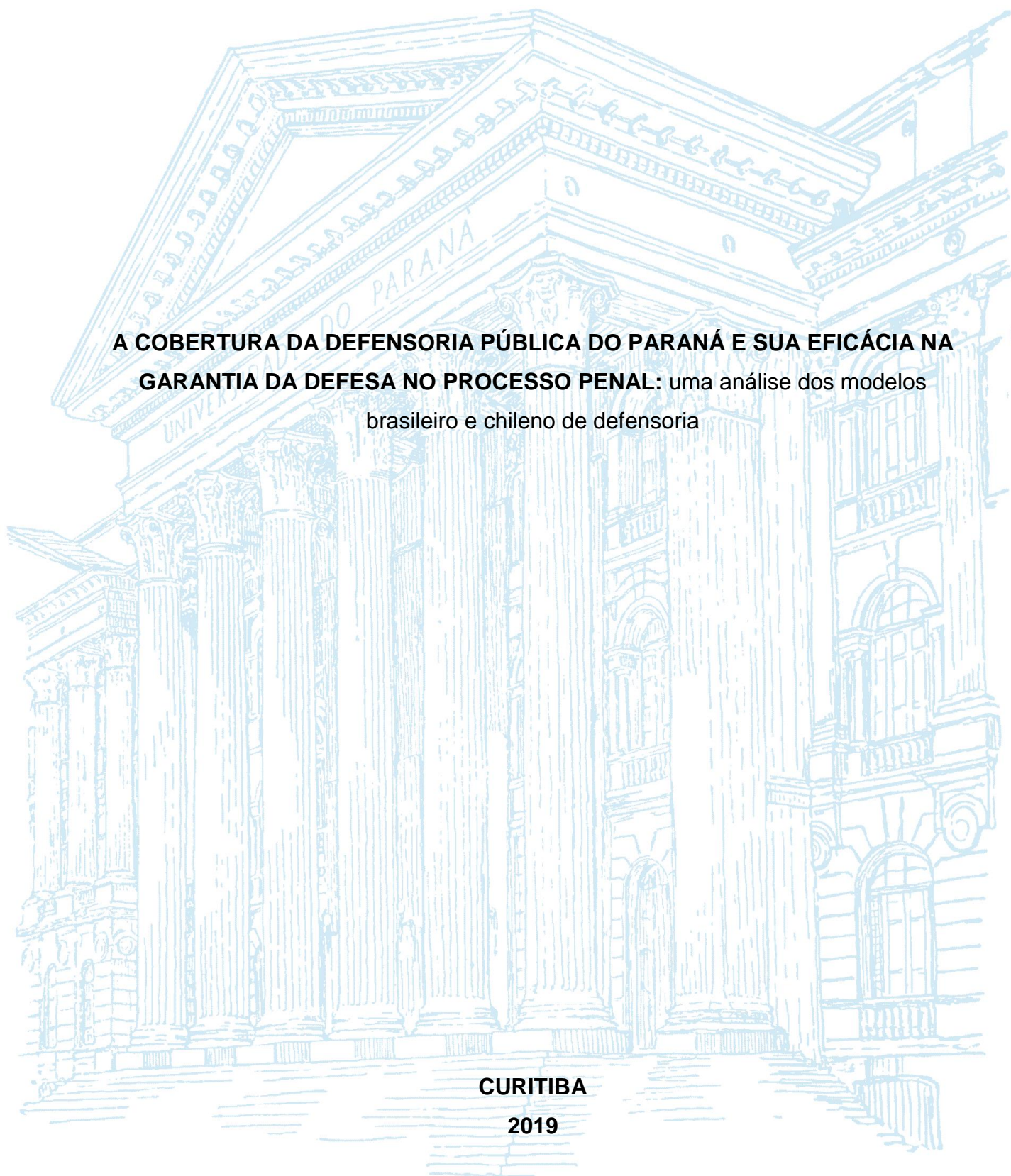
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUSTAVO ZAMARIANO FANAIA TEIXEIRA

**A COBERTURA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ E SUA EFICÁCIA NA
GARANTIA DA DEFESA NO PROCESSO PENAL: uma análise dos modelos
brasileiro e chileno de defensoria**

CURITIBA

2019



GUSTAVO ZAMARIANO FANAIA TEIXEIRA

**A COBERTURA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ E SUA EFICÁCIA NA
GARANTIA DA DEFESA NO PROCESSO PENAL: uma análise dos modelos
brasileiro e chileno de defensoria**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Nunes da Silveira.

**CURITIBA
2019**

TERMO DE APROVAÇÃO

GUSTAVO ZAMARIANO FANAIA TEIXEIRA

**A COBERTURA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ E
SUA EFICÁCIA NA GARANTIA DA DEFESA NO PROCESSO
PENAL: uma análise dos modelos brasileiro e chileno de defensoria**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

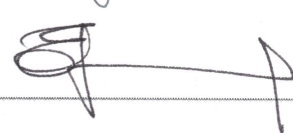


MARCO AURÉLIO NUNES DA SILVEIRA
Orientador

Coorientador



ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO
Primeiro Membro



ÉRICA DE OLIVEIRA HARTMANN
Segundo Membro

Dedico este trabalho às maiores fontes de inspiração da minha vida, minha mãe, Neuma, por sempre servir de exemplo como professora universitária, pesquisadora e, acima de tudo, como pessoa justa e apaixonada por sua família e sua profissão, e meu pai, Paulo, por ser exemplo de bondade e amor à arte de ser professor e por possuir um dos maiores corações do mundo. Dedico tudo a vocês, que me encorajaram a sair de Cuiabá para conhecer o mundo e sempre me apoiaram em tudo. Amo vocês.

Não posso deixar também de dedicar esse estudo à Defensoria Pública, que serviu de inspiração, onde me encontrei dentro do Direito e me apaixonei pela busca por uma assessoria jurídica ampla e democrática à população carente do país.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero tecer agradecimentos ao meu professor e orientador Dr. Marco Aurélio Nunes da Silveira, pela contribuição ao Direito Processual Penal e também ao presente trabalho em específico, pelas lições e críticas sempre construtivas. Estendo sua contribuição à toda a minha formação como aluno nesses dois anos da disciplina de Processo Penal.

Direciono também minhas gratulações aos meus professores e colegas de Universidade, aos colegas de sala e principalmente aos demais orientandos com quem tive imenso diálogo nos últimos meses, grupo este que sempre se ajudou e com quem dividi angústias e dificuldades.

À Clínica de Acesso à Justiça e Educação nas Prisões, a CAJEP, grupo de extensão que realiza um trabalho fantástico. Aos seus membros componentes, hoje amigos pessoais. Sem dúvidas um dos ambientes no qual mais pude me desenvolver nos últimos 3 anos, contribuindo de alguma forma para a melhoria do acesso à justiça e dividindo experiências com pessoas excelentes.

À minha querida e essencial Bateria Os Federais, provavelmente a instituição mais importante para mim ao longo desses 5 anos de graduação, fundamental para que eu tenha me mantido na faculdade. Pelas amizades lá construídas, pelos desafios (em todos os sentidos), momentos de alegria e estresse e pela oportunidade dada a mim de ser mestre durante um ano, um desafio pessoal que muito me fez crescer e alimentar ainda mais meu amor pela música, pelo samba e pelo grupo.

Como não poderia ser diferente, agradeço à Defensoria Pública do Estado do Paraná como instituição, bem como nas pessoas dos Defensores Públicos Natália Marcondes Stephane, Thiago Magalhães Machado e André Ribeiro Giamberardino, aos quais devo muito por terem me mostrado o amor pela profissão nos quase 2 anos de estágio na Defensoria e contribuído, direta ou indiretamente, para a escolha do tema e pelo desenvolvimento desse trabalho.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer imensamente à pessoa com quem mais dividi as dificuldades do último ano de graduação, que acreditou em mim e não me deixou desistir, meu amor, minha companheira Cassi. Meu amor, obrigado pelo apoio despendido durante todo esse ano e por dividir comigo a paixão pela Defensoria Pública e por tudo que ela representa.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o modelo de assessoria jurídica adotado pelo Brasil através da instituição da Defensoria Pública, a partir do estudo completo de seu surgimento, seus fundamentos, da sua organização em todo o país e de forma regional sobretudo da atuação da Defensoria Pública do Paraná, no que tange principalmente a sua esfera criminal. Ao mesmo tempo, estuda-se o modelo implementado pelo Chile de assessoria jurídica em âmbito criminal, compreendido pela *Defensoría Penal Pública* (DPP). Outrossim, ao longo do trabalho busca-se traçar paralelos entre as duas realidades, desde os modelos adotados e a eficiência de cada um dos mesmos. Destarte, analisa-se tanto o histórico do surgimento da figura da instituição em questão, quanto sua organização em cada um dos países, comparando o número de Defensores ativos, a abrangência da assistência e demais dados voltados à organização e ao funcionamento. O problema, portanto, se firma na verificação de um ideal modelo a ser aplicado no caso brasileiro, buscando descobrir se há efetividade no modelo atual ou se mostra-se necessário uma aproximação ao sistema do vizinho latino, bem como se haveria compatibilidade da estrutura de Defensoria chilena com a previsão constitucional brasileira sobre o tema.

Palavras-chave: Acesso à Justiça. Assessoria Jurídica. Chile. Cobertura. Defensoria Chilena. Defensoria Criminal. Defensoria Penal Pública. Defensoria Pública. Defensoria Pública do Paraná. Déficit Defensoria. Justiça Criminal. Modelo Chileno de Defensoria. Modelos Defensoria.

ABSTRACT

The present work proposes to analyze the model of legal advice adopted by Brazil through the institution of the Public Defender's Office, based on the complete study of its emergence, its foundations, its organization throughout the country and regionally above all the performance of the Public Defender's Office of Paraná, as far as its criminal sphere is concerned. At the same time, we study the model implemented by Chile of legal advice in criminal matters, understood by the Public Criminal Defense (DPP). Moreover, throughout the work we seek to draw parallels between the two realities, from the adopted models and the efficiency of each one of them. Thus, we analyze both the history of the emergence of the figure of the institution in question, as well as its organization in each of the countries, comparing the number of active Defenders, the scope of assistance and other data related to the organization and operation. The problem, therefore, is based on the verification of an ideal model to be applied in the Brazilian case, seeking to find out if there is effectiveness in the current model or if an approximation to the Latin neighbor system is necessary, as well as if there would be compatibility of the Chilean defense with the Brazilian constitutional provision on the subject.

Keywords: Access to justice. Chile. Chilean Defender Model. Coverage. Criminal Defender. Criminal Defender of Chile. Criminal Justice. Defense deficit. Defensive models. Legal Advice. Public Criminal Defense. Public Defender of Paraná. Public defense.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - SLOGAN "DEFENSORIA JÁ"	27
FIGURA 2 - MAPA DAS CIDADES EM QUE HÁ ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	43
FIGURA 3 - COMARCAS DO PARANÁ POR ENTRÂNCIA E SEÇÕES JUDICIÁRIAS.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS ESTADUAIS ENTRE 2009 E 2014	35
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ANO DE INSTALAÇÃO DAS DEFENSORIAS ESTADUAIS NAS UF ...	25
TABELA 2 - QUANTIDADE DE COMARCAS ATENDIDAS PELAS DEFENSORIAS DOS ESTADOS EM RELAÇÃO ÀS COMARCAS EXISTENTES	30
TABELA 3 - UNIDADES JURISDICIONAIS ATENDIDAS EM 2014 PELAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS	31
TABELA 4 - NÚMERO DE DEFENSORES PÚBLICOS ESTADUAIS ATIVOS POR ESTADO (2014)	33
TABELA 5 - RAZÃO ENTRE POPULAÇÃO ALVO DOS ESTADOS E NÚMERO DE DEFENSORES ESTADUAIS ATIVOS	33
TABELA 6 - EXISTÊNCIA DE QUADROS DE PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS, ESTAGIÁRIOS E DE APOIO NAS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL	36
TABELA 7 - RELAÇÃO ENTRE REMUNERAÇÃO BRUTA INICIAL E FINAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS DOS ESTADOS	37
TABELA 8 - MEDIA NACIONAL DE ORÇAMENTO DAS DEFENSORIAS ESTADUAIS POR FONTE DE RENDA	38
TABELA 9 - FONTE DE RENDA DAS DEFENSORIAS DE CADA ESTADO	39
TABELA 10 - VALORES EXECUTADOS EM 2014 POR UF, EM COMPARAÇÃO À POPULAÇÃO-ALVO	40
TABELA 11 - NÚMERO DE DEFENSORES POR ÁREA NAS UNIDADES DA DEFENSORIA DO ESTADO DO PARANÁ	44
TABELA 12 - NÚMEROS DE PROFISSIONAIS DE APOIO NAS UNIDADES DA DEFENSORIA (POR COMARCA)	47
TABELA 13 - DOTAÇÃO DE PESSOAL <i>DEFENSORÍA PENAL PÚBLICA</i> (PERÍODO DE 2006 A 2015)	76

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ADCT	- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADEPAR	- Associação dos Defensores Públicos do Paraná
ADI	- Ação Direta de Inconstitucionalidade
AL	- Alagoas
ANADEP	- Associação Nacional dos Defensores Públicos
ANC	- Assembleia Nacional Constituinte
ART.	- Artigo
CPC	- Código de Processo Civil
CRFB	- Constituição da República Federativa do Brasil
DPE	- Defensoria Pública dos Estados
DPE-DF	- Defensoria Pública do Distrito Federal
DPE-PR	- Defensoria Pública do Estado do Paraná
DPE-RJ	- Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
DPP	- Defensoria Penal Pública
DPU	- Defensoria Pública da União
EC	- Emenda Constitucional
FENADEP	- Federação Nacional dos Defensores Públicos
LCE	- Lei Complementar Estadual
LDO	- Lei de Diretrizes Orçamentárias
MG	- Minas Gerais
MP	- Ministério Público
MS	- Mato Grosso do Sul
Nº	- Número
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
PAJ	- Procuradoria da Assistência Judiciária
PE	- Pernambuco
PFL	- Partido da Frente Liberal
PGE	- Procuradoria Geral do Estado
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR	- Paraná
PT	- Partido dos Trabalhadores
RJ	- Rio de Janeiro

SP	- São Paulo
UF	- Unidade da Federação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO BRASIL	2
2.1 O ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL.....	2
2.2 O HISTÓRICO DA GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL	6
2.3 OS ARRANJOS PRÉ-INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA NO BRASIL	11
2.4 A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE E OS DEBATES EM TORNO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEFENSORIA	13
2.5 O MODELO DE DEFENSORIA INSTITUCIONALIZADO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988	22
2.6 O HISTÓRICO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ	26
3 A ATUAL ESTRUTURA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS NO BRASIL.....	29
3.1 ANÁLISE DO CONTEXTO NACIONAL.....	30
3.2 O DIAGNÓSTICO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.....	41
3.2.1 Abrangência geográfica da DPE-PR e número de defensores lotados em cada unidade	42
3.2.2 Funcionários de apoio.....	46
3.2.3 Remuneração e questões orçamentárias	48
3.2.4 O Déficit paranaense	50
4 A DEFENSORÍA PENAL PÚBLICA (DPP) DO CHILE	54
4.1 A REFORMA ACUSATÓRIA DO PROCESSO PENAL CHILENO E SUA INFLUÊNCIA PARA A DEFESA	54
4.2 O MODELO DE DEFENSORIA PÓS-REFORMA	63
4.2.1 As categorias de defensores (locais e licitados)	68
4.2.2 Os padrões de atuação	73
4.3 A ESTRUTURA DA DEFENSORIA CHILENA	75
5 COMPARAÇÃO DOS DOIS MODELOS	77
5.1 OS MODELOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.....	77

5.1.1 Modelo <i>Pro Bono</i>	78
5.1.2 Sistema <i>Judicare</i>	79
5.1.3 <i>Salaried Staff Model</i>	81
5.2 O MODELO BRASILEIRO DE ASSESSORIA E SEUS FUNDAMENTOS.....	81
5.2.1 Autonomia.....	84
5.2.2 Unidade.....	87
5.2.3 Indivisibilidade.....	88
5.2.4 Independência Funcional	88
5.3 O MODELO CHILENO	89
5.4 COMPARAÇÃO REGIONAL (DPE-PR E REGIONAL METROPOLITANA NORTE-DPP).....	93
5.5 QUAL O MODELO A SE SEGUIR?	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
7 REFERÊNCIAS.....	114

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, sob o título de “A COBERTURA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ E SUA EFICÁCIA NA GARANTIA DA DEFESA NO PROCESSO PENAL: uma análise dos modelos brasileiro e chileno de defensoria”, busca analisar a atual situação da Defensoria Pública no Brasil, com recorte para a Defensoria Pública do Estado do Paraná, levando-se em consideração o modelo teórico escolhido pelo constituinte brasileiro, bem como o atual cenário estrutural da instituição em confronto com as determinações dos §§1º e 2º, do Art. 98, do ADCT. Em sequência, comparam-se os resultados com aqueles obtidos da análise do sistema de assessoria jurídica adotado pelo Chile através da *Defensoría Penal Pública* (DPP).

Primeiramente, aborda-se a temática do acesso à justiça e suas facetas principais (assessoria jurídica gratuita e gratuidade de justiça) e como elas foram garantidas ao longo da história do Brasil. Após, passa-se à análise do surgimento da Defensoria Pública e quais os seus princípios fundantes desde a inserção em sede de Assembleia Nacional Constituinte, chegando-se aos moldes legislativos atuais. Quanto ao estudo da estrutura da Defensoria no contexto nacional, utilizam-se os dados do estudo “IV Diagnóstico da Defensoria Pública” e as informações fornecidas pela própria instituição, sendo esta a principal fonte (vez que mais atualizada) principalmente no recorte paranaense.

Em um segundo momento, depois de feita uma exposição acerca da reforma processual penal chilena, passa-se ao estudo da instalação do modelo de *Defensoría Penal Pública* adotado pelo Chile, seus fundamentos e particularidades.

Por fim, em capítulo conclusivo, confrontam-se os modelos selecionados, tanto em termos de fundamentos e características, como em números. Assim, busca-se compreender se o atual de Defensoria utilizado pelo Brasil (*salaried staff model* direto em seu estado puro) se mostra apropriado ou se é possível realizar adequações e modificações à vista dos exemplos verificados no modelo misto chileno (*salaried staff model e judicare*).

2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO BRASIL

2.1 O ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Para tratar do tema da Defensoria Pública e entender o papel que a instituição desempenha no contexto de uma democracia é impossível dissociar seu surgimento do conceito de direitos fundamentais, sobretudo diante da visão daquele que é o direito fundamental mais clara e intrinsecamente ligado à Defensoria Pública, o direito de Acesso à Justiça. Para tanto, o primeiro tópico desse capítulo consistirá em exposição sobre o significado deste direito, seus fundamentos contemporâneos e, em um segundo momento, como ele passou a ser enfrentado e garantido pelas instituições estatais do Brasil, incluindo-se seus cenários pré-republicanos e democráticos. Não obstante, será feito um panorama sobre o direito de acesso à justiça e dois de seus preceitos fundamentais que guiam a atuação da Defensoria em qualquer frente, isto é, a gratuidade de justiça e a assistência jurídica gratuita.

O conceito de acesso à justiça se modificou durante a história, passando por diferentes significações, como explica ASSIS:

A expressão “acesso à justiça” traz consigo uma polissemia típica dos institutos que não devem ser definidos de forma simplória. Com efeito, até a primeira metade do século XX, seu sentido se restringia basicamente à possibilidade de simples acesso às instituições jurídicas governamentais. Já no período posterior à Segunda Grande Guerra, seu eixo passou a se concentrar nos benefícios da assistência judiciária e na busca por uma igualdade formal entre os litigantes. Apenas no fim da década de 1970, a expressão adquiriu um conceito mais abrangente, englobando a possibilidade de se acionar diversas instituições, governamentais ou não, de forma judicial ou extrajudicial, a fim de ver seus direitos assegurados.¹

Por meio do Projeto Florença, que culminou com uma de suas principais obras sobre o tema, Mauro Cappelletti concluiu quais os principais entraves para a garantia de acesso à justiça são: a) altos custos relacionados ao sistema judiciário; b) a “possibilidade das partes”, isto é, a dificuldade do reconhecimento dos próprios cidadãos de reconhecerem a existência de seus direitos, bem como seu reflexo de falta de disposição psicológica para buscar reparações de danos ao direito

¹ ASSIS, Victor Hugo Siqueira. **Defensoria Pública**: Histórico, Afirmação e Novas Perspectivas. Brasília: Revista da Defensoria Pública da União. n.12. p.1-480. pág. 188.

judicialmente; e c) problemas especiais dos interesses difusos, questionamentos envolvendo a titularidade destas demandas.²

Na obra “Princípios Institucionais da Defensoria Pública”³, Diogo Esteves e Franklyn Roger defendem que o direito fundamental de acesso à justiça deve ser garantido em duas frentes, tendo como pressuposto uma atuação negativa estatal de não impelir barreiras para o exercício do direito de ação, ao mesmo tempo em que deve agir em dimensão positiva, traduzida na imposição de que o mesmo agente estatal assegure condições igualitárias de postulação e defesa de direitos dos cidadãos perante o sistema de justiça. De modo concreto:

As barreiras econômicas que impedem ou dificultam o acesso à justiça não devem ser superadas unicamente na dimensão negativa, mediante isenção de cobrança de despesas processuais, sendo também indispensável a viabilização da paridade de armas, garantindo ao litigante pobre assistência jurídica prestada por profissional devidamente qualificado.⁴

Diante da consideração de que o acesso à justiça pertence efetivamente ao rol de direitos fundamentais, é preciso destacar que em sua estética tais direitos são subdivididos em “gerações”. Esse conceito, especificamente sob a denominação de “gerações”, tende a gerar uma ideia de sucessão e superação da anterior pela sucessora. Todavia, mesmo para os autores que utilizam o termo, as gerações de direitos fundamentais representam um caráter cumulativo, de modo a não ser de fato geracional, pois aquilo que foi surgido na anterior não deixa de estar presente com o surgimento daquela que virá. Portanto, de forma a não gerar entendimento contrário, optar-se-á pelo termo “dimensão de direitos fundamentais”.

Nesse sentido, a primeira dimensão se constitui por direitos fundamentais políticos, civis e individuais, garantidos por meio das revoluções liberais do fim do Século XVIII. Tratam-se, sintaticamente, de direitos liberais relacionados ao estabelecimento de limites ao poder do Estado a fim de garantir, consequentemente o respeito às liberdades individuais dos cidadãos. Justamente por isso, os direitos de

² CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988. pág. 15-29.

³ ESTEVES, Diogo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública** / Diogo Esteves, Franklyn Roger Alves Silva. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018. pág. 2.

⁴ Ibidem.

primeira dimensão são marcados pelo caráter negativo, garantidos por meio do asseguração de uma abstenção estatal.

A segunda dimensão de direitos fundamentais remete às revoluções industriais europeias do século XX, estando relacionados principalmente com direitos sociais, culturais e econômicos, com uma visão de que o Estado, diante das disparidades sociais e econômicas, deveria garantir tais direitos a todos de forma positiva. Portanto, se constituem por direitos garantidos de forma negativa, por prestação estatal, com vista à redução das desigualdades.

Por sua vez, a relação de direitos metaindividuais (ou transindividuais), que pretendem garantir a proteção do gênero humano, como direito fundamental à paz, meio ambiente equilibrado, autodeterminação dos povos, estaria ligado a uma terceira geração.

No que tange as demais dimensões, surgem divergências doutrinárias, com algumas classificações ligeiramente diferentes entre si. A quarta dimensão, por exemplo, é vista por BOBBIO⁵ como relacionada ao direito dos indivíduos ao seu patrimônio genético, ao passo que BONAVIDES⁶ a relaciona com o direito à democracia e pluralismo político. Além destes, uma terceira posição, representada por UADI LAMMÊGO BULOS defende se tratem de direitos “relativos à saúde, informática, softwares, biociências, eutanásia, alimentos transgênicos [...] e outros acontecimentos ligados à engenharia genética”⁷.

Ademais, a quinta dimensão traz a ideia de direito cibernético, para AUGUSTO ZIMMERMANN⁸, como tutela de softwares e proteção contra crimes virtuais, enquanto que Bonavides e Bulos sustentam sua correspondência com o direito à paz. Por fim, uma sexta dimensão estaria relacionada à felicidade ou, mais especificamente, à busca pela felicidade. Para Bulos, por outro lado, ela se relaciona à democracia, com direitos como liberdade de expressão, informação e pluralismo político.

⁵ BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, pág. 6.

⁶ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 6. Ed. São Paulo: Malheiros, 1996, pág. 523.

⁷ BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, pág. 529.

⁸ ZIMMERMANN, Augusto. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002, pág. 408.

Compreendidas as variadas dimensões de direitos fundamentais, resta enquadrar o acesso à justiça como direito pertencente a alguma delas. Inevitavelmente, diante das divergências encontradas mesmo nas classificações gerais entre a doutrina, de certo encontrar-se-ia tal divergência também no exercício de colocar o acesso à justiça em uma delas.

A posição adotada por FREDERICO RODRIGUES VIANA DE LIMA é de que o acesso à justiça pertence à segunda dimensão dos direitos fundamentais, considerado um direito social. Assim, se materializaria em uma atuação positiva do Estado para corrigir alguma desigualdade material⁹. Entretanto, embora tais distinções teóricas, para ESTEVES, tenham “perdido relevância com a cada vez mais estreita aproximação das dimensões (ou gerações) dos direitos fundamentais”¹⁰, a posição aqui adotada é de considerar que o acesso à justiça preenche os requisitos das três primeiras dimensões, isto é, possui aspecto de direito civil (primeira dimensão) por implicar na necessidade de que o ente público muitas vezes não interfira e permita a liberdade dos cidadãos; de direito social (2ª dimensão), à medida que o Estado também exerce papel fundamental garantindo positivamente a efetivação da igualdade no acesso; e de direito transindividual, uma vez que a efetivação do acesso à justiça e sua democratização envolve muito mais que ao indivíduo em si, assumindo associação com interesse coletivo e público, como enfatiza o professor Pedro Gonzales:

A assistência jurídica gratuita atende a verdadeiro interesse público – o que denota seu caráter também de direito coletivo, típico da terceira dimensão dos direitos fundamentais. [...] Colabora, outrossim, para a máxima efetividade do texto constitucional e dos direitos inscritos no ordenamento. [...] O acesso à Justiça e assistência jurídica gratuita apresentam-se multifuncionais, vinculando-se às diversas dimensões de direitos fundamentais.¹¹

Destarte, o direito de acesso à justiça deve ser abalizado como “elemento instrumental da própria dignidade humana (Art. 1º, III, da CRFB)”¹², garantindo a

⁹ LIMA, Frederico Rodrigues Viana de. **Defensoria Pública**. Salvador: JusPodivm, 2015, pág. 71.

¹⁰ ESTEVES, Diogo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública** / Diogo Esteves, Franklyn Roger Alves Silva. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018. pág. 6.

¹¹ GONZALEZ, Pedro. **A Dimensão Político-Democrática do Acesso à Justiça e da Assistência Jurídica Gratuita**. In: ALVES, Cleber Francisco; GONZALEZ, Pedro. *Defensoria Pública no Século XXI – Novos Horizontes e Desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, pág. 118/121.

¹² ESTEVES, Diogo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública** / Diogo Esteves, Franklyn Roger Alves Silva. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018. pág. 6.

efetividade dos demais direitos, inclusive, sendo indispensável para a dignidade humana, como acrescenta ALVES:

Trata-se, na verdade, de um dever estatal inerente ao próprio exercício da cidadania, que não pode ser afetado em razão de restrições referentes a prioridades orçamentárias. Assim, da mesma forma que o Estado não pode alegar falta de recursos orçamentários para justificar eventual abstenção do seu dever de garantir a segurança jurídica do cidadão [...] não pode o Estado, invocando carência de recursos financeiros, deixar de criar e de manter em funcionamento um serviço efetivo de assistência judiciária capaz de representar em juízo as pessoas que não possam pagar um advogado, qualquer que seja a natureza da causa (cível ou criminal) e de prestar-lhes assistência jurídica integral. Isto é elementar.¹³

De modo concreto, os dois fatores materiais de limitação do acesso à justiça são as despesas judiciais e os honorários advocatícios. Em contrapartida, considerando-se a existência de desigualdades econômicas, sobretudo no Brasil, os ordenamentos pátrios devem visar uma democratização e ampliação desse acesso também para a parcela carente da população, de forma a agir em duas frentes: garantindo a gratuidade da justiça e a assistência jurídica gratuita.

Não obstante, tal tema retornará no capítulo seguinte, quando serão analisadas as figuras que precederam a defensoria, estas que ajudaram a promover, de alguma forma, as figuras acima, ou mesmo ambas.

2.2 O HISTÓRICO DA GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL

Preliminarmente, o presente capítulo busca analisar as figuras de prestação jurisdicional e oferecimento de acesso à justiça que precederam a Defensoria Pública como instituição encarregada desta tarefa, bem como dos fundamentos e objetivos existentes em um primeiro período histórico. Destarte, em um primeiro tópico, objetiva-se proceder com um apanhado histórico revelando por bases gerais como caminhou o acesso à justiça no Brasil no período imperial e recém-republicano, chegando-se até o surgimento de um embrião da Defensoria.

Antes de delimitar o surgimento da instituição como se conhece na Constituição da República, apresenta-se uma breve explanação acerca das instituições e formas de assessoria que a precederam, isto é, aquelas que ao longo

¹³ ALVES, Cleber Francisco. **Justiça para Todos!** Assistência Jurídica Gratuita nos Estados Unidos, da França e no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, pág. 260.

do surgimento do Brasil como nação e República, se encarregaram de oferecer assistência judiciária e jurídica àqueles os quais não possuíam capacidade de constituir procuradores por seus próprios meios, como tratados anteriormente.

Para tanto, parte-se ainda do período do século XIX, mais precisamente no ano de 1823, quando não se falava em qualquer figura de amparo oficial às pessoas que não fossem abastadas em seus recursos pessoais, como a classe política e econômica dominante. A assistência por advogados, mais do que hoje, era algo voltado inteiramente à elite e à proteção de seus direitos patrimoniais. A esfera criminal, por sua vez, sempre com sua atuação voltada aos autores de infrações, aqueles que estavam do outro lado da linha que dividia os que possuíam ou não propriedades particulares a se defender, servia basicamente à ordem Imperial vigente. Contudo, ainda que qualquer defesa pública fosse inimaginável à época, já havia nas Ordenações Filipinas uma figura indiciária diametralmente coligada ao surgimento da atuação gratuita judiciária, o que se refere à gratuidade judiciária, conforme se dispunha no Livro III, Título 84, parágrafo 10, das referidas ordenações:

Em sendo o agravante tão pobre que jure não ter bens móveis, nem de raiz, nem por onde pague o agravo, e dizendo na audiência uma vez o Pater Noster pela alma del Rey Don Diniz, ser-lha-á havido como que pagasse os novecentos reis, contanto que tire de tudo certidão dentro do tempo, em que havia de pagar o gravo.¹⁴

A menção a um estado de pobreza, reconhecido pelo conjunto normativo do período, sinaliza, não mais que isso, uma ideia mera de possibilidade de dispensar o pagamento de custas processuais, em casos restritos. Não há nada, no entanto, que relacione o intuito apresentado pelo parágrafo acima a uma noção de democratização do acesso à justiça nos moldes pensados atualmente, concepção pela qual o mesmo se admite direito fundamental de segunda geração, ou direito fundamental social, como disciplina MOREIRA¹⁵, devendo ser de garantia positiva por parte do Estado.

Por sua vez, um efetivo giro no sentido de oferta de assistência judiciária ampla se deu a partir do ano de 1870, com a criação do Instituto dos Advogados

¹⁴ ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Ordenações Filipinas**, vols. 1 a 5; Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro de 1870. pág. 695. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/l3p695.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

¹⁵ MOREIRA, Helena Delgado Ramos Fialho. **Poder Judiciário no Brasil**: crise de eficiência. Curitiba: Juruá, 2009. p.43.

Brasileiros. Sob tal instituição, ainda que de iniciativa privada, pois não ligada aos entes estatais, de acordo com o que escreveu Humberto Peña Moraes¹⁶, inicia-se uma atuação efetivamente voltada, ao menos em tese, para a prestação de assistência jurídica aos desfavorecidos economicamente, tanto na esfera criminal quanto cível. José Tomás Nabuco de Araújo, então presidente do Instituto, foi o grande incentivador da assistência jurídica aos pobres e necessitados¹⁷.

Se não se pode tudo, faz-se o que é possível. No estado atual da nossa legislação, e atendendo às despesas que uma demanda custa, pode-se dizer, sem medo de errar, que a igualdade perante a lei não é uma palavra vã. Que importa ter direito, se não é possível mantê-lo? Se um outro pode vir privar-nos dele? Que importa ter uma reclamação justa, se não podemos apresentá-la e segui-la por falta de dinheiro? A lei é, pois, para quem tem dinheiro, para quem pode pagar as despesas das demandas.¹⁸

Apesar de indignação dos advogados que compunham a instituição, a força de sua atuação se mostrou insuficiente, apenas amenizando o problema, em razão da alta demanda. Era necessário, portanto, a criação de legislação específica que garantisse defesa gratuita e isenção de custas processuais.

Com efeito, registra PEÑA¹⁹ que apenas em 05 de maio de 1897, anos depois da criação do Instituto, ocorre a edição de decreto estabelecendo a figura da assistência judiciária, limitada à capital fluminense, também centro de governo do Império, data esta reconhecida pela DPE-RJ como data em que “a Defensoria Pública teve sua origem”²⁰, de acordo com o próprio site da instituição. Entretanto, apesar de criar uma Comissão Central e Comissões Seccionais, o alcance desse embrião era local.

¹⁶ MORAES, Humberto Peña; SILVA, José Fontenelle Teixeira. **Assistência judiciária: sua gênese, sua história e a função protetiva do estado**. 2.ed. Rio de Janeiro: Líber Júrís, 1984. pág. 81-85 apud OLIVEIRA, Simone dos Santos. **Defensoria pública brasileira: sua história**. REVISTA DE DIREITO PÚBLICO, LONDRINA, V. 2, N. 2, P. 59-74, MAIO/AGO. 2007. p.69.

¹⁷ ALVES, Cl. F. **A estruturação dos serviços de assistência jurídica nos Estados Unidos, na França e no Brasil e sua contribuição para garantir a igualdade de todos no Acesso à Justiça**. 2005. 606 f. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005, p. 275-276.

¹⁸ MORAES, Humberto Peña; SILVA, José Fontenelle Teixeira. **Assistência judiciária: sua gênese, sua história e a função protetiva do estado**. 2.ed. Rio de Janeiro: Líber Júrís, 1984. pág. 85 apud OLIVEIRA, Simone dos Santos. **Defensoria pública brasileira: sua história**. REVISTA DE DIREITO PÚBLICO, LONDRINA, V. 2, N. 2, P. 59-74, MAIO/AGO. 2007. p.68. Grafia Atualizada.

¹⁹ Ibidem. pág. 69.

²⁰ DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Institucional. **Nossa História**. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/Institucional/historia>>. Acesso em 24 ago. 2019.

Com a virada do século, sem significantes mudanças no que tange ao acesso à justiça e já na fase republicana, o instituto da plena defesa se solidificou, porém, não havendo previsão específica, gratuita e de atenção a todos. Nesse sentido, a Constituição de 1934, em seu título III, Capítulo II, Art. 113, nº 32, passou a prever que:

A união e os Estados concederão aos necessitados assistência judiciária, para esse efeito, órgãos especiais, e assegurando isenção de emolumentos, custas, taxas e selos.²¹

Assim, estendeu-se para na consolidação da gratuidade da justiça, de forma que sua competência passou a ser da União e dos Estados, excluindo-a dos municípios.

Por sua vez, como tratado no capítulo inicial, sabe-se hoje que a gratuidade judiciária e a assistência pela Defensoria são quase irmãs, por serem ambas figuras convergentes no mesmo objetivo de ampliar e democratizar o acesso à justiça, também sendo concebidas como destinadas àqueles que não possuem recursos para pagar despesas processuais e honorários advocatícios (Art. 98 CPC). Entretanto, necessário apontar, a assistência jurídica realizada pela defensoria não é requisito automático que garanta a gratuidade, sinal de que a separação entre ambas deve ser mantida. A diferença, segundo Pontes de Miranda, está na própria natureza das duas:

Assistência Judiciária e benefício da justiça gratuita não são a mesma coisa. O benefício da justiça gratuita é direito à dispensa provisória de despesas, exercível em relação jurídica processual, perante juiz que promete a prestação jurisdicional. É instituto de direito pré-processual. A Assistência Judiciária é organização estatal, ou paraestatal, que tem por fim, ao lado da dispensa provisória de despesas, a indicação de advogado. É instituto de direito administrativo.²²

Diante disso, percebe-se que, em pese sua natureza distinta, a oferta de ambos os direitos em uma sociedade democrática é essencial. Portanto, mais do que figuras jurídicas, representam um forte arcabouço político e constitucional para

²¹ **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL** (DE 16 DE JULHO DE 1934). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em 08 set. 2019.

²² PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcante. **Comentários ao código de processo civil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1967. pág. 460.

garantir a equidade das relações da sociedade, sobretudo a partir da escassez de recursos estatais e necessidade de judicialização de demandas.

Retornando ao retrospecto histórico, o Estado de São Paulo, nesse interim, merece ser apontado, pois a partir de 1935 adotou seu próprio serviço estatal de Assistência Judiciária, seguido pelos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul²³. Com a Constituição de 1946²⁴ foi estabelecido que o poder público concederia assistência judiciária aos necessitados, não estabelecendo se isso seria de responsabilidade dos estados ou da União, assim figurado em seu Art. 141, § 35:

Art 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:
[...] § 35 - O Poder Público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados.

Diante dessa omissão, muitos estados passaram a estabelecer suas próprias formas de realizar o comando, alguns criando órgãos específicos e outros dando credenciais especiais para prestação de assistência às pessoas necessitadas. Foi nesse momento que se definiu como solução a nomeação de advogados particulares ou até mesmo de estudantes de direito, nos locais onde não houvesse serviço de assistência devido, organizado e mantido pelo Estado.

Esse foi um fator que posteriormente influenciou no momento de institucionalização concreta durante o processo constituinte da Constituição da República Federativa do Brasil e 1988, como será tratado à frente, visto que cada Estado alcançou formas de solução autônomas. Segundo MOREIRA, as três soluções encontradas foram:

Tais soluções evoluíram em três direções possíveis: instituir um órgão público específico para desempenhar a assistência jurídica, criando em alguns casos as primeiras Defensorias; atribuir essa função a alguma instituição já existente, em regra a Procuradoria-Geral do Estado (PGE); ou remunerar com recursos públicos os advogados particulares que atendiam à demanda da população carente por serviços jurídicos.²⁵

²³ OLIVEIRA, Simone dos Santos. **Defensoria pública brasileira: sua história**. REVISTA DE DIREITO PÚBLICO, LONDRINA, V. 2, N. 2, P. 59-74, MAIO/AGO. 2007. pág.69.

²⁴ BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL** (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em 08 set. 2019.

²⁵ MOREIRA, Thiago de Miranda Queiroz. **A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA: Disputas Por Espaço No Sistema De Justiça**. em Revista OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 23, nº 3, set.-dez., 2017: e-ISSN 1807-0191, p. 647-681. pág. 650.

A semente de uma Defensoria Pública como instituição, levando-se em conta o modelo de órgão público específico, apenas surgiu no ano de 1954, no antigo Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei Estadual nº 2.188, de 21 de julho de 1954, em âmbito da Procuradoria Geral de Justiça. Em pormenores, o ato normativo em questão criou os seis primeiros cargos de defensor público para realizarem a assistência jurídica das pessoas necessitadas, o que até então dependia da atuação não remunerada, portanto, benevolente, dos advogados dativos.

2.3 OS ARRANJOS PRÉ-INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA NO BRASIL

Vislumbra-se, portanto, que as origens mais concretas da Defensoria perante a realização do auxílio jurídico daqueles que não possuem recursos remetem diretamente à sua ligação com o Ministério Público. Conforme defende MOREIRA²⁶, o contato da nova instituição com a atuação e sobretudo organização ministerial resultou em influências de atuação, o que mais à frente se refletiu na busca da autonomia institucional pela Defensoria.

O próximo avanço nesse sentido foi dado em 1970, com a elevação à órgão específico do estado, estando junto ao MP sob chefia da PGE. Nessa época, uma das reivindicações dos defensores era autonomia administrativa e financeira:

Os defensores pediam a autonomia administrativa e financeira do órgão, para que seus membros pudessem defender as pessoas necessitadas de forma independente, até mesmo contra o próprio Estado.²⁷

Como se verifica do final da passagem, para além da possibilidade para agir conforme suas próprias diretrizes, a autonomia se mostra essencial para que seja possível realizar uma atuação irrestrita contra os órgãos do poder público estatal que

²⁶ MOREIRA, Thiago de Miranda Queiroz. **A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA**: Disputas Por Espaço No Sistema De Justiça. em Revista OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 23, nº 3, set.-dez., 2017: e-ISSN 1807-0191, p. 647-681. pág. 652.

²⁷ Ibidem.

até então a controlam²⁸. Muito rapidamente esse cenário voltou a ser modificado, como ocorreu no ano de 1987 (1 ano antes da Promulgação da Constituição), quando a Procuradoria Geral passou a ser chefiada por um representante da Defensoria Pública, a partir de acolhimento pelo governador do Estado do nome apresentado por aquela na lista tríplice. Então, finalmente, ainda no ano de 1987, a instituição passou a ser constitucionalmente prevista e incumbida essencialmente de realizar a promoção do acesso à justiça, oficialmente denominada Defensoria Pública²⁹.

No que tange ao aspecto histórico do momento imediatamente anterior à Constituição de 1988, para se falar em Defensoria e projeto de instituição no Brasil, é necessário olhar para os defensores e defensoras fluminenses. Não à toa, influenciaram atores de outros estados da federação a defender um modelo semelhante, com estrutura de carreira em instituição autônoma e designada especialmente para a tarefa de realizar a assistência jurídica gratuita daqueles que não podem arcar. Esse percurso é descrito nas palavras do defensor-geral do estado do Rio de Janeiro, André de Castro, como:

A história da Defensoria Pública [fluminense] está intimamente atrelada à de sua Associação. [...] A Associação sempre esteve à frente das lutas empreendidas pela sobrevivência e reconhecimento da Defensoria Pública, não apenas em nível estadual, mas também no cenário nacional, a exemplo da intensa participação na Constituinte e na elaboração da Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública. Foi através da Associação que se perseguiu e alcançou a elevação da Coordenação da Defensoria Pública ao status de Secretaria de Estado e, também, a conquista da autonomia administrativa e financeira.³⁰

Para tanto, a Ordem dos Advogados do Brasil, que representava a categoria de profissionais liberais que de alguma forma representavam um obstáculo ao projeto, deveria ser colocada como órgão supletivo nessa tarefa, ficando a cargo de uma Defensoria como instituição própria realizar tal função³¹. Não obstante as

²⁸ ROCHA, J. L. **Uma história da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro – ADPERJ**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p. 50-51.

²⁹ Ibidem. pág. 82.

³⁰ CASTRO, A. Prefácio. In: ROCHA, J. L. **Uma história da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro – ADPERJ**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. pág. xiii.

³¹ MORAES, H. P.; SILVA, J. F. T. **Assistência judiciária: sua gênese, sua história e a função protetiva do Estado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1984. pág. 94-99.

dificuldades políticas da época, o intercâmbio dos defensores para o restante do país foi fundamental para gerar frutos, acarretando na criação de instituições semelhantes e de forma a culminar com a criação, no ano de 1984, da Federação Nacional dos Defensores Públicos (Fenadep), conhecida hoje como Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), responsável por inúmeros dados utilizados no presente trabalho.

Antecipando, a participação dos integrantes da, à época, Fenadep, foi fundamental para que fosse debatida em sede de assembleia constituinte a inclusão da Defensoria no texto constitucional, baseando-se nos moldes da Defensoria do Rio de Janeiro.

2.4 A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE E OS DEBATES EM TORNO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEFENSORIA

O presente capítulo condensou os principais acontecimentos do processo constituinte, obtidos através da análise da ocorrência dos termos “Defensoria, Defensor e Defensores” nas atas tanto das comissões temáticas e subcomissões quanto do plenário da elaboração da proposta de constituição na constituinte de 1987-1988. Para tanto, foram percorridos os debates das comissões pertinentes à temática da Defensoria. Inicialmente, cabe realizar alguns esclarecimentos prévios sobre o que foi obtido.

Antes da internalização da Defensoria como órgão promotor de assistência judiciária e jurídica, contribuindo diretamente para um maior acesso à justiça da população necessitada, inúmeros debates foram travados com objetivo de obstruir sua entrada na Constituição. É de se considerar que a constituinte significou a instauração de toda uma nova ordem jurídica no país. Assim, não se limitou a discutir apenas novas instituições como a Defensoria, mas também de estabelecer toda uma gama de direitos e fundamentos do Estado democrático de direito pós ditadura civil-militar. Portanto, algumas questões atualmente consideradas claras e óbvias ainda eram tema de discordância e confronto.

O primeiro passo foi estabelecer o acesso à justiça efetivamente como direito fundamental, devendo ser garantido positivamente pelo Estado, conforme a concepção estabelecida nos capítulos anteriores do presente estudo.

Mais precisamente sobre a criação da Defensoria, uma vez componente do sistema de justiça, foi introduzida inicialmente no anteprojeto da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, que integrava, por vez, a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público. Nessa primeira fase, seriam discutidas as questões envolvendo este poder, desde a forma básica de organização, até os pormenores. Os deputados componentes efetivavam suas propostas, que eram debatidas e consideradas pelo Relator, procedimento que era repetido uma segunda vez até se chegar ao texto provisório para a próxima comissão. Nessa subcomissão, a relatoria ficou a cargo do constituinte Plínio de Arruda Sampaio, à época, deputado pelo PT-SP. Nesse início, a primeira proposta feita já na primeira reunião da subcomissão no sentido de propor a criação da Defensoria se deu pelo deputado Sílvio de Andrade Abreu Júnior (PMDB-MG), advogado, cuja proposta pedia seu reconhecimento como órgão essencial à justiça³².

Surge logo em sequência comentário em contrapartida proferido pelo deputado Michel Temer (PMDB-SP), à época procurador estadual e ex-procurador-geral do Estado de São Paulo. Em sua exposição, Temer fez alusão ao instaurado litígio em alguns estados entre o Ministério Público e Defensores, visto que em muitos lugares o MP era quem realizava a assessoria jurídica no lugar da Defensoria, como em seu Estado. Portanto, o argumento era de que outras instituições já realizavam a atividade prevista para a Defensoria na proposta.

Tal divergência demonstrou a necessidade de maior aprofundamento no assunto, ao passo que foram convocados alguns representantes das Defensorias Públicas já existentes para exporem suas visões acerca do tema. Para tanto, estiveram presentes na 5ª Reunião Ordinária os defensores Suely Pletz Neder (MS), José Antônio Neves César (MG) e Roberto Vitagliano (RJ), representando a Fenadep. As reivindicações dos defensores, segundo a Presidente da FENADEP, Suely Pletz Neder:

A nossa proposta, portanto, é no sentido de que fique constando do texto constitucional, em capítulo próprio, a institucionalização da assistência

³² BRASIL. “**Atas da Assembleia Nacional Constituinte**”. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

judiciária como órgão do Estado, obrigação do Estado, que é atividade, a nível extrajudicial e judicial, na defesa dos direitos dos juridicamente necessitados, inclusive contra o próprio Estado. Que sejam assegurados aos membros da assistência judiciária os direitos, garantias e prerrogativas que são assegurados aos membros dos demais órgãos que integram a administração da Justiça. E que haja uma organização da assistência judiciária a nível nacional, em carreira própria, integrada por cargos providos, inicialmente, em caráter de exclusividade, por concurso público de provas e títulos.³³

Entretanto, voltou a ressaltar o deputado Michel Temer que em vista do Pacto Federativo e da autonomia dos Estados, era necessário deixar que cada ente definisse como seria garantida a assessoria jurídica nesses casos, remetendo ao caso do Ministério Público de São Paulo, que realizava a tarefa naquele contexto.

Aqui podem se verificar as consequências geradas pela vagueza deixada pela Constituição de 1946, à época, e pela Lei 1.060/1950, que não definiram qual órgão seria encarregado de proporcionar a assistência judiciária aos necessitados, de modo a restar a cargo dos Estados. Como tratado nos dois capítulos que se antecederam, essa omissão legislativa resultou que cada território criasse sua própria solução à exigência, ao passo que essa questão reaparece nos debates como conflitos com o Ministério Público e com a própria Ordem dos Advogados do Brasil, que foram dois órgãos que passaram a ter tal atribuição em determinados Estados.

Percebe-se aqui que Temer claramente não associava a essencialidade da Defensoria, visto que, apesar de reconhecer ser a figura preferencial, ainda considerava outras formas paralelas de acesso à justiça. Da mesma forma, entendia que o Ministério Público, sobretudo em se tratando de processos criminais, pudesse ser eficiente e idoneamente o patrocinador de ambas as funções, acusando em nome da sociedade e realizando a defesa individual³⁴.

O relator Plínio também relutou até reconhecer que dada a essencialidade do acesso à justiça como direito fundamental, necessário era que a instituição garantidora também fosse prevista constitucionalmente. Entretanto, em que pese a inclusão da Defensoria, conforme proposta do deputado Silvio Abreu, houve

³³ BRASIL. “Atas da Assembleia Nacional Constituinte”. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

³⁴ Sobre essa questão, alguns países da América Latina, como Argentina e Paraguai, possuem suas Defensorias sob a forma de seus Ministérios Públicos da Defesa, em que pese possuírem modelos de assessoria jurídica semelhantes ao do Brasil hoje.

discordância do relator Plínio de Arruda Sampaio no que tange à equiparação institucional da Defensoria com o Ministério Público.

Por óbvio, durante todo o processo constituinte as maiores objeções foram sempre dos deputados eleitos em estados com outra forma de assistência judiciária existente, se sobrepondo mesmo às divergências partidárias, segundo MOREIRA³⁵. Embora controversa, foi levada adiante a criação da Defensoria, sendo o próximo estágio a aprovação na Comissão da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo.

Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo Nesta próxima fase, foram apresentadas 10 emendas sobre o tema da constitucionalização da Defensoria, 5 eram contrárias por considerarem outras carreiras de mesma função. Duas apresentadas pelo deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR) buscavam diminuir a importância da Defensoria, a primeira, nº 301149-6, reduzia o texto, incumbindo genericamente à Defensoria defender os juridicamente necessitados, ao passo que a outra emenda incluía a possibilidade de a pessoa carente escolher entre ser atendida pela defensoria ou de outra forma (advogado particular) remunerada pelo Estado. Esta segunda proposta foi recomendada pela Ordem dos Advogados do Brasil³⁶. O relator da comissão, aprovou uma versão similar à apresentada, com modificações em relação à equiparação com os princípios institucionais do MP e a necessidade de concurso público. Ao fim, o deputado Silvio Abreu conquistou a reintrodução da previsão de que lei complementar federal iria estabelecer normas gerais para as Defensorias dos Estados.

Comissão de Sistematização, Plenário e Comissão de Redação. Nessa fase, composta também por uma fase de apresentação de emendas, apreciadas ou não pelo substitutivo do relator, e uma segunda fase de emendas para a versão final. Em sede de sessão plenária, destaca-se um documento lido pelo então deputado Flavio Palmier da Veja (PMDB-RJ) denominado “Carta de Niterói” e apresentado por um grupo de estudos constitucionais de Niterói:

³⁵ MOREIRA, Thiago de Miranda Queiroz. **A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA**: Disputas Por Espaço No Sistema De Justiça. em Revista OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 23, nº 3, set.-dez., 2017: e-ISSN 1807-0191, p. 647-681. pág.662.

³⁶ BRASIL. “Atas da Assembleia Nacional Constituinte”. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987a. pág. 321. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

O Grupo de Estudos Constitucionais de Niterói – GRECON, criado pelo Instituto Abel e pela Associação de Pais e de Mestres de Alunos do Instituto Abel – APAMAIA – com o objetivo de propiciar aos vários segmentos da comunidade niteroiense a reflexão e o debate sobre temas pertinentes à nova Constituição, oferece à Assembléia Nacional Constituinte, com veículo das aspirações maiores da nacionalidade, a seguinte contribuição.³⁷

Por conseguinte, no corpo da carta o grupo apresenta uma sequência de temas e respectivas proposições, dentre as quais, sobre o sistema de governo, reforma do Poder Judiciário e Democratização do Acesso à Justiça e da Defensoria Pública (ponto 3 da carta). A respeito deste ponto, cabe análise do conteúdo propriamente dito, que se subdivide em:

3.1 – Criação, a nível constitucional, de órgão público próprio para o atendimento dos juridicamente necessitados, com a denominação de Defensoria Pública, estabelecendo, ademais, a sua estrutura programática básica, de molde a servir de paradigma para a criação, pelos Estados, de órgãos similares, ressalvada a independência administrativa de cada um, no que tange às peculiaridades locais. Os membros da Defensoria Pública deverão ser selecionados por concurso público de provas e títulos, merecendo tratamento compatível com as suas altas funções. Os órgãos deverão ser organizados junto à Justiça Federal, Militar, do Trabalho, à dos Estados, Distrito Federal e Territórios, em todos os graus de jurisdição.³⁸

O documento foi recebido pelo Deputado Flávio Palmier da Veiga (PMDB-RJ) e lido em plenário, pontuando os debates nela contidos ao longo das discussões. Inicialmente, pelo que se verifica da ata das reuniões de maio de 1987, mais especificamente diante do contido na página 249³⁹, o projeto de Defensoria seria diferente do atual, de forma que atribui à União a competência para criar e dar funcionamento à assistência judiciária e defensoria pública.

Cabe lembrar que os debates na Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público se encerraram apenas em 25 de maio de 1987, com a 10ª reunião ordinária, ao passo que a Comissão da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo estabeleceu seu texto final em 6 de junho de 1987.

³⁷ “ATA DA 60ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 6 DE MAIO DE 1987 (<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituante/N004.pdf>. pág. 73.)”. BRASIL. “Atas da Assembleia Nacional Constituinte”. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019

³⁸ Ibidem.

³⁹ “Ata da 63ª Sessão da Assembleia Nacional Constituinte, em 12 de maio de 1987. Em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituante/N004.pdf>. pág. 249”. BRASIL. “**Atas da Assembleia Nacional Constituinte**”. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

Ademais, em certo momento, o deputado Israel Pinheiro, do então PMDB-MG, se pronuncia sobre a necessidade de instituir eleições secretas entre os membros do Ministério Público para a ocupação de cargos como Procurador Geral da República, Consultor Geral do Estado, bem como o “Procurador Geral da Assistência Judiciária, como chefe da Defensoria Pública”⁴⁰, explica. Nesse momento, a proposta de Defensoria Pública aparentava estar encaminhada, visto que já se abeirava a consolidação do texto da Comissão que tratava dos poderes, com uma Defensoria praticamente consolidada. O tema volta a aparecer na ata da 143ª sessão da assembleia, em 19 de agosto de 1987, já com certa concretude, nas palavras do deputado Sílvio Abreu do PMDB-MG:

Para que esse instrumento essencial à própria vida seja concretizado, é necessária a concretização, no âmbito desta Constituição, do instituto da Defensoria Pública. A Defensoria Pública torna-se, a cada dia, uma instituição imprescindível porque somente através dela é que se poderá proporcionar justiça aos segmentos carentes da nossa população. [...] em seu anteprojeto a instituição da Defensoria Pública. Esta comissão, ainda em funcionamento há poucos dias, concluiu suas atividades e incluiu no bojo de seu relatório a instituição da Defensoria Pública como essencial à vida deste País e da própria Justiça.⁴¹

Em continuidade aos temas tidos na subcomissão e comissão respectivas, o constituinte revela que a Defensoria deve possuir as mesmas garantias e direitos levados ao Ministério Público, pontuando, para tanto, que sem isso a instituição já nasceria fraca e “confiscada já no próprio nascedouro”⁴². Em sequência, demais constituintes parabenizaram o deputado pela iniciativa de insistir na inclusão da Defensoria em todos os projetos apresentados. Um desses constituintes, em reuniões posteriores, se manifestaria pelo tripé da justiça, apenas garantido mediante a institucionalização do quadro de defensores públicos⁴³.

⁴⁰ “ATA DA 83ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 16 DE JUNHO DE 1987. Em <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/N005.pdf>. pág. 379”. BRASIL. “**Atas da Assembleia Nacional Constituinte**”. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

⁴¹ ATA DA 143ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 19 DE AGOSTO DE 1987. Em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/N008.pdf>. pág. 181. BRASIL. “**Atas da Assembleia Nacional Constituinte**”. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

⁴² Ibidem. pág. 182. BRASIL. “**Atas da Assembleia Nacional Constituinte**”. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

⁴³ ATA DA 152ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 27 DE AGOSTO DE 1987. Em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/N008.pdf>. pág. 511. BRASIL.

Perpassada a questão, nenhum óbice sobreveio e nenhum posicionamento manifestamente contrário em relação à instituição da Defensoria Pública se mostrou, de modo que o assunto voltaria a ser questionado apenas nas fases de apresentação do texto para votação, principalmente, quando novamente seriam tratados os temas polêmicos envolvendo a instituição.

Nesse sentido, na sessão do dia 28 de outubro de 2018⁴⁴, já tendo sido votada parte considerável das matérias que viriam a ser incluídas na Constituição, foi apresentado um texto provisório, que ainda se diferia substancialmente do texto aprovado ao fim. Todavia, no que tange às previsões acerca da Defensoria Pública, já se verificava o mandamento de que cabia à União organizar o Poder Judiciário e a Defensoria, naquela oportunidade representado pelo Art. 23, XII⁴⁵, e hoje no Art. 21, XIII⁴⁶. Igualmente, correspondiam entre si os Art. 24, XVII daquele projeto e o atual Art. 22, XVII, sob texto idêntico, bem como seu Art. 26, XIII⁴⁷, e o atual Art. 24, XIII⁴⁸.

A maior modificação legislativa acerca do tema se deu no principal artigo da seção constitucional especificamente destinada à Defensoria, cujo conteúdo se materializa no atual Art. 134 (complementado pelo Art. 135, sem equivalente no projeto da ANC). O texto do projeto se limitava a dispor o seguinte:

Art. 148 – É instituída a Defensoria Pública para a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.

Parágrafo único – Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e a dos Territórios e estabelecerá normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados, assegurado o

“**Atas da Assembleia Nacional Constituinte**”. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

⁴⁴ ATA DA 161ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE EM 28 DE OUTUBRO DE 1987. Em <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/N009.pdf>. pág. 507-508. BRASIL. “**Atas da Assembleia Nacional Constituinte**”. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 21 set. 2019.

⁴⁷ ATA DA 161ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE EM 28 DE OUTUBRO DE 1987. Em <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/N009.pdf>. pág. 507-508. BRASIL. “**Atas da Assembleia Nacional Constituinte**”. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

⁴⁸ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 21 set. 2019.

mesmo regime jurídico do Ministério Público quando em dedicação exclusiva.⁴⁹

A constituição aprovada, sem as mudanças ocorridas ao longo das últimas 2 décadas, por sua vez, já se aprofundava e alçava mais importância à Defensoria:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.

Parágrafo único. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Art. 135. Às carreiras disciplinadas neste Título aplicam-se o princípio do art. 37, XII, e o art. 39, § 1º.⁵⁰

Tal aproximação, não obstante, foi feita na sessão de 7 de abril⁵¹.

Finalmente, do estudo das atas dos meses seguintes do ano de 1988, pouco se discutiu de forma divergente sobre o tema. As disposições centrais do objeto da instituição da Defensoria pareceram já estar encaminhadas desde o começo.

As emendas sobre o tema se pautaram sobretudo na supressão da previsão da equiparação com o MP, em temas corporativos e na autonomia das unidades federativas para definirem como iriam realizar a assistência judiciária. Do outro lado, as propostas apoiadas pelos defensores incluíam os princípios fundamentais do MP e consolidar o concurso público e a chefia da instituição por meio de um Defensor-Geral.

Ao término dessa etapa, modificaram-se os seguintes pontos: reconhecimento da instituição como essencial à função jurisdicional do Estado; previsão de acesso à justiça entre rol de direitos fundamentais; e garantia de inamovibilidade semelhante ao MP (apenas). Ademais, também foi garantido o

⁴⁹ ATA DA 161ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE EM 28 DE OUTUBRO DE 1987. Em <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituante/N009.pdf>, pág. 534. BRASIL. “**Atas da Assembleia Nacional Constituinte**”. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

⁵⁰ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 21 set. 2019.

⁵¹ “ATA DA 242ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 7 DE ABRIL DE 1988. Em <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituante/N016.pdf>, pág. 323.” BRASIL. “**Atas da Assembleia Nacional Constituinte**”. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

concurso público como forma de ingresso e proibição de advocacia fora das atribuições de defensoria.

Conclui-se, portanto, que o essencial para a instituição da defensoria foi sua função primordial de prestação jurídica e judiciária, garantindo o acesso a justiça, bem como seu caráter autônomo em relação aos demais poderes, com a escolha do concurso público necessariamente. Não obstante, a discussão central dos últimos meses de ANC foi o destino daqueles que exerciam cargos de defensor público antes da promulgação da Carta Constitucional. Em conformidade aos debates feitos pelos legisladores, foi suscitado o seguinte:

É assegurado aos defensores públicos investidos por concurso na função até a data da instalação da Assembléia Nacional Constituinte o direito de opção pela carreira, com a observância das garantias e vedações, previstas no art. 139, parágrafo único, da Constituição.⁵²

Tal disposição tange ao fato de que muitos Defensores já compunham o quadro das suas respectivas defensorias dos estados antes de que a Defensoria fosse, em si, instituída constitucionalmente. A preocupação, portanto, seria em relação ao destino destes servidores. Pela proposta, seria definido que se mantivessem nos seus cargos se fosse sua opção. Por fim, foi estabelecido concurso público e também, a partir do Art. 22 do ADCT, que os defensores investidos na função poderiam optar pela carreira:

Art. 22. É assegurado aos defensores públicos investidos na função até a data de instalação da Assembléia Nacional Constituinte o direito de opção pela carreira, com a observância das garantias e vedações previstas no art. 134, parágrafo único, da Constituição.⁵³

Logo, aqueles que ocupavam cargos de defensor puderam se manter nos mesmos, sendo que a partir daquela data o acesso se daria unicamente mediante concurso. Encerrado processo constituinte, a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil ensejou na institucionalização da Defensoria como

⁵² “ATA DA 339ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 1º DE SETEMBRO DE 1988. Em <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anaeis/constituante/N025.pdf>. Pág. 161” BRASIL. “**Atas da Assembleia Nacional Constituinte**”. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

⁵³ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 21 set. 2019.

ator principal na garantia do direito fundamental de acesso à justiça. Como será verificado no capítulo a seguir, desde então, algumas outras mudanças foram postuladas e conquistadas para que se aproxime cada vez mais do projeto perfeito idealizado pelos pensadores da Defensoria.

2.5 O MODELO DE DEFENSORIA INSTITUCIONALIZADO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Com a constituição de 1988, foi institucionalizada a Defensoria Pública como essencial e responsável pela orientação jurídica e pela defesa dos necessitados, como se destaca o dispositivo constitucional, conforme redação da época:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.⁵⁴

Por sua vez, a primeira alteração significativa decorrente da inserção de tal importante figura se deu em 2004, quando, por meio da EC nº 45, as Defensorias Públicas Estaduais receberam autonomia funcional e administrativa, equiparadas ao Ministério Público e à Magistratura, por meio da inserção dos §§1º e 2º do Art. 134:

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º.⁵⁵

Uma vez instituída a figura da Defensoria, necessária era a regulamentação das atividades dos defensores. Até então, a previsão desta competência era

⁵⁴ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Legislação Informatizada - CONSTITUIÇÃO DE 1988 - Publicação Original <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>

⁵⁵ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em 21 set. 2019.

disposta na Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994⁵⁶. Uma vez sancionada a Lei Complementar Nº 132, de 7 de outubro de 2009⁵⁷, foi alterada a redação dos dispositivos da lei anterior, projetando para os componentes das Defensorias Públicas da União, Estados e Distrito Federal a ampliação da competência de atuação, incluindo, para tanto, a promoção de litígios extrajudicialmente, atuação multidisciplinar, promoção de ações públicas, atuação em casos nas áreas cível e criminal, dentre outras, e outras competências. A lei regulamentou, também, os pormenores da atuação dos agentes, sua eventual substituição e trâmites internos da instituição.

Nesse cenário, outras emendas complementaram a matéria, com destaque para as Emendas Constitucionais nº 69 de 2012 e nº 74 de 2013, versando, respectivamente, sobre a atribuição de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal, que passou da União para o Distrito Federal, e sobre a aplicação das disposições constitucionais do Art. 134 para a DPU e DPE-DF.

Por fim, mas certamente um dos mais importantes acontecimentos, houve a promulgação da EC nº 80/2014⁵⁸, que modificou a redação do caput e adicionou o 4º do Art. 134, garantindo, unidade, indivisibilidade e independência funcional à Defensoria Pública, assim como a adição do Art. 98 do ADCT, os quais passaram a figurar da seguinte forma:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

[ADCT] Art. 98. O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população.

⁵⁶ BRASIL. **Lei Complementar nº 80 de 12 de janeiro de 1994**: Promulgada em 12 de janeiro de 1994. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp80.htm>. Acesso em 28 set. 2019.

⁵⁷ BRASIL. **Lei Complementar 132 de 7 de outubro de 2009**: Promulgada em 7 de outubro de 2009. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp132.htm>. Acesso em 29 set. 2019.

⁵⁸ BRASIL. **Emenda Constitucional nº 80, de 4 de junho de 2014**. Promulgada em 4 de junho de 2014. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc80.htm>. Acesso em 29 set. 2019.

§ 1º No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Durante o decurso do prazo previsto no § 1º deste artigo, a lotação dos defensores públicos ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.⁵⁹

A adição do Art. 98 aos ADCT significou um marco para a firmação de um compromisso para com todas as unidades da Defensoria do país no sentido de instalação efetiva e expansão de suas atividades. Foi com ela que a ampliação e efetivação da Defensoria se tornaram norma. À luz do que determina o §1º, às defensorias foi estabelecido um prazo para que todas as unidades jurisdicionais contassem com uma unidade da defensoria, ao menos. Esse foi um dos principais fatores para que algumas Unidades Federativas passassem a repensar as estratégias de expansão. Contudo, verifica-se que o prazo de 8 anos, a contar do ano de 2015, ainda não se encerrou, de forma que os resultados encontrados, apesar de não revelarem um descumprimento absoluto, indicam se a iminência ou não do alcance das metas.

Como trazido nos capítulos anteriores, a criação das Defensorias Públicas Estaduais sinaliza uma profunda diferença entre os estados, na medida em que algumas Defensorias já haviam sido criadas antes mesmo da Constituição de 1988, enquanto que outras conquistaram sua institucionalização muito mais recentemente.

Apesar da existência de previsão constitucional, muitos estados apenas instalaram Defensorias Estaduais na primeira década do século XXI, enquanto que outros apenas o fizeram na segunda década. Nestes casos, mesmo havendo situações em que formalmente as instituições tivessem lei própria, ainda inexistia quadro constituído de servidores de carreira de suas Defensorias por meio de concurso público.

Os anos de referência trazidos na tabela abaixo foram juntados a partir dos dados fornecidos pelo estudo do IV Diagnóstico da Defensoria Pública, os quais, por sua vez, advém de formulários preenchidos pelos respectivos Defensores Públicos-Gerais de cada Estado:

⁵⁹ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 21 set. 2019.

TABELA 1 - ANO DE INSTALAÇÃO DAS DEFENSORIAS ESTADUAIS NAS UF⁶⁰

UF	ANO DE INSTALAÇÃO	UF	ANO DE INSTALAÇÃO
RJ	1954	SE	1994
MG	1981	CE	1997
MS	1982	PE	1998
PI	1982	MT	1999
BA	1985	MA	2000
DF	1987	RR	2000
PA	1983	AC	2001
TO	1989	RO	2001
AM	1990	AL	2003
PB	1990	RN	2005
PR	1991	SP	2006
ES	1992	SC	2012
RS	1994	GO	NR

FONTE - IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. p. 19.

De forma geral, as informações encontradas a respeito do tema divergem sutilmente. Como exemplo, em contraste com a tabela acima, percebe-se que as informações das datas de instalação das defensorias estaduais em determinadas unidades federativas variam em um ou dois anos das datas consideradas no presente trabalho, conforme se infere dos dados da tabela 1 do texto de MOREIRA⁶¹.

Entretanto, é preciso apontar que alguns dos anos de instalação divergem do momento em que as respectivas defensorias foram materialmente instaladas, dado que as informações foram prestadas pelos Defensores Públicos-Gerais sobre seus respectivos estados. Por isso, insta retificar ao menos o caso da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

⁶⁰ Segundo o Diagnóstico, “O estado do Amapá é o único a não ter uma Defensoria Pública considerada completamente institucionalizada, por prescindir de concurso público para nomeação de seus defensores”. Em consulta ao endereço eletrônico da DPE-AP (<https://defenap.portal.ap.gov.br/interno.php?dm=489>), foram encontradas 3 datas a serem consideradas como ano de instalação. Fala-se em “início, em caráter extraordinário no período que compreende os anos de 1988 a 1989”, como também de uma instalação em sede própria em 1992, ao passo que a edição de sua Lei Orgânica se deu apenas em 2014 com a Lei Complementar Nº 86/2014.

⁶¹ MOREIRA, Thiago de Miranda Queiroz. **A criação da Defensoria Pública nos Estados**: conflitos institucionais e corporativos no processo de uniformização do acesso à justiça. São Paulo: 2016. pág. 5.

Em que pese sua criação esteja prevista desde a edição da Lei Complementar Estadual nº55/1991, sua previsão de fato se deu apenas em 2011 com criação de sua Lei Orgânica (Lei Complementar nº 136/2011), com a nomeação dos primeiros defensores apenas em 2013. Sendo assim, o surgimento das defensorias se deu por último nos estados de São Paulo (2006), Paraná (2011) e Santa Catarina (2012).

2.6 O HISTÓRICO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

Antes da criação do modelo institucional de Defensoria nos moldes constitucionais, por volta da década de 70 do século passado, a assistência jurídica gratuita no Estado do Paraná se dava através da Procuradoria de Assistência Judiciária (PAJ), pertencente à Procuradoria Geral do Estado, portanto, fazendo parte do Ministério Público do Paraná, conforme considera a própria DPE-PR⁶². Em modelo similar àquele instituído no Estado do Rio de Janeiro no ano de 1954, o assessoramento por parte do PAJ se manteve até 20 de novembro de 1984, quando, em consequência à promulgação da Emenda Constitucional nº 23, passou a ser de responsabilidade de órgão ligado à Secretaria de Estado da Justiça, a batizada Divisão de Assistência Judiciária.

Como se verifica, ainda subsistia modelo pouco eficiente e sem qualquer autonomia, ligado inteiramente ao executivo e com funcionários estabelecidos por nomeação em comissão. Pois, em 1980, a repartição da secretaria passou a ser chamada por “Defensoria Pública”, contudo, mantendo-se seu modelo organizacional.

Promulgada a constituição, cujo texto previa a Defensoria Pública como instituição essencial à justiça, incumbida da orientação jurídica e da defesa dos necessitados, ainda tardou para que o Estado do Paraná a instituísse e instalasse efetivamente.

Assim, no caso da DPE-PR, sua instituição ocorreu no ano de 1991, por meio da Lei Complementar Estadual nº 55/1991, em que pese sua instalação efetiva

⁶² **História da DPE-PR.** Defensoria Pública do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/2018/05/1020/Defensoria-Publica-do-Parana-7-anos-de-muita-historia-e-orgulho.html>>. Acesso em 24 set. 2019.

ter se dado apenas pela Lei Complementar nº 136 no ano de 2011⁶³. Paralelamente, uma vez instalada a DPE-PR, os primeiros defensores públicos estaduais nomeados (10, ao todo) não foram aprovados em concurso de carreira, o qual ocorreu pela primeira vez apenas em 2013, com o empossamento de outros 87 aprovados. Outrossim, cabe destacar que mesmo uma vez instituída, diversas disputas políticas ainda foram enfrentadas até que passasse a funcionar, como mobilizações que se iniciaram no estado de São Paulo e contaminaram os vizinhos do Sul, Paraná e Santa Catarina trazendo uma consciência social sobre o direito de acesso à justiça. Tais mobilizações foram protagonizadas por movimentos sindicais, sociais e da sociedade civil, exercendo pressão contra os governos estaduais. No paraná, o símbolo das reivindicações se materializou no slogan “Defensoria Já”, sendo utilizado como identidade visual pelos movimentos pr  defensoria no ano de 2011⁶⁴:

FIGURA 1 - SLOGAN "DEFENSORIA J "



Fonte: Manifesto Pr -Defensoria P blica⁶⁵. Disponível em
<https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/justica-e-direitos-para-quem/17030> e
<http://www.tadeuveneri.com.br/noticias/3/noticias/1624/movimento-pro-defensoria-publica-lanca-manifesto>>.

Assim, sendo a Defensoria Pública do Paraná a penúltima a ser instit ida (2011), sucedida pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, em 2013⁶⁶,

⁶³ PARANÁ. **Lei Complementar 136, de 19 de maio de 2011**: Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Promulgada em 19 de maio de 2011. Palácio do Governo em Curitiba, PR. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=60033&indice=1&totalRegistros=5&anoSpan=2016&anoSelecionado=2011&mesSelecionado=0&isPaginado=true>>. Acesso em 26 set. 2019.

⁶⁴ Tadeu Veneri. Notícias. “Movimento Pr -Defensoria Pública lança manifesto”. Disponível em: <http://www.tadeuveneri.com.br/noticias/3/noticias/1624/movimento-pro-defensoria-publica-lanca-manifesto>>. Acesso em 27 set. 2019.

⁶⁵ Manifesto na íntegra: <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/03/MANIFESTO-DO-MOVIMENTO-PR%c3%93.pdf>

⁶⁶ DPE-SC. Institucional. **História da Defensoria Pública no Brasil e no Estado de Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.defensoria.sc.gov.br/index.php/institucional>>. Acesso em 27 set. 2019.

chegou-se à marca final da existência da instituição em todos os Estados da Federação. Portanto, a partir do próximo capítulo, passa-se à análise das estruturas atuais, mediante dados do documento “Mapa da Defensoria Pública no Brasil” e do “IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil”, no caso amplo nacional, bem como das informações disponíveis no site da Defensoria Pública do Estado do Paraná, no que se refere ao contexto específico do estado, ademais, complementado por informações advindas da própria administração da defensoria.

3 A ATUAL ESTRUTURA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS NO BRASIL

Primeiramente, cabe ressaltar alguns aspectos delimitadores da pesquisa em questão, seguindo sobretudo os métodos adotados pelas obras “Mapa da Defensoria Pública no Brasil”⁶⁷ e “IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil”⁶⁸.

O exame da instituição se dá nas seguintes frentes: número de comarcas atendidas pela defensoria; número de defensores (de forma integral e proporcional); número de funcionários de apoio, bem como estagiários; concentração dessa atuação regionalmente; remuneração dos Defensores estaduais; ano de instalação da Defensoria de cada estado; orçamento de cada uma delas; comparações de razão de defensores e população-alvo por estado; e valor executado por UF per-capita. A utilização do orientador geográfico das comarcas é preceito utilizado por todo o estudo originário, considerado que toda a estrutura judiciária se pauta nessa forma de organização:

Tomar o território como orientador do planejamento das ações exige, no caso do sistema de justiça brasileiro, adotar a comarca como referência espacial básica, uma vez que toda a estrutura organizacional da justiça dos estados tem-na como unidade administrativa e jurisdicional, a qual indica os limites territoriais da competência de um determinado juízo de primeira instância. Como nem sempre a divisão por comarcas coincide com a divisão do território estadual em municípios – havendo aquelas que englobam vários pequenos municípios –, [é] necessário adequar o mapa territorial dos estados à divisão por comarcas para, a partir daí, compor o quadro sociodemográfico dos territórios que importam para a organização judiciária brasileira.⁶⁹

No que tange ao campo amostral de análise, o presente trabalho compreende o quadro de funcionários conforme os dados levantados pelo IV Diagnóstico, portanto, considerando até o ano de 2014. Outrossim, em sequência haverá a apresentação condensada dos dados atuais da Defensoria Pública do Paraná, em específico de seus setores criminais e de execução penal. Tais dados

⁶⁷ ANADEP. **Mapa da Defensoria Pública no Brasil**. Brasília, DF: 2013.

⁶⁸ **IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil** / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. 138 p. : il. color. -- (Diálogos da justiça)

⁶⁹ Ibidem. pág. 33.

serão selecionados no endereço eletrônico da DPE-PR⁷⁰ e nos demais atos oficiais emanados pela instituição, de forma que devem ser mais atualizados do que os dados apresentados sobre o contexto nacional.

3.1 ANÁLISE DO CONTEXTO NACIONAL

Segundo último levantamento do estudo “IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil”, o qual apresentou dados até o ano de 2014, houve um crescimento evidente entre a realidade apresentada no ano de 2003, quando se iniciaram as apurações sobre a cobertura da Defensoria, e o ano de 2014, utilizado como base mais recente para atualização. Entretanto, quando se comparam sobretudo os anos de 2008 e 2014 nota-se uma queda em grande parte dos Estados, como demonstra tabela abaixo:

TABELA 2 - QUANTIDADE DE COMARCAS ATENDIDAS PELAS DEFENSORIAS DOS ESTADOS EM RELAÇÃO ÀS COMARCAS EXISTENTES

UF	QUANTIDADE DE COMARCAS ATENDIDAS				QUANTIDADE DE COMARCAS EXISTENTES			
	2003	2005	2008	2014	2003	2005	2008	2014
AC	14	22	-	9	22	22	22	22
AL	63	55	12	30	63	63	57	61
AM	1	21	8	51	58	44	59	61
AP	10	10	-	-	10	10	16	16
BA	29	28	33	28	275	276	278	276
CE	30	55	74	47	164	172	134	153
DF	12	12	14	14	12	12	14	14
ES	38	23	35	40	79	78	74	78
GO	-	-	-	3	130	130	130	130
MA	4	4	6	27	98	98	217	116
MG	131	140	109	103	291	294	294	296
MS	50	50	54	30	50	50	54	55
MT	22	28	67	53	53	73	79	79
PA	49	19	-	58	143	38	96	96
PB	72	73	77	70	72	73	85	77
PE	59	80	84	77	132	174	150	150
PI	3	10	95	26	98	106	95	94
PR	-	-	-	21	144	144	144	144

⁷⁰ DPE-PR. Site da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/>>. Acesso em 6 set. 2019.

RJ	82	82	-	81	82	94	81	81
RN		7		9	63	63	63	65
RO	12	21	22	23	22	22	44	25
RR	6	7	8	8	6	7	8	8
RS	114	121	144	158	161	162	165	164
SC	-	-	-	28	112	112	112	112
SE	8	60		9	37	64	39	39
SP		22	22	43	309	309	272	273
TO	22	18	42	42	45	42	42	42
TOTAL	831	968	906	1088	2731	2732	2824	2727

FONTE: IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. p. 58-59.

Em que pese o aumento na maioria dos casos, em Estados como Acre, Alagoas, Amapá, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul houve uma diminuição no número absoluto de comarcas atendidas pela Defensoria, sem que acontecesse alteração significativa no número de comarcas de cada uma destas unidades federativas. Em outras situações, mesmo com números mais favoráveis do que a medição inicial, ainda assim ocorreu queda no número de comarcas atendidas em relação a outros anos. Não obstante, apenas as Defensorias em Roraima (RR), Tocantins (TO), Rio de Janeiro (RJ) e Distrito Federal (DF) possuíam atendimento em todas as comarcas até 2014. Por sua vez, no que tange à abrangência nas unidades jurisdicionais de cada estado o cenário se mostra ainda pior:

TABELA 3 - UNIDADES JURISDICIONAIS ATENDIDAS EM 2014 PELAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS

UF	UNIDADES JURISDICIONAIS ATENDIDAS	UNIDADES JURISDICIONAIS EXISTENTES
AC	53	56
AL	116	218
AM	53	165
AP	-	40
BA	23	731
CE	46	419
DF	14	190
ES	34	257
GO	-	354
MA	32	316
MG	103	852
MS	45	171
MT	64	270
PA	44	432
PB	60	238
PE	111	454
PI	26	-
PR	21	541

RJ	568	568
RN	9	269
RO	17	103
RR	-	45
RS	158	493
SC	24	356
SE	80	116
SP	43	1.604
TO	42	120
TOTAL	1786	9378

FONTE: **IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil** / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. p. 61-62.

Ou seja, tendo em vista a previsão do Art. 98, §1º do ADCT da Constituição Federal, pelo qual todas as Defensorias deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, apenas o Rio de Janeiro estaria em vias de cumpri-la.

Embora a previsão tenha como prazo 8 anos (de 2014 até 2022), dadas as evoluções apresentadas na TABELA 2, grande parte das Defensorias ainda está longe de alcançar a meta.

Dentro do ponto de instalação das unidades das Defensorias nas Unidades da Federação passa-se a analisar os recursos humanos das mesmas, que representam de fato a existência ou não de atendimento à altura do necessário. Por Recursos Humanos se entende, basicamente, o corpo de funcionários que compõem cada instituição.

Obviamente, os Defensores são a figura mais importante, porém, para fins de diagnóstico efetivo da capacidade de atuação de cada uma das defensorias, serão verificados os recursos humanos como um todo, contabilizando defensores, servidores, assessores comissionados (quando houver dados) e estagiários de graduação e pós-graduação.

Embora os dados apontem para uma média de 227 Defensores Públicos Estaduais por UF no ano de 2014, segundo o estudo, as cifras variam muito, variando de 38 Defensores no Rio Grande do Norte a 719 em São Paulo (sobretudo em razão da proporção populacional) e 771 profissionais no RJ, com a Defensoria mais tradicional, como se verifica na tabela a seguir:

TABELA 4 - NÚMERO DE DEFENSORES PÚBLICOS ESTADUAIS ATIVOS POR ESTADO (2014)

UF	Nº DE DEFENSORES PÚBLICOS ATIVOS
AC	53
AL	72
AM	109
AP	-
BA	267
CE	284
DF	191
ES	186
GO	18
MA	142
MG	581
MS	173
MT	182
PA	269
PB	245
PE	246
PI	105
PR	76
RJ	771
RN	38
RO	64
RR	39
RS	379
SC	101
SE	92
SP	719
TO	110
TOTAL	5.512

FONTE: **IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil** / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. p. 14-15.

O número de defensores, nesse sentido, deve ser proporcional à demanda efetivamente existente em cada estado ou região, posto que o número absoluto, embora possa ser maior em determinado Estado, ainda é passível de representar um déficit.

Segundo o IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, confrontando-se o número de defensores com o da população alvo, isto é, a parcela da população com idade superior a 10 anos e que possua renda familiar de até 3 salários mínimos, tem-se um déficit alarmante:

TABELA 5 - RAZÃO ENTRE POPULAÇÃO ALVO DOS ESTADOS E NÚMERO DE DEFENSORES ESTADUAIS ATIVOS

UF	Nº DE DEFENSORES PÚBLICOS ATIVOS	POPULAÇÃO-ALVO	RAZÃO (POP./ DEF.)
AC	53	270.867	5.111
AL	72	1.255.235	17.434

AM	109	1.232.907	11.311
AP	-	234.812	-
BA	267	6.279.654	23.519
CE	284	3.850.129	13.557
DF	191	904.741	4.737
ES	186	1.637.105	8.802
GO	18	2.861.175	158.954
MA	142	2.622.931	18.471
MG	581	9.559.377	16.453
MS	173	1.129.880	6.531
MT	182	1.341.821	7.373
PA	269	2.924.239	10.871
PB	245	1.718.460	7.014
PE	246	3.849.256	15.647
PI	105	1.387.325	13.213
PR	76	4.995.861	65.735
RJ	771	6.929.053	8.987
RN	38	1.425.164	37.504
RO	64	680.909	10.639
RR	39	158.303	4.059
RS	379	5.424.244	4.312
SC	101	3.140.015	31.089
SE	92	897.336	9.754
SP	719	17.932.005	24.940
TO	110	604.171	5.492
TOTAL	5.512	75.246.975	13.651

FONTE: **IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil** / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. p. 44-45.

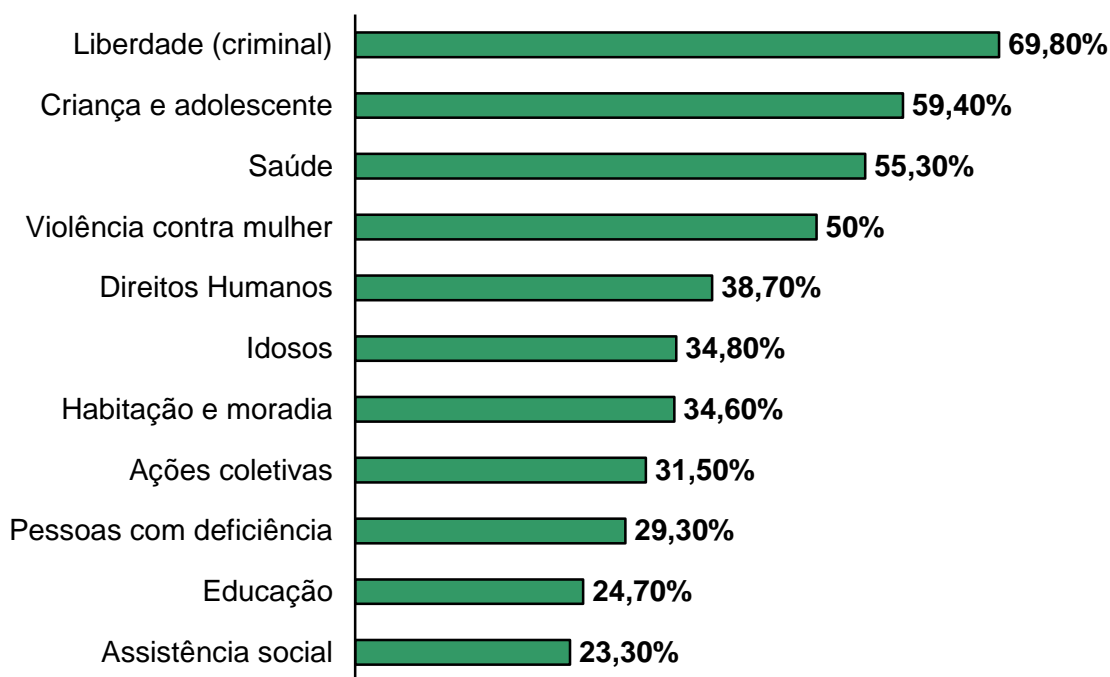
Como se infere da tabela, o estado de São Paulo chama atenção pela grande quantidade de pessoal alocado em sua Defensoria, instalada há pouco mais de nove anos, em janeiro de 2006. Em 2014, a instituição de São Paulo contava com 719 Defensores, para uma população alvo superior a 17 milhões de pessoas, a maior de todo o país, que pode ser considerada como baixa proporção se comparada com os demais estados.

As melhores proporções se encontram nos Estados do Roraima, Acre e Rio Grande do Sul, bem como no Distrito Federal. Enquanto os dois primeiros não possuem número elevado de pessoas consideradas população-alvo, o Distrito Federal possui quase 1 milhão de pessoas consideradas população-alvo e o Rio Grande do Sul mais de 5 milhões. Inversamente, as situações mais dramáticas

podem ser encontradas no estado do Paraná e em Santa Catarina, nos quais cada Defensor corresponde a 65 e 31 mil habitantes, respectivamente, justamente pela juventude da instituição nestes territórios.

Outro recorte importante a ser feito é em relação à área de atuação dos defensores, uma vez que o enfoque da pesquisa, além do diagnóstico acerca da estrutura da defensoria, é verificar a assistência criminal essencialmente. Portanto, considerando que os dados estão atualizados somente até o ano de 2015, será realizada pesquisa empírica mais aprofundada na oportunidade em que forem apresentados os dados paranaenses, em tópico seguinte. Por sua vez, os dados nacionais entre os anos de 2009-2014 representam a seguinte porcentagem:

GRÁFICO 1 - PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS ESTADUAIS ENTRE 2009 E 2014



FONTE: **IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil** / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. p. 22.

Pela exposição do percentual, tem-se que a área cuja atenção é dada de forma mais acentuada é a criminal, abarcando a defesa dos réus nos processos criminais e a atuação nas varas de execução, presídios e delegacias em favor dos custodiados e condenados.

Por outro lado, além da presença de Defensores em si, a ausência de funcionários de apoio, como assessores jurídicos e administrativos, bem como estagiários, é um dos problemas fundamentais e uma das maiores barreiras para a prestação de auxílio jurídico. De acordo com a pesquisa realizada com os Defensores Públicos (IV Diagnóstico da Defensoria Pública⁷¹), foi sinalizado que 44,4% das unidades não possuem servidores para o desempenho de atividades administrativas e 62,5% não contam com quadro de servidores de apoio. Quanto à existência de estagiários, estão presentes em 86,4% das Defensorias Estaduais. A tabela abaixo indica o déficit desses servidores por UF:

TABELA 6 - EXISTÊNCIA DE QUADROS DE PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS, ESTAGIÁRIOS E DE APOIO NAS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL

UF	QUADRO PRÓPRIO DE SERVIDORES PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			QUADRO DE ESTAGIÁRIOS PARA APOIO		QUADRO PRÓPRIO DE SERVIDORES DE APOIO	
	NÃO	SIM, EXCLUSIVOS PARA ESSA FUNÇÃO	SIM, NÃO EXCLUSIVOS PARA ESSA FUNÇÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
AC	86,1%	2,8%	11,1%	30,6%	69,4%	94,4%	5,6%
AL	67,4%	18,4%	14,3%	6,1%	93,9%	83,7%	16,3%
AM	58,1%	22,9%	19,1%	40,0%	60,0%	69,5%	30,5%
BA	62,3%	17,7%	20,0%	2,3%	97,7%	80,8%	19,2%
CE	85,9%	8,2%	6,0%	11,4%	88,6%	84,8%	15,2%
DF	69,2%	16,0%	14,9%	6,4%	93,6%	89,4%	10,6%
ES	84,7%	6,9%	8,3%	2,1%	97,9%	91,7%	8,3%
GO	83,3%	0,0%	16,7%	66,7%	33,3%	91,7%	8,3%
MA	67,9%	22,6%	9,5%	14,3%	85,7%	85,7%	14,3%
MG	65,7%	20,5%	13,8%	30,3%	97,4%	85,4%	14,6%
MS	33,3%	44,1%	22,6%	76,3%	89,0%	49,5%	50,5%
MT	70,5%	12,8%	16,7%	2,6%	97,4%	76,9%	23,1%
PA	34,3%	43,8%	21,9%	11,0%	89,0%	46,6%	53,4%
PB	60,4%	22,6%	17,0%	41,5%	58,5%	75,5%	24,5%
PE	77,3%	11,3%	11,3%	19,6%	80,4%	87,6%	12,4%
PI	98,3%	0,0%	1,7%	18,3%	81,7%	100,0%	0,0%
PR	25,5%	58,8%	15,7%	2,0%	98,0%	31,4%	68,6%
RJ	19,3%	43,2%	37,5%	3,0%	97,0%	38,6%	61,4%

⁷¹ **IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil** / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. pág. 47.

RO	60,0%	20,0%	20,0%	40,0%	60,0%	70,0%	30,0%
RR	35,5%	54,8%	9,7%	0,0%	100,0%	48,4%	51,6%
RS	3,9%	81,3%	14,8%	1,6%	98,4%	39,1%	60,9%
SC	10,3%	64,1%	25,6%	1,3%	98,7%	57,7%	42,3%
SE	70,4%	11,1%	18,5%	13,0%	87,0%	87,0%	13,0%
SP	0,3%	89,6%	10,1%	1,3%	98,7%	32,0%	68,0%
TO	0,0%	90,7%	9,3%	9,3%	90,7%	9,3%	90,7%

FONTE: IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. p. 47-48.

Considerando a remuneração dos Defensores, nota-se uma assimetria considerável, de modo que alguns Estados recebem uma remuneração bruta inicial maior do que a bruta final de outros. A tabela abaixo, expõe os salários iniciais, os finais e a diferença entre ambos:

TABELA 7 - RELAÇÃO ENTRE REMUNERAÇÃO BRUTA INICIAL E FINAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS DOS ESTADOS

UF	REMUNERAÇÃO BRUTA INICIAL	REMUNERAÇÃO BRUTA FINAL	DIFERENÇA
AC	R\$ 13.000,00	R\$ 22.600,00	R\$ 9.600,00
AL	R\$ 26.125,15	R\$ 30.471,10	R\$ 4.345,95
AM	R\$ 14.600,30	R\$ 18.655,94	R\$ 4.055,64
AP	-	-	-
BA	R\$ 19.858,00	R\$ 27.242,08	R\$ 7.384,08
CE	R\$ 20.587,11	R\$ 24.011,79	R\$ 3.424,68
DF	R\$ 22.500,00	R\$ 25.030,31	R\$ 2.530,31
ES	R\$ 10.395,30	R\$ 15.593,79	R\$ 5.198,49
GO	R\$ 15.591,92	R\$ 18.866,22	R\$ 3.274,30
MA	R\$ 23.937,19	R\$ 27.919,16	R\$ 3.981,97
MG	R\$ 18.935,15	R\$ 25.172,53	R\$ 6.237,38
MS	R\$ 24.818,90	R\$ 30.471,11	R\$ 5.652,21
MT	R\$ 19.992,09	R\$ 30.471,10	R\$ 10.479,01
PA	R\$ 17.481,78	R\$ 30.471,10	R\$ 12.972,32
PB	R\$ 9.770,96	R\$ 13.005,15	R\$ 3.234,19
PE	R\$ 10.500,00	R\$ 17.000,00	R\$ 6.500,00
PI	R\$ 20.595,08	R\$ 30.471,10	R\$ 9.876,02
PR	R\$ 13.080,27	R\$ 21.631,50	R\$ 8.551,23
RJ	R\$ 25.666,87	R\$ 28.439,89	R\$ 2.773,02
RN	R\$ 10.575,60	R\$ 15.957,70	R\$ 5.382,10
RO	R\$ 18.227,00	R\$ 31.861,00	R\$ 13.634,00
RR	R\$ 22.893,39	R\$ 30.471,10	R\$ 7.577,71
RS	R\$ 22.213,44	R\$ 30.471,11	R\$ 8.257,67

SC	R\$ 8.400,00	R\$ 10.500,00	R\$ 2.100,00
SE	R\$ 10.927,04	R\$ 13.490,17	R\$ 2.563,13
SP	R\$ 18.431,20	R\$ 22.117,44	R\$ 3.686,24
TO	R\$ 26.125,17	R\$ 30.471,11	R\$ 4.345,94

FONTE: IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. p. 52.

Após a Emenda Constitucional 45/2004⁷², foi alcançada pelas Defensorias a almejada autonomia funcional, administrativa e orçamentaria, esta nos limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO).

A vista disso, em termos de orçamento de custeio das Defensorias, as fontes de receita provêm, hoje, primeiramente, do tesouro Estadual, seguidas pela receita dos Convênios Federais, dos Fundos Próprios das Defensorias (em sua maioria decorrente de honorários de sucumbência) e de doações e outras fontes. A existência de recursos próprios como fonte de renda ajuda a ampliar os investimentos e a atuação estratégica. Entretanto, o que se infere na prática é uma diminuição de sua proporção no total de contribuição com os orçamentos, passando de 36,5%, em média, no ano de 2009, para cerca de 22% de participação dos fundos próprios nos orçamentos das Defensorias, conforme os dados de 2014⁷³.

Os dados de composição dos orçamentos se apresentam nas tabelas abaixo, respectivamente com a média nacional e com a divisão por UF:

TABELA 8 - MEDIA NACIONAL DE ORÇAMENTO DAS DEFENSORIAS ESTADUAIS POR FONTE DE RENDA

FONTE	2009	2014
FUNDO PRÓPRIO	R\$ 24.867.632,28	R\$ 30.725.637,93
TESOURO ESTADUAL	R\$ 40.766.207,10	R\$ 102.094.505,26
CONVÊNIOS FEDERAIS	R\$ 1.056.273,69	R\$ 1.196.492,60
SUBVENÇÕES E DOAÇÕES	-	R\$ 5.000,00
OUTRAS FONTES	R\$ 1.414.415,54	R\$ 2.823.726,74
TOTAL	R\$ 68.104.528,61	R\$ 136.845.362,53

⁷² BRASIL. **Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004**. Promulgada em 30 de dezembro de 2014. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm>. Acesso em: 24 set. 2019.

⁷³ **IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil** / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. pág. 28.

FONTE: IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. p. 29.

TABELA 9 - FONTE DE RENDA DAS DEFENSORIAS DE CADA ESTADO

UF	Fundo Próprio	Tesouro Estadual	Convênios Federais	Subvenções ou Doações	Outras Fontes	TOTAL
AC	R\$ 85.000,00	R\$ 2.330.000,00	R\$ 150.000,00	-	-	R\$ 2.565.000,00
AL	R\$ 194.573,46	R\$ 39.704.091,00	R\$ 120.665,80	-	-	R\$ 40.019.330,26
AM	R\$ 7.288.657,42	R\$ 65.939.508,06	R\$ 210.147,05	-	-	R\$ 73.438.312,53
BA	R\$ 240.000,00	R\$ 157.072.885,00	-	-	-	R\$ 157.312.885,00
CE	R\$ 16.769.792,00	R\$ 89.797.499,51	R\$ 358.939,00	-	R\$ 9.008.500,00	R\$ 115.934.730,51
DF		R\$ 126.747.743,00	-	-	R\$ 9.750.079,27 ⁷⁴	R\$ 136.497.822,27
ES	R\$ 13.578.932,00	R\$ 45.675.007,00	-	-	-	R\$ 59.253.939,00
MA	-	R\$ 55.120.000,00	-	-	-	R\$ 55.120.000,00
MG	-	R\$ 272.656.623,46	R\$ 1.613.971,88	R\$ 5.000,00	R\$ 2.787.349,94	R\$ 277.062.945,28
MS	R\$ 11.450.324,24	R\$ 122.740.357,22	-	-	-	R\$ 134.190.681,46
MT	-	R\$ 75.852.009,00	-	-	-	R\$ 75.852.009,00
PA	R\$ 126.500,00	R\$ 131.351.076,85	R\$ 773.672,10	-	-	R\$ 132.251.248,95
PB	R\$ 855.895,33	R\$ 71.276.447,00	-	-	-	R\$ 72.132.342,33
PE	R\$ 2.738.700,00	R\$ 97.011.765,00	R\$ 10.000,00	-	R\$ 11.930.000,00	R\$ 111.690.465,00
PI	R\$ 64.597,00	R\$ 12.788.287,85	-	-	-	R\$ 12.852.884,85
PR	-	R\$ 59.850.709,00	-	-	R\$ 2.452.086,97	R\$ 62.302.795,97
RJ	R\$ 61.456.205,44	R\$ 451.652.597,12	-	-	R\$ 7.180.549,02	R\$ 520.289.351,58
RN	R\$ 57.127,40	R\$ 18.225.850,13	-	-	-	R\$ 18.282.977,53
RO	R\$ 245.480,88	R\$ 39.227.247,00	-	-	-	R\$ 39.472.727,88
RS	R\$	R\$	R\$	-	-	R\$

⁷⁴ Segundo a fonte, “Os dados relativos ao Distrito Federal não foram contabilizados, uma vez que não houve como conferir se as somas vultosas dessa unidade da federação são de fato as informadas ou se houve erros de digitação.”. Entretanto, conforme tabela apresentada à frente (tabela 10), na qual estão dispostos os valores executados por UF, percebe-se que o valor em questão para as outras fontes do DF trata-se de R\$ 9.750.079,27, e não R\$ 9.750.079.269,00 como o gráfico original traz. Portanto, uma vez que o valor executado no caso do DJ é quase idêntico ao que se verifica da proposta total acima, supõe-se que esteja correto. Assim, será utilizado o valor aproximado por meio da divisão por 1000. A soma do total será feita considerando essa correção.

	4.511.100,00	327.000.000,00	25.000.000,00			356.511.100,00
SC	-	-	-	-	R\$ 31.377.082,00	R\$ 31.377.082,00
SE	R\$ 557.468,00	R\$ 37.713.870,00	-	-	-	R\$ 38.271.338,00
SP	R\$ 617.071.472,00	R\$ 66.665.842,00	-	-	-	R\$ 683.737.314,00
TO	R\$ 117.005,05	R\$ 83.868.711,00	R\$ 688.576,00	-	-	R\$ 84.674.292,05

FONTE: IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. p. 29.

Os valores orçamentários acima, sobretudo os valores advindos do Tesouro Estadual, representam estimativas de proposta orçamentária das defensorias estaduais em relação às Leis de Diretrizes Orçamentárias de sua respectiva UF. Destarte, considerando que nem todos os projetos foram aprovados pelos poderes legislativos e executivos estaduais (60% sofreram cortes e apenas 34,8% foram aprovados sem nenhum veto⁷⁵), os valores efetivamente executados diferem substancialmente em alguns casos. Para esse efeito, a razão per capita dos valores executados, considerando os números da população alvo, se dão na proporção abaixo considerada:

TABELA 10 - VALORES EXECUTADOS EM 2014 POR UF, EM COMPARAÇÃO À POPULAÇÃO-ALVO

UF	Valor Executado	População-Alvo	Gasto per capita
AC	R\$ 1.700.000,00	270.867	R\$ 6,28
AL	R\$ 35.488.601,94	1.255.235	R\$ 28,27
AM	R\$ 64.702.172,62	1.232.907	R\$ 52,48
BA	R\$ 148.636.057,00	6.279.654	R\$ 23,67
CE	R\$ 97.822.425,87	3.850.129	R\$ 25,41
DF	R\$ 136.498.535,69	904.741	R\$ 150,87
ES	R\$ 63.901.840,17	1.637.105	R\$ 39,03
MA	R\$ 55.120.000,00	2.622.931	R\$ 21,01
MG	R\$ 275.106.826,22	9.559.377	R\$ 28,78
MS	R\$ 122.740.357,22	1.129.880	R\$ 108,63
MT	R\$ 78.252.009,00	1.341.821	R\$ 58,32
PA	R\$ 127.259.547,34	2.924.239	R\$ 43,52
PB	R\$ 71.276.623,36	1.718.460	R\$ 41,48

⁷⁵ **IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil** / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. pág. 31

PE	R\$ 97.354.393,09	3.849.256	R\$ 25,29
PI	R\$ 56.462.629,73	1.387.325	R\$ 40,70
PR	R\$ 37.189.596,59	4.995.861	R\$ 7,44
RJ	R\$ 521.850.890,88	6.929.053	R\$ 75,31
RN	R\$ 16.283.112,35	158.303	R\$ 102,86
RO	R\$ 43.930.015,78	680.909	R\$ 64,52
RS	R\$ 248.497.438,42	5.424.244	R\$ 45,81
SC	R\$ 31.377.082,00	3.140.015	R\$ 9,99
SE	R\$ 36.894.943,41	897.336	R\$ 41,12
SP	R\$ 729.308.805,00	17.932.005	R\$ 40,67
TO	R\$ 83.617.429,58	604.171	R\$ 138,40

FONTE: **IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil** / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. p. 36.

Os 3 Estados com menor investimento considerando o orçamento executado em razão do número de população alvo foram Acre, Paraná e Santa Catarina, respectivamente. Controversamente, em outros indicadores, o Acre se destaca, sendo um deles o de público-alvo por número de defensores, possuindo a 3ª melhor colocação, sobretudo pela reduzida população-alvo, ao mesmo tempo que possui o 5º menor salário bruto inicial e o 10º menor final, o que também influencia diretamente para um menor orçamento executado. O Paraná, por sua vez, ocupa a 2ª pior posição de valores per capita executados, ao tempo que ocupa a pior posição no indicador de público-alvo por número de defensores, apesar de possuir remuneração semelhante àquela dos defensores do Acre.

3.2 O DIAGNÓSTICO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Neste capítulo, será analisado o caso da Defensoria do Estado do Paraná, realizando-se uma comparação com cada um dos dados coletados pela pesquisa, em referência até o ano de 2014. Em sequência, tais resultados serão confrontados com os atualizados apresentados na pesquisa. Para tanto, a disposição se dará por tópicos, ou seja, primeiramente se avaliará a presença de unidades da DPE-PR nas Comarcas e Municípios do Estado, comparando a realidade de 2014 e do presente contexto, prosseguindo-se para as respectivas análises dos demais temas, como número de defensores, número de funcionários, atualização na remuneração e assim sucessivamente.

3.2.1 Abrangência geográfica da DPE-PR e número de defensores lotados em cada unidade

Segundo os dados confrontados até então, no ano de 2014 o Paraná possuía atendimento em 21 das 144 comarcas consideradas no estudo, um dos índices mais baixos de cobertura até então.

A fim de comparar tais dados com os dados atuais, considerar-se-á a composição do Estado do Paraná em 163 comarcas⁷⁶ e 399 Municípios. Nesse interim, a Defensoria Pública se encontra oficialmente instalada em 17 comarcas, que abrangem 54 municípios, de forma que alguns não constituem comarcas autônomas, pertencendo a outra.

Para efeitos práticos, a organização da Defensoria Pública do Estado se concentra em sedes em entrâncias intermediárias, finais e de regiões metropolitanas⁷⁷ (especialmente Londrina e Maringá), ou seja, cada uma destas, caso atendidas pela defensoria pública, representa uma sede da Defensoria propriamente dita. Assim sendo, são as seguintes as 17 unidades da DPE-PR das respectivas comarcas:

a) Comarcas de Entrância Intermediária:

- Foz do Iguaçu (abrangendo Santa Terezinha de Itaipu);
- Francisco Beltrão (abrangendo Enéas Marques e Manfrinópolis);
- Umuarama (abrangendo Perobal, Maria Helena e Douradina);
- Cornélio Procópio (abrangendo Leópolis e Sertaneja).

b) Comarcas de Entrância Final:

- Cascavel (abrangendo Santa Tereza do Oeste e Lindoeste);
- Cianorte (abrangendo Farol e Luiziana);
- Apucarana (abrangendo Tambira e Novo Itacolomi);

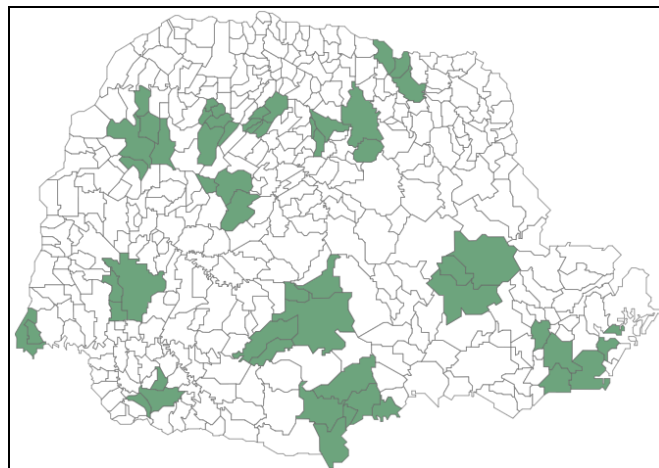
⁷⁶ O número de comarcas foi estabelecido considerando como “cada comarca com foros próprios, ou seja, cada um dos foros regionais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba foi entendida como uma comarca independente, a título exemplificativo. O número de 163 foi obtido com base na consulta dos magistrados por comarcas, no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná. TJPR. Consultas. Endereços e Informações. **Consultar Magistrados (Comarcas e Seções)**. Disponível em: <<https://www.tjpr.jus.br/magistrados>>. Acesso em 26 out. 2019.

⁷⁷ MPPR. Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional. **Divisão das Comarcas paranaenses, por entrância e por seções judiciárias**. Disponível em: <<http://www.planejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2813>>. Acesso em 27 out. 2019.

- Guarapuava (abrangendo Turvo, Campina do Simão, Candói e Foz do Jordão);
 - União da Vitória (abrangendo Paula Freitas, Porto Vitória, Cruz Machado, Bituruna e General Carneiro);
 - Ponta Grossa;
 - Castro (abrangendo Carambeí).
- c) Comarcas da Região Metropolitana:
- Maringá (abrangendo Paiçandu, Doutor Camargo, Floresta e Ivatuba);
 - Londrina (abrangendo também Tamarana).
- d) Comarca da Região Metropolitana de Curitiba⁷⁸:
- Curitiba;
 - São José dos Pinhais (abrangendo também Tijucas do Sul);
 - Guaratuba;
 - Paranaguá.

De forma gráfica, a divisão se dá da seguinte maneira:

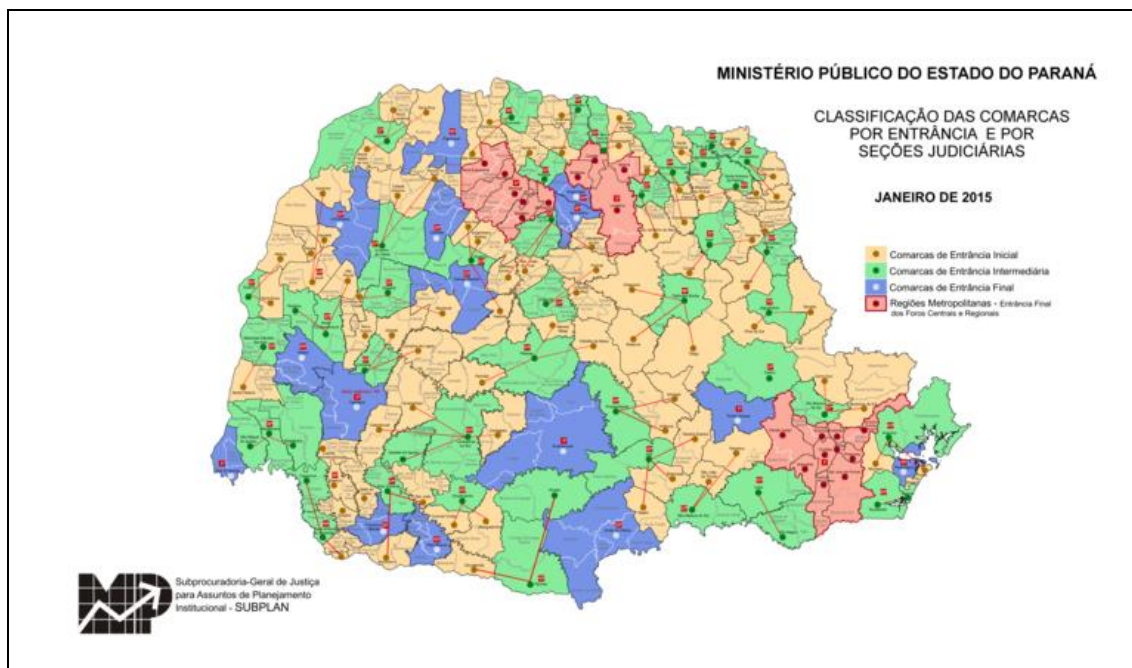
FIGURA 2 - MAPA DAS CIDADES EM QUE HÁ ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA



FONTE: DPE-PR. Institucional. Mapa das Cidades. **Cidades em que há atuação da Defensoria Pública**. Disponível em: <http://www.defensoriapublica.pr.def.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=35>. Acesso em 18 out. 2019.

⁷⁸ Comarca com caso específico, pois os municípios componentes são representados por Defensorias autônomas.

FIGURA 3 - COMARCAS DO PARANÁ POR ENTRÂNCIA E SEÇÕES JUDICIÁRIAS



FONTE: MPPR. Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional. **Divisão das Comarcas paranaenses, por entrância e por seções judiciárias.** Disponível em: <<http://www.planejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2813>>. Acesso em 27 out. 2019.

Em questão de números absolutos de defensores, a DPE-PR atingia em 2014 a 7º pior colocação nacional (vide TABELA 4), com 76 profissionais, número este que alcança em 2019 a marca de 104 defensores. Tais defensores estão lotados majoritariamente em Curitiba, sendo subdivididos também em função dos respectivos ofícios de atuação (Criminal, Execução e outras – cível, infracional, etc). Assim, com base em consulta às informações da Defensoria do Paraná, tem-se a seguinte divisão de defensores por unidades da instituição:

TABELA 11 - NÚMERO DE DEFENSORES POR ÁREA NAS UNIDADES DA DEFENSORIA DO ESTADO DO PARANÁ

Município	Defensores em varas criminais e de Júri	Defensores em Varas de execução penal	Defensores em outras áreas	Total
Foz do Iguaçu e Santa Terezina de Itaipu	0	1	2	3
Cascavel, Lindoeste e Santa Tereza do Oeste	0	1	2	3
Francisco Beltrão, Manfrinópolis e Enéas Marques	1*	1*	2*	2*
Umuarama, Perobal, Douradina e Maria Helena	0	0	2	2

Cianorte, Cruzeiro do Oeste, São Manoel do Paraná, Japura, Indianópolis, São Tomé e Jussara	0	0	1	1
Campo Mourão, Farol e Luiziana	0	0	0	0 **
Maringá, Ivatuba, Paçandu, Floresta e Doutor Camargo	0	1	3	4
Londrina e Tamarana	0	3 (2*)	2	5
Apucarana, Cambira e Novo Itacolomi	2*	0	2*	2
Cornélio Procópio, Leópolis e Sertaneja	0	0	0	0
Guarapuava, Foz do Jordão, Condói, Campina do Simão e Turvo	0	1 (*)	1	2
União da Vitória, Cruz Machado, General Carneiro, Porto Vitória, Bituruna e Paula Freitas	1*	0	1	2
Ponta Grossa	3*	2*	0	4
Castro e Carambeí	1*	0	1	2
Curitiba	8 Criminais (1 acumulando execução e 1 júri)	8 (1 acumulando criminal)	53	68
São José dos Pinhais e Tijucas do Sul	0	1	2	3
Guaratuba	1*	0	1*	1
Paranaguá	Dados Não Disponíveis			
* Existência de Defensores que acumulam atuação em varas de diferentes competências				
** Não há registro de defensor oficiado, mas consta a presenta de equipe com assessoria jurídica				

FONTE: Dados retirados do site oficial da Defensoria verificando cada um dos defensores nominalmente constantes nas unidades das cidades atendidas pela DPE-PR. DPE-PR. Institucional. Mapa das Cidades. **Cidades em que há atuação da Defensoria Pública**. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=35>>. Acesso em 14 out. 2019.

Dessa forma, o número de comarcas atendidas pela defensoria, que segundo dados da própria defensoria, é de 17, embora apenas 15 delas realmente possuam defensores oficiados no momento. Portanto, consideram-se atendidas 17 comarcas, incluindo as comarcas de Campo Mourão e Cornélio Procópio, nas quais não se apresentam defensores oficiados, em que pese constem como comarcas no mapa de cidades onde há atuação da Defensoria.

Destarte, em termos de abrangência no Estado do Paraná houve redução desde a marcação de 2014, com 21 comarcas atendidas à época e 17 atualmente.

Todavia, nota-se um aumento considerável no número de defensores, sobretudo em consequência ao grande número de defensores oficiados em Curitiba, 68 conforme a tabela acima. Em termos absolutos, tem-se um total de 104 defensores no Paraná, em contraste com os 76 existentes na pesquisa de 2014.

Portanto, em se tratando do previsto no Art. 98, §1º, do ADCT da CF, a Defensoria do Paraná está ainda mais distante de alcançar a marca de todas as

comarcas atendidas em 2022 do que estava em 2014 (quando o referido dispositivo foi incluído pela EC 80/2014), conforme medição daquele ano.

Outrossim, A Lei Orgânica da Defensoria Pública do Paraná (Lei Complementar 136/2011⁷⁹) definiu, em seu Art. 88, §3º, que a prioridade de lotação dos defensores se concentra nas Varas da Infância e Juventude, Varas de Família, Varas Criminais e de Execução Penal, observando as regiões com maior adensamento populacional e índices de vulnerabilidade social. Contudo, em sua maioria as comarcas atendidas não possuem atendimento principalmente no setor criminal (7 das 17 comarcas atendidas, apenas), sucedido pelo de execução penal, no qual se verificam defensores em 9 destas.

3.2.2 Funcionários de apoio

Para que se tenha um diagnóstico conclusivo acerca da efetividade do acesso à justiça garantido pela Defensoria Pública é necessário compreender que não apenas os defensores são fundamentais para tanto. Nesse contexto, cabe a outras áreas do conhecimento apresentar suas contribuições, sobretudo em se tratando de uma população alvo com extrema vulnerabilidade social, principalmente no caso criminal. Assim, profissionais da psicologia e da assistência social são componentes essenciais das unidades das DPE. A interdisciplinaridade é um “olhar que vai do objeto material de onde foi derivado, passando-se, então, à apreensão deste sob a perspectiva do outro, ou outros saberes distintos, que também o analisam” (GUSTIN, 2004⁸⁰), sendo que os direitos dos cidadãos apenas se alcançam de forma plena com sua verificação, bem como a própria garantia do acesso à justiça.

Dada a importância da presença de outros profissionais, não bastasse o baixo número de defensores paranaenses, quanto aos dados relativos à existência

⁷⁹ PARANÁ. **Lei Complementar 136, de 19 de maio de 2011**: Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Promulgada em 19 de maio de 2011. Palácio do Governo em Curitiba, PR. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=60033&indice=1&totalRegistros=5&anoSpan=2016&anoSelecionado=2011&mesSelecionado=0&isPaginado=true>. Acesso em: 26 set. 2019.

⁸⁰ GUSTIN, Miracy B. S. **Efetividade e fundamentos da interdisciplinaridade no Ensino Superior**. Belo Horizonte: Revista FGV, 2004.

de outros funcionários, cerca de 25% das unidades da DPE-PR não contavam com servidores para atividades administrativas e 31% não contavam com servidores de apoio em 2014, conforme apresentado no capítulo 3.1 (TABELA 6).

Atualmente, em contrapartida, apenas a unidade da comarca de União da Vitória (juntamente às cidades abrangidas por ela) não possui qualquer funcionário, sejam assessores jurídicos, funcionários de assistência administrativa ou assistentes multidisciplinares (assistentes sociais e psicólogos). A situação do restante do estado se verifica conforme tabela:

TABELA 12 - NÚMEROS DE PROFISSIONAIS DE APOIO NAS UNIDADES DA DEFENSORIA (POR COMARCA)

MUNICÍPIO	ASSESSORES JURÍDICOS	FUNCIONÁRIOS DE ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	TOTAL
FOZ DO IGUAÇU E SANTA TEREZINA DE ITAIPU	6	1	2	9
CASCADEL, LINDOESTE E SANTA TEREZA DO OESTE	1	1	6	8
FRANCISCO BELTRÃO, MANFRINÓPOLIS E ENÉAS MARQUES	2	1	2	5
UMUARAMA, PEROBAL, DOURADINA E MARIA HELENA	4	1	2	7
CIANORTE, CRUZEIRO DO OESTE, SÃO MANOEL DO PARANÁ, JAPURÁ, INDIANÓPOLIS, SÃO TOMÉ E JUSSARA	4	2	1	7
CAMPO MOURÃO, FAROL E LUIZIANA	4	2	2	8
MARINGÁ, IVATUBA, PAIÇANDU, FLORESTA E DOUTOR CAMARGO	6	5	9	20
LONDRINA E TAMARANA	7	3	8	18
APUCARANA, CAMBIRA E NOVO ITACOLOMI	1	0	1	2
CORNÉLIO PROCÓPIO, LEÓPOLIS E SERTANEJA	1	1	3	5
GUARAPUAVA, FOZ DO JORDÃO, CONDÓI, CAMPINA DO SIMÃO E TURVO	3	3	5	11
UNIÃO DA VITÓRIA, CRUZ MACHADO, GENERAL CARNEIRO, PORTO VITÓRIA, BITURUNA E PAULA FREITAS	0	0	0	0
PONTA GROSSA	5	2	5	12
CASTRO E CARAMBEÍ	2	1	1	4
CURITIBA	29	47	19	95
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS E TIJUCAS DO SUL	2	1	1	4
GUARATUBA	0	1	1	2
PARANAGUÁ	Dados não disponíveis			

FONTE: Dados retirados do site oficial da Defensoria verificando cada um dos defensores nominalmente constantes nas unidades das cidades atendidas pela DPE-PR. DPE-PR. Institucional.

Mapa das Cidades. **Cidades em que há atuação da Defensoria Pública**. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=35>>. Acesso em 14 out. 2019.

Não obstante, vale ressaltar que a existência de número mínimo de cargos nas Defensorias é prevista pela Lei Orgânica da Defensoria do Paraná:

Art. 61. O Centro de Atendimento Multidisciplinar da Capital do Estado contará, conforme Anexo III desta Lei Complementar com equipe mínima de:

I - 01 (um) Coordenador de centro de Atendimento Multidisciplinar

II - 01 (um) cargo superior com graduação em Secretariado Executivo;

III - 03 (três) cargos superiores com graduação em Psicologia;

IV - 01 (um) cargo superior com graduação em Sociologia;

V - 01 (um) cargo superior com graduação em Psiquiatria;

VI - 04 (quatro) cargos superiores com graduação em Serviço Social;

VII - 01 (um) cargo superior com graduação em Medicina Clínica;

VIII - 01 (um) cargo superior com graduação em Engenharia;

IX - 03 (três) cargos de Técnico Administrativo.

Art. 62. O Centro de Atendimento Multidisciplinar das Defensorias Públicas do Interior contará, conforme Anexo III, com equipe mínima de:

I - 01 (um) cargo superior com graduação em Psicologia;

II - 01 (um) cargo superior com graduação em Serviço Social;

III - 01 (um) cargo de Técnico Administrativo.⁸¹

A previsão legislativa e a apresentação efetiva de um número relativamente considerável de profissionais de apoio indicam ao menos uma evolução com comparação ao cenário anterior. Semelhantemente, a proporção de assessores jurídicos demonstra uma compensação do baixo número de defensores nas comarcas do interior, o que não resolve a problemática do baixo número de defensores em tais localidades, sobretudo pela ausência de capacidade postulatória, mas o ameniza de certa forma.

3.2.3 Remuneração e questões orçamentárias

⁸¹ PARANÁ. **Lei Complementar 136, de 19 de maio de 2011**: Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Promulgada em 19 de maio de 2011. Palácio do Governo em Curitiba, PR. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=60033&indice=1&totalRegistros=5&anoSpan=2016&anoSelecionado=2011&mesSelecionado=0&isPaginado=true>>. Acesso em 26 set. 2019.

Comparando-se a remuneração dos Defensores Públicos paranaenses, tem-se que em 2014 a mesma era de R\$ 13.080,27 iniciais e R\$ 21.631,50 finais, abaixo da média em comparação ao resto do país. Por sua vez, conforme o que se configura pelo disposto no “Edital 001/2017 de Abertura de Inscrições e Instruções Especiais⁸²” concernente ao “III CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS AO INGRESSO NA CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ”, o salário inicial previsto para os Defensores Públicos é de R\$ 14.294,12, fazendo jus também a auxílio-alimentação no valor de R\$ 751,96 e auxílio-transporte de R\$ 325,60.

Aqui, compara-se tal valor aos recebimentos de outra categoria essencial à justiça no país, o Promotor. O salário de um promotor de justiça de entrância inicial no Paraná é de, hoje, R\$ 30.404,42 bruto⁸³, o que revela ainda um descompasso entre a remuneração de agentes igualmente essenciais.

A necessidade concreta da aproximação salarial se baseia na previsão do §4º, do Art. 134 da CRFB, instituído, por sua vez, pela EC 80/2014. O dispositivo conforma a aplicação a que se refere o Art. 93 da Carta Constitucional, equiparando a carreira de defensor público à da magistratura no que couber, o que inclui a equiparação salarial.

Quanto ao orçamento total da DPE-PR, os valores em 2014 eram de cerca de R\$ 62.302.795,97 (TABELA 9), o que deixava o Estado na 15ª posição dentre as Defensorias dos Estados. Esse valor, em 2019, aumentou de forma modesta, chegando a R\$ 67.450.000⁸⁴, acrescido de um valor de R\$ 6.566.240 correspondente ao Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

⁸² DPE-PR. III Concurso para Defensor Público. “**Edital do III Concurso para Defensor Público do Estado do Paraná**”. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/pagina-388.html>>. Acesso em: 28 set. 2019.

⁸³ MPPR. Site do Ministério Público do Estado do Paraná. Estrutura Remuneratória de Membros e Servidores. **Tabela de Remuneração dos membros**. Disponível em: <<http://www.transparencia.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=33>>. Acesso em 28 set. 2019.

⁸⁴ PARANÁ. **Lei Ordinária nº 19766, de 17 de dezembro de 2018**: Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2019. Promulgada em 17 de dezembro de 2018. Palácio do Governo, Curitiba-PR. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-19766-2018-parana-estima-a-receita-e-fixa-a-despesa-para-o-exercicio-financeiro-de-2019>>. Acesso em: 29 set. 2019.

3.2.4 O Déficit paranaense

Por fim, em se tratando da proporção entre o número de habitantes que demandam a atuação da Defensoria no Estado e a reduzida quantidade de defensores, o cenário é ainda mais grave. O IV Diagnóstico da Defensoria (conforme TABELA 5) apontou que em 2014 a DPE-PR teria alcançando a pior marca na razão entre número de defensores e público alvo. Com 76 defensores públicos em 2014 e um público alvo estadual de 4.995.861 (de um total de 11,08 milhões de habitantes naquele ano), isto é, quase cinco milhões de paranaenses com mais de 10 anos vivendo com menos de 3 salários mínimos, cada Defensor Estadual representaria 65.735 pessoas assistidas.

Hoje, na base de 104 defensores atuam no Estado, o qual conta população alvo de cerca de 4.995.818, de acordo com ADEPAR⁸⁵. Por conseguinte, tem-se uma razão aproximada de 1 defensor para cada 48.036 pessoas, proporção maior do que aquela, ainda que seja uma redução pouco expressiva.

Os dados acima demonstram claramente um déficit denso em questão de assistência jurídica proporcional à demanda, além da insuficiência já ressaltada previamente em consonância com o Art. 98 do ADCT. O diploma em questão, assim como definiu a meta de alcance geográfico das Defensorias do Estado, estabeleceu que as mesmas organizassem os defensores em proporcionalidade à demanda efetiva, de forma que, segundo seu §2º, sua lotação se desse prioritariamente visando o atendimento em regiões com os maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

Nesse sentido, em estudo realizado pela Defensoria Pública do Estado do Paraná sobre planejamento de expansão em observância do contido na EC 80/2014⁸⁶ foram analisados os números de 2014 e feita uma projeção de quantos defensores deveriam ser lotados anualmente para que as metas da emenda fossem alcançadas.

⁸⁵ ADEPAR. **Paraná tem a pior média do país em número de defensores estaduais**. Site ANADEP, 2018. Disponível em: <<https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=37936>>. Acesso em 29 set. 2019.

⁸⁶ Defensoria Pública do Estado do Paraná. **Planejamento de Expansão e Emenda 80**. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=246>>. Acesso em 15 out. 2019.

O estudo partiu de uma população alvo de 7.684.621 pessoas, potenciais usuárias dos serviços da Defensoria no Paraná, ao passo que, para tanto, seria necessário existirem, 895 defensores públicos em atuação, considerando o aumento populacional e o número base de 844 demandados. Pontua-se que o número de 895 foi obtido através da estimativa de aumento em consonância à tendência apresentada pelo documento “Mapa da Defensoria Pública no Brasil” (IPEA/ANADEP, 2013), que considerou apenas o contexto paranaense até 2010.

No caso da Capital Curitiba, uma vez se tratando de Comarca com população carente com média superior à do Estado, a demanda, que seria de 130 defensores, é acrescida para 140⁸⁷.

Destarte, ainda que seja a Comarca e o Município com maior número absoluto de defensores, Curitiba por pouco não conta com mais de 50% do número necessário de defensores, considerando a diretriz estabelecida pela DPE-PR:

b) Na primeira etapa, não ultrapassar o percentual de 50% da estimativa ideal em nenhuma Comarca [...] até que haja Defensores Públicos em todas as Comarcas do Estado, garantindo-se ainda o atendimento nas localidades em que há penitenciária.⁸⁸

Sendo assim, a existência de 68 defensores em Curitiba estaria próxima de desacordar com a estratégia de ampliação adotada pela Defensoria Pública do Estado do Paraná. Sem embargo, partindo também da existente necessidade de abrangência no total de comarcas do Estado (Art. 98, §1º, do ADCT)⁸⁹, o enfoque no fortalecimento da sede curitibana contrariaria a previsão constitucional. Entretanto, como se imagina, o grande número de defensores na capital em contraparte ao baixo no interior se deve a inúmeros fatores, como evasão destes defensores após nomeação. Nesse sentido, os novos defensores nomeados são designados

⁸⁷ “Há uma diferença, porém, de 43 Defensores para que se atingisse o número global de 900 calculado inicialmente. Isto ocorre porque nem sempre a organização judiciária (número de ofícios judiciais) corresponde à demanda da população hipossuficiente. Esta quantidade foi distribuída proporcionalmente entre as 34 Comarcas que detêm população carente superior a 47.731 pessoas. Curitiba, por exemplo, recebeu mais 9 através desta distribuição, ficando o número final, na Capital, em 140 Defensores”. Relatório e exposição de motivos. Anexo 1. Defensoria Pública do Estado do Paraná. Planejamento de Expansão e Emenda 80. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=246>>. Acesso em 15 out. 2019.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 set. 2019.

inicialmente para as comarcas do interior, sendo este o perfil da maior parte dos evadidos, isto é, recém investidos no cargo que tenham prestado outros concursos simultaneamente, em compensação aos defensores da capital e das maiores cidades, que estão a mais tempo e estabilizados no cargo.

Por fim, o estudo aponta que para que as marcas propostas fossem alcançadas consonantemente à EC, em 2015 deveriam ser nomeados 60 Defensores Públicos, 65 em 2016 e cerca de 70 de 2017 a 2019 anualmente. Mesmo considerando a evasão prevista⁹⁰, percebe-se que a meta não foi atingida, de forma que em 2014 o número era de 76 e atualmente é de 104, enquanto que a meta seria ao menos de 354 (número previsto para 2019 subtraídas a evasão anual).

Entretanto, a síntese apresentada pelo estudo conclui que o número de cargos criados já abrange ao menos 50% do equitativo ideal, ao menos para cobrir todas as unidades jurisdicionais do Estado, visto que a LCE nº. 135/2011⁹¹ criou 582 cargos de defensor público estadual, em uma demanda de 919. Resta, por sua vez, ocupar tais cargos. Outrossim, a síntese considerou que as metas acima expostas seriam alcançadas, mas ao que tudo indica sequer se chegará a um número próximo dos 473 defensores até 2022.

Portanto, constata-se indubitavelmente que um dos maiores problemas da DPE-PR ainda é o preenchimento das vagas criadas, existindo um déficit em abrangência geográfica (número de comarcas atendidas) e número de defensores nestas, sobretudo no interior. Diagnostica-se, assim, que a atratividade do cargo ainda é superada por outros, seja por defensorias que remunerem melhor ou por outros cargos dentro do mesmo estado, sendo a Defensoria uma instituição, muitas vezes, de passagem. Isso se torna ainda mais evidente uma vez que, com o número de cargos criados, mas não ocupados, ao menos seria possível alcançar a

⁹⁰ “24% para as nomeações de 2015, 21% para 2016, 18% em 2017, 15% em 2018 e 12% em 2019” Anexo 1. Defensoria Pública do Estado do Paraná. Planejamento de Expansão e Emenda 80. Disponível em: <http://www.defensoriapublica.pr.def.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=246>>. Acesso em 15 out. 2019.

⁹¹ PARANÁ. **Lei Complementar 136, de 19 de maio de 2011**: Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Promulgada em 19 de maio de 2011. Palácio do Governo em Curitiba, PR. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=60033&indice=1&totalRegistros=5&anoSpan=2016&anoSelecionado=2011&mesSelecionado=0&isPaginado=true>>. Acesso em 26 set. 2019.

determinação constitucional do mínimo de comarcas atendidas e de defensores em atividade.

Futuramente, compara-se os dados do sistema brasileiro com o chileno, tanto em questão do modelo adotado, com todas as diferenças fundamentais em relação ao modelo brasileiro, quanto no que tange como as diferenças práticas identificadas mediante confronto de dados.

4 A DEFENSORÍA PENAL PÚBLICA (DPP) DO CHILE

Antes de realizar uma apresentação acerca da Defensoria Chile, seu modelo e eficácia de atuação, é necessário introduzir o contexto no qual se inseriu a reformulação do sistema de assessoria jurídica chileno. Por isso, mister se faz despendar algumas palavras acerca de sua reforma processual penal, que modificou as bases do seu processo penal e possibilitou a institucionalização da *Defensoría Penal Pública* (DPP). Logo, como seguinte passo, trata-se da instituição propriamente dita, em um primeiro momento, como modelo distinto do brasileiro, explicado seu surgimento, funcionamento e principais diretrizes e similaridades e diferenças, para que depois sejam comparados os dados colhidos ao longo dos capítulos anteriores.

4.1 A REFORMA ACUSATÓRIA DO PROCESSO PENAL CHILENO E SUA INFLUÊNCIA PARA A DEFESA

O processo penal durante a história foi demarcado pela existência de dois sistemas fundamentais, o sistema inquisitório, regido pelo princípio inquisitivo, e o acusatório, fundamentado no princípio dispositivo. Tem-se um sistema processual como inquisitório quando o modelo instituído dá ao juiz papel fundamental, tanto na condução dos procedimentos, quanto na própria realização da acusação. Em termos práticos, em um processo inquisitivo, mesmo com a existência de um órgão acusador por excelência, ainda é admitida ao juiz a produção probatória e a inquirição de testemunhas e do acusado, sendo esta a marca principal de um sistema fundado no princípio inquisitivo, além da permissão de inúmeras atuações de ofício pelo juiz. Ademais, tal sistema institucionaliza inúmeras arbitrariedades, não raro sendo mitigadas as garantias processuais de contraditório e ampla defesa. A própria nomenclatura de inquisitório já supõe um afastamento da contraditoriedade.

Por outro lado, quando se aplica um modelo acusatório prima-se pela participação das partes. Seus principais corolários são o da neutralidade do juiz, sendo um agente apenas condutor processual e verificador das legalidades, enquanto que a produção probatória é exercida integralmente pelas partes,

acusação e defesa, respectivamente. Portanto, neste o controle pelas partes é determinante.

Outrossim, a forma como se constitui o processo também é marco característico de cada um dos sistemas, sendo no caso acusatório preferida a oralidade na produção de provas, e, portanto, a priorização dos atos em audiência eminentemente públicas, enquanto que no inquisitório a regra é a escrita. A oralidade é de tal forma importante que se trata de fator de diferenciação a ser visualizado em qualquer reforma realmente acusatória.

Contudo, a adoção de um sistema acusatório implica na vigência de princípios processuais tanto internos quanto de configuração externa do processo, não se conformando com a separação acusador-julgador, mesmo sendo este um de seus preceitos fundamentais⁹². Mencionam-se os princípios do contraditório, da igualdade de armas entre as partes, a separação das funções de investigação e decisão e do próprio princípio acusatório⁹³.

Nesse contexto, a maioria dos países da América Latina, incluindo Chile, Paraguai, Argentina, Panamá e até Guatemala, já realizaram reformas processuais amplas para introduzir um sistema acusatório. Segundo BINDER⁹⁴, a aplicação de uma reforma processual acusatória demanda, antes de tudo, mudança de mentalidade, reorganização do poder judiciário e do papel das partes, ressignificando a atuação do órgão acusador (em tese, Ministério Público) e seu manejo na política criminal, além da adaptação da Defesa no sentido de melhor aproveitar as características do sistema.

Seja qual for o princípio que comande o Ministério Público como órgão acusador, ou seja, se prevalece a obrigatoriedade ou a discricionariedade na acusação, o juiz sempre atuará como um “árbitro passivo que só intervém antes e com respeito aos requerimentos das partes”⁹⁵.

⁹² VEGA, Manuel Rodríguez. **Sistema acusatorio de justicia penal y principio de obligatoriedad de la acción penal**. Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso XL (Valparaíso, Chile, 2013, 1er Semestre). pp. 643 – 686. Pág. 684.

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ BINDER, Alberto. Elogio De La Audiencia Oral Y Pública Y Otros Ensayos. Nuevo Leon, México: 2014, Coordinación Editorial. 1ª edición. pág. 69.

⁹⁵ VEGA, Manuel Rodríguez. **Sistema acusatorio de justicia penal y principio de obligatoriedad de la acción penal**. Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso XL (Valparaíso, Chile, 2013, 1er Semestre). pp. 643 – 686. pág. 652 apud CLARIÁ OLMEDO, Jorge, **Derecho procesal penal** (Buenos Aires, Rubinzal-Culzoni, s.d.) I., pág. 231.

Todavia, mais do que normativa, a mudança necessária para a real modificação de um sistema deve levar em conta outros aspectos. A exemplo da Argentina, POSTIGO e FANDIÑO⁹⁶ relembram que a experiência de implementação na província de Neuquén considerou três eixos de modificação: normativo (mediante leis complementares ao CPP); edilício (adequando os antigos prédios da justiça aos novos modelos de audiência, desde reformas aptas a favorecerem o juízo oral até modificações arquitetônicas para garantir a paridade de armas das partes); e de recursos humanos (realocação de pessoal e formação e capacitação)⁹⁷.

Quanto às etapas principais para a implementação do modelo adversarial, a posição dos autores é clara:

Particularmente, esse modelo se baseia em três principais etapas processuais: a judicialização do caso (formalização da investigação) para os casos em que o Ministério Público toma a decisão de iniciar um processo criminal contra a imputado; controle da acusação (estágio intermediário) para pôr em discussão o trabalho de investigação realizado pelo promotor e decidir se este reúne mérito para permitir um julgamento; e o debate oral e público (fase de julgamento) para os casos que não puderam ser resolvidos por uma saída alternativa e só pode ser resolvida pela produção de prova. Embora essa seja a base processual, o modelo contraditório baseia-se em todas as propostas das partes e todas as decisões jurisdicionais devem tomar como regra o contexto de uma audiência⁹⁸.

Não obstante, em exercício classificatório, POSTIGO⁹⁹ aponta para a existência de três tipos distintos de processo adversarial.

O primeiro modelo, denominado processo adversarial clássico, estipula a oralidade como princípio máximo, além de coexistir um conjunto variado de audiências onde são tomadas as decisões preliminares. Representa o modelo

⁹⁶ POSTIGO, Leonel González; FANDIÑO, Marco. **Balance y propuestas para la consolidación de la justicia penal adversarial em América Latina**. In: BOGANI, Laura Cora (Org.). La Justicia penal adversarial em América Latina. Santiago: Centro de Estudios de Justicia de las Américas, 2018.

⁹⁷ Ibidem. pág. 578.

⁹⁸ *“Particularmente, este modelo reposa en tres etapas procesales principales: la judicialización del caso (formalización de la investigación) para aquellos supuestos en los que el Ministerio Público tome la decisión de iniciar una persecución penal en contra del imputado; el control de la acusación (etapa intermedia) para poner en discusión la labor de investigación que ha hecho el fiscal y decidir si ésta reúne mérito para habilitar un juicio; y el debate oral y público (fase de juicio) para aquellos casos que no hayan podido ser resueltos mediante una salida alternativa y solamente puedan dirimirse mediante la producción de prueba. Aunque ésta es la base procesal, el modelo adversarial se funda en que todos los planteos de las partes y todas las decisiones jurisdiccionales deben tomarse por regla en el marco de una audiencia.”* POSTIGO, Leonel González; FANDIÑO, Marco. **Balance y propuestas para la consolidación de la justicia penal adversarial em América Latina**. In: BOGANI, Laura Cora (Org.). La Justicia penal adversarial em América Latina. Santiago: Centro de Estudios de Justicia de las Américas, 2018. pág. 582-583.

⁹⁹ Ibidem. pág. 587.

acusatório ideal e em maior grau de pureza teórica. Neste modelo estão compreendidos os casos da Argentina, Chile, Equador, México, Panamá e Uruguai. Não por coincidência, a totalidade destes países possuem estipulam audiências de controle de legalidade de prisão, nas quais se discutem não apenas a aplicação de cautelares, mas também saídas alternativas e juízo abreviado.

O segundo modelo consiste no processo adversarial burocratizado, que se distingue pela manutenção de alguns elementos característicos de sistemas mistos ou inquisitórios.¹⁰⁰ É o caso de El Salvador, Costa Rica, Guatemala e Honduras. Sua divergência com o modelo clássico gera algumas incompatibilidades e problemáticas, tais quais versa POSTIGO e FANDIÑO:

Em Honduras, a admissão do caso é dada na audiência preliminar e na discussão probatória no caso de julgamento oral. Essa estrutura está subjacente a uma visão muito fraca da fase intermediária, enquanto o litígio sobre a prova é fortemente limitado à produção após a decisão de demissão ou abertura ao julgamento. Por outro lado, em um sistema adversário clássico, todas as discussões sobre admissibilidade devem ocorrer no âmbito de uma única audiência e sob o entendimento de que o debate probatório é decisivo para avaliar a viabilidade ou o sucesso do caso.¹⁰¹

Como se delineia, é evidente o distanciamento relativo do processo adversarial burocratizado com as bases do modelo acusatório, o que se consolida com o terceiro e último modelo, denominado processo adversarial escriturizado. É aquele no qual a maioria das decisões se dá de forma escrita, como no Brasil, Costa Rica e Cuba em que se distorceu a oralidade¹⁰².

Por seu turno, nos sistemas de justiça com estrutura inquisitória demarca-se que:

O interesse público e social na persecução penal se resguardam com os princípios da obrigatoriedade e da ação penal e investigação ou instrução –

¹⁰⁰ POSTIGO, Leonel González; FANDIÑO, Marco. **Balance y propuestas para la consolidación de la justicia penal adversarial em América Latina**. In: BOGANI, Laura Cora (Org.). *La Justicia penal adversarial em América Latina*. Santiago: Centro de Estudios de Justicia de las Américas, 2018. pág. 588.

¹⁰¹ “En Honduras, la admisión del caso se da en la audiencia preliminar y la discusión probatoria en la instancia de juicio oral. En esta estructura subyace una visión muy débil sobre la fase intermedia en tanto la litigación sobre la prueba se encuentra fuertemente limitada al producirse de forma posterior a la decisión sobre el sobreseimiento o la apertura a juicio. En cambio, en un sistema adversarial clásico, todas las discusiones sobre la admisibilidad debiesen darse en el marco de una sola audiencia y bajo la comprensión que el debate probatorio es dirimente para sopesar la viabilidad o éxito del caso.” Ibidem.

¹⁰² Ibidem.

ou como alguns os chamam, de investigação integral ou instrução plena –, princípio este último segundo o qual o Tribunal deve investigar a verdade material e não se conformar com o que o Ministério Público e o imputado submetem a sua consideração, expõem e solicitam.¹⁰³

Portanto, quando se fala em sistema inquisitório, o princípio da instrução demarca a posição do juiz diante da verdade, como explica BAUMANN:

Por outro lado, no direito processual penal rege o princípio da instrução, ou seja, o princípio segundo o qual o tribunal deve investigar a verdade material e não se conformar com o que o ministério público e o acusado submetem à sua consideração, a ele expõem ou lhe pedem.¹⁰⁴

Assim, vislumbra-se o acolhimento ao conceito de verdade material, em detrimento da verdade formal, que representa a verdade formalmente construída e aceita através das duas versões dos fatos apresentadas pelas partes. A verdade material, por si, busca a verdade real, não se conformando com a construção dialética. Nesse sentido, Manuel Rodríguez Veja, citando DE DIEGO DíEZ explica que:

A obtenção de uma verdade material ou formal através de um processo judicial não é mais que a consequência de que neste processo predomine o princípio da investigação sobre o de contribuição da parte ou vice-versa, transcrevendo, por sua vez, o par dialético formado pelos princípios inquisitivo e acusatório (...) Por conseguinte, quando um determinado procedimento ou fase processual está presidida pelo princípio acusatório o estará também pelo da “contribuição” e, se o inquisitivo é o dominante, estará informada pelo princípio da “investigação”.¹⁰⁵

¹⁰³ POSTIGO, Leonel González; FANDIÑO, Marco. **Balance y propuestas para la consolidación de la justicia penal adversarial em América Latina**. In: BOGANI, Laura Cora (Org.). La Justicia penal adversarial em América Latina. Santiago: Centro de Estudios de Justicia de las Américas, 2018. pág. 655.

¹⁰⁴ “En cambio, en el derecho procesal penal rige el principio de instruction, o sea, el principio con arreglo al cual el tribunal debe investigar la verdad material y no conformarse con lo que el ministerio publico y el imputado someten a su consideration, le exponen y solicitan”. BAUMANN, Jürgen. **Derecho Procesal Penal: Conceptos Fundamentales y Principios Procesales**. Introduccion Sobre la Base de Casos. Ed. Depalma Buenos Aires: 1986. Traducción de la 3ª edicion alemana ampliada de 1979 por el Dr. Conrado A. Finzi. pág. 75.

¹⁰⁵ “la obtención de una verdad material o formal a través de un proceso judicial, no es más que la consecuencia de que en dicho proceso predomine el principio de investigación por sobre el de aportación de parte o viceversa, trasunto, a su vez, del par dialéctico formado por los principios inquisitivo y acusatorio (...) Por consiguiente, cuando un determinado procedimiento o fase procesal esté presidida por el principio acusatorio lo estará también por el de ‘aportación’ y, si el inquisitivo es el dominante, estará informada por el de ‘investigación’”. VEGA, Manuel Rodríguez. **Sistema acusatorio de justicia penal y principio de obligatoriedad de la acción penal**. Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso XL (Valparaíso, Chile, 2013, 1er Semestre). pp. 643 – 686.. pág 659 apud De Diego Díez, Luis Alfredo, **La conformidad del acusado** (Valencia, Tirant lo Blanch, 1997), pp. 434-435.

Paralelamente, quanto à busca por uma verdade no processo acusatório, BINDER compreende que um juiz do sistema adversarial não busca a verdade se não que a exige dos acusadores¹⁰⁶, de forma a implicar em uma maior responsabilidade do Ministério Público, por meio de uma política criminal que forneça as respostas adequadas ao caso que se processa¹⁰⁷.

Historicamente, o modelo inquisitorial representava a punição como uma resposta ao descumprimento do mando proveniente do Poder Estatal. Portanto, possuía como significado a própria afirmação desse poder. Por outro lado, a discussão por uma reforma não versa apenas sobre meios processuais, senão também acerca de todo o Poder Judiciário, o sistema político e a legalidade¹⁰⁸. Com um sistema acusatório, altera-se o funcionamento do sistema penal a partir da inserção da oralidade no centro do processo, que acarreta em uma pacificação e aproximação dos atores com os representantes da justiça, em especial o juiz. Se por um lado a escrita distancia os agentes do fato, buscando traduzir a linguagem primária em linguagem jurídica, a oralidade das audiências garante o contrário, justamente uma clareza nos argumentos, como explica BINDER:

As formas cumprem nesta audiência uma função de pacificação porque não ocultam os protagonistas, não deslocam os conflitos, apenas conseguem que a violência se traduza em palavras, argumentos, debates, presença controlada e admitida. Dessa maneira, através da geração de um ambiente de comunicação, é alcançado um local de pacificação e tolerância¹⁰⁹.

Assim sendo, com os juízos orais, a distância e a impessoalidade dão lugar à presença física e ao protagonismo dos atores. O conflito é trazido à tona justamente nas versões daqueles que dele fizeram parte e que o traduzem por palavras e debates.

¹⁰⁶ “*un juez del sistema adversarial no busca la verdad sino que la exige a los acusadores*”. BINDER, Alberto. **Elogio De La Audiencia Oral Y Pública Y Otros Ensayos**. Nuevo Leon, México: 2014, Coordinación Editorial. 1ª edición. pág. 9.

¹⁰⁷ “*Esta última circunstancia implica una responsabilidad mayor en el Ministerio Público Fiscal, que deberá tener una visión estratégica del proceso penal, trazando una política criminal inteligente para poder brindar respuestas adecuadas a los casos que procesa*”. Ibidem.

¹⁰⁸ Ibidem. pág. 18.

¹⁰⁹ Tradução livre de: “*Las formas cumplen en esta audiencia una función de pacificación porque no ocultan a los protagonistas, no desplazan los conflictos, solo logran que la violencia se traduzca en palabras, argumentaciones, debates, presencia controlada y admitida. De esa manera, a través de la generación de un ámbito de comunicación se logra un lugar de pacificación y tolerancia*”. Ibidem. pág. 37.

Postas essas considerações, parte-se para o caso do Chile, país que se tornou exemplo na América Latina no que tange à realização de sua reforma processual acusatória, aplicando no limite os ensinamentos de autores como Binder.

A consolidação da reforma processual penal chilena ocorreu em dezembro de 2000. Houve, naquele cenário, uma abertura para um modelo epistemológico acusatório. Em suma, naquele ano foi dado início à aplicação efetiva do modelo, primeiramente em territórios menores para, em meados de 2005, atingir as grandes províncias e regiões, incluindo a capital Santiago.

O caso chileno propriamente dito demarca, segundo POSTIGO e FANDIÑO¹¹⁰, o segundo período de reformas na América Latina, ocorrido por volta dos anos 2000 e marcado por reformas com mudanças profundas na organização e gestão interna das instituições¹¹¹.

Ainda sobre as modificações originadas no processo penal chileno após a reforma acusatória, o país passou a adotar inúmeras audiências com suas funções próprias. Nas audiências de controle de detenção verificam-se os critérios da prisão e sua legalidade, ao passo que a investigação é formalizada em audiência específica sob este mesmo nome. A audiência de formalização de investigação chilena funciona de forma mais passiva para as partes, sendo mais simples e curtas, como lecionam POSTIGO e FANDIÑO:

No Chile, “as partes tendem a intervir mecanicamente, uma vez que o promotor se limita a ler a formalização na audiência, sem gerar um discurso porque usa um texto escrito que lê. Essa percepção é confirmada com dados sobre a duração das audiências. A audiência de formalização foi reduzida de 10 minutos em média em 2006 para 7,9 em 2015”.¹¹²

Além destas, existem as audiências de medidas cautelares, cujo nome já revela o principal objetivo. Contudo, são apontados alguns problemas nesta

¹¹⁰ POSTIGO, Leonel González; FANDIÑO, Marco. **Balance y propuestas para la consolidación de la justicia penal adversarial em América Latina**. In: BOGANI, Laura Cora (Org.). *La Justicia penal adversarial em América Latina*. Santiago: Centro de Estudios de Justicia de las Américas, 2018. Pág. 578.

¹¹¹ “*el segundo período de reformas estuvo dado por cambios profundos en la organización y gestión interna de las instituciones, con el caso de Chile en el año 2000 como un exponente central de estas transformaciones al implementar la figura del/ de la administrador/a de tribunales*”. Ibidem.

¹¹² “*En Chile, ‘las partes suelen intervenir de manera mecánica, pues el/la fiscal/a se limita a leer la formalización en la audiencia, sin generar un discurso pues se hace uso de un texto escrito que lee. Esta percepción es confirmada con datos sobre la duración de las audiencias. La audiencia de formalización se redujo de 10 minutos en promedio en el año 2006 a un promedio de 7,9 en el año 2015’*”. Ibidem. pág. 590.

audiência no Chile, dentre os quais em relação à falta de informações com as quais se litiga:

No Chile "a qualidade da informação é precária (...) porque o argumento da promotoria é geralmente limitado à leitura do relatório da polícia". Além disso, "observa-se que não há ordem rígida no debate, no sentido de manter o ritual de começar com o suposto material e depois com o procedimento". Por outro lado, "o defensor em geral não fornece dados nem apresenta sua própria teoria, uma vez que se limita a distorcer os argumentos do Ministério Público. O promotor não discute a existência do fato em 40% dos casos observados; não o faz sobre a participação do acusado no fato em 50% dos casos e em 45% tampouco o faz em relação à necessidade de cautela".¹¹³

Outro problema enfrentado no país andino acerca da demarcação de cautelares se funda na ausência de fixação de prazos e mecanismos de supervisão do cumprimento das cautelares, de forma que nos casos em que é solicitado prazo definido este é promovido em sua maioria de ofício pelo juiz (52%) contra 32% de casos em que é promovido pela defesa¹¹⁴.

A criação da Defensoria Pública se dá nesse contexto, com a demarcação clara da tricotomia do sistema de justiça, isto é, com o Poder Judiciário representando o órgão julgador, o Ministério Público, a acusação, e a Defesa a cargo da Defensoria. Assim, o juiz passa a ser figura mediadora a verificar a legalidade dos procedimentos, não se aproximando em hipótese alguma de qualquer atuação distinta da decidibilidade, enquanto o Ministério Público se encarrega de dirigir as investigações e formalizar a denúncia e a Defensoria de promover defesa em todos os âmbitos do processo penal.

¹¹³ "En Chile 'la calidad de la información es precaria (...) pues la argumentación de la fiscalía suele limitarse a la lectura del parte policial'. Además, 'se advierte que no existe un orden rígido en el debate, en el sentido de mantener la ritualidad de comenzar con el supuesto material y luego el procesal'. Por otro lado, 'el defensor en general no proporciona datos ni presenta una teoría propia, pues se limita a desvirtuar los argumentos de la Fiscalía. El fiscal no argumenta sobre la existencia del hecho en un 40% de los casos observados; no lo hace sobre la participación del imputado en el hecho en un 50% de los casos y en un 45% tampoco lo hace en relación a la necesidad de cautela'. " POSTIGO, Leonel González; FANDIÑO, Marco. **Balance y propuestas para la consolidación de la justicia penal adversarial em América Latina**. In: BOGANI, Laura Cora (Org.). La Justicia penal adversarial em América Latina. Santiago: Centro de Estudios de Justicia de las Américas, 2018. pág. 591.

¹¹⁴ "(...) Chile carece de una institución dedicada a dar seguimiento al cumplimiento de las medidas cautelares y "el comportamiento habitual de los defensores es no solicitar al juez la fijación de un plazo judicial en consideración de los antecedentes concretos de la causa. Y, en los casos en que se produce el debate, éste es promovido en su mayoría de oficio por el juez (52%) versus un 32% de los casos en que se promueve por la defensa". Ibidem. pág. 592.

Um dos pontos essenciais foi a especialização da defesa em âmbito técnico. Ademais, foram trazidos aspectos que fortalecem a tricotomia do sistema: oralidade, publicidade, transparência, imediatismo, concentração (em uma audiência) e oportunidade.

A modificação se deu inclusive na condução do processo criminal. O juízo criminal passou a ser dividido em Tribunal de Garantias e Tribunal de Juízo Oral. O Tribunal de Garantias é responsável pela primeira audiência, onde ocorre o denominado controle de detenção. Nesse momento, o juízo (materializado no juiz de garantias) se encarrega de analisar as condições de existência do crime, aplicar as possíveis medidas preventivas e zelar pelos demais aspectos legais relativos à prisão, buscando garantir a regularidade e a legalidade da mesma. Em termos comparativos, é uma forma ampliada da audiência de custódia brasileira, ao menos em sua forma idealizada. É nesse momento o primeiro que a prisão pode ser substituída e o processo pode ser suspenso ou extinto. Após ouvidas as partes, é dado pelo juiz um prazo para a investigação, no qual a defesa também tem sua participação na produção probatória. Uma vez já existindo um prazo investigativo, normalmente as partes já saem da audiência com data marcada para o Tribunal Oral. Na fase de juízo oral é realizada a instrução e julgamento.

Diferentemente do juízo de garantias, a fase oral conta com três magistrados, todos distintos daquele que presidiu a etapa anterior. A instrução é similar à regra brasileira, com o acusado prestando seu depoimento e sendo ouvidas as testemunhas, todavia, também presentes os eventuais peritos. As provas decorrentes das perícias são produzidas em audiência, a partir do depoimento desses profissionais. Ao fim da audiência é proferida sentença e as partes são notificadas.

No caso de atuação de Defensor Público, o acusado é conduzido a uma das cabines dentro da própria Defensoria Pública, situada próxima dos locais de audiência, isto é, dos complexos judiciais dos tribunais, para a realização de atendimento prévio e reservado antes da audiência de juízo oral. Uma vez que esse contato é realizado nas dependências da Defensoria e sem a supervisão do judiciário, potencializa-se a garantia de liberdade de atendimento. Por sua vez, também é realizado atendimento e acompanhamento total nas fases anteriores, de controle de custódia e até mesmo na fase de investigação, visto que a defesa também possui capacidade de produção de provas nessa etapa.

Isso porque, assim como garantido no processo penal brasileiro, a presença de um defensor em todas as fases da ação criminal é constitucionalmente imprescindível para que seja garantida a ampla defesa e o contraditório.

4.2 O MODELO DE DEFENSORIA PÓS-REFORMA

A defensoria pública no vizinho latino surgiu no ano de 2001, com a promulgação da “Ley 19718”¹¹⁵ no contexto da reforma processual penal no país. Em função disso, a *Defensoría Penal Pública* do Chile nasce como forma de defesa processual e garantia de acesso à justiça única e exclusivamente para os contextos ligados à matéria penal, como nos processos criminais, de menores infratores e de execução penal. Desse modo, diferentemente do equivalente brasileiro, não realiza a assistência jurídica e judiciária em outras matérias, como nas áreas do direito civil e infância e juventude (cível).

Outra dessemelhança notória se mostra no trato que o ordenamento jurídico de cada país à sua Defensorias. Enquanto o Brasil, como já trabalhado nos capítulos anteriores, discutiu a inserção constitucional desde a constituinte da CF de 1988, trazendo efetivamente a figura da Defensoria Pública em seu texto, inclusive com a aprovação de emendas rígidas e que buscassem cada vez mais sua efetivação e permanência como figura de acesso à justiça, à Defensoria chilena foi resguardado apenas caráter infraconstitucional.

No cenário imediatamente anterior ao surgimento da *Defensoría Penal Pública*, a assistência jurídica daqueles que não possuíam condições de contratar advogado particulares era desempenhada por advogados designados após a constituição dos autos de processamento¹¹⁶ (algo semelhante à denúncia no Brasil, momento em que o indiciado, imputado, passava a ser processado, acusado). Em razão desse momento de entrada, não era possível que essa população carente

¹¹⁵ CHILE. **Ley nº 19718, de 10 de março de 2001**. Promulgada em 27 de fevereiro de. 2001. Santiago, CH. Disponível em: <<https://leychile.cl/Navegar?idNorma=182755>>. Acesso em: 14 out. 2019.

¹¹⁶ FANDIÑO, Marco; RUA, Gonzalo; MORENO, Leonardo, FIBLA, Gonzalo. **Desafíos de la Reforma Procesal Penal en Chile**: análisis retrospectivo a más de una década. Centro de Estudios de Justicia de las Américas, CEJA, 2017. pág. 98. Disponível em: <<http://biblioteca.cejamericas.org/bitstream/handle/2015/5595/4/%20-%20Desaf%C3%ADos%20de%20la%20Reforma%20Procesal%20-%20VERSI%C3%93N%20DEFINITIVA.pdf?sequence=5&isAllowed=y>>. Acesso em 28 out. 2019.

fosse atendida desde o início por um profissional, isto é, desde o início das investigações, como fazem os defensores da DPP atualmente. Pelo que se denota, o modelo em questão se assemelhava claramente ao modelo de advogados dativos no Brasil, encontrando as mesmas barreiras, como falta de centralização da atuação, supervisão e entrada tardia nos processos (somente após negativa de intimação para a constituição de advogado).

Ademais, conforme se apresenta a própria *Defensoría Penal Pública* chilena em seu endereço eletrônico oficial¹¹⁷, o trabalho dos defensores se volta para a representação judicial e extrajudicial do imputado, em toda a esfera do processo criminal de forma ampla, até que seja cumprida a sentença. Ademais, outras formas de atuação também vistas no caso brasileiro são apresentadas, como a realização de visitas em unidades prisionais e atendimentos aos familiares.

Portanto, Segundo CAROCA¹¹⁸, no novo processo penal chileno é estabelecido que o juiz do caso deverá solicitar a nomeação de um defensor público conforme trata a Lei da *Defensoría Penal Pública*, para tanto, antes que se realize a primeira audiência, como assim postula o Art. 102, inciso I, em complemento ao Art. 8º, ambos do Código Procesal Penal chileno¹¹⁹.

Um defensor penal público deve ser chamado ao caso nas hipóteses em que, por quaisquer razões, o acusado não queira ou não tenha condições de constituir um advogado pago, sendo esta a hipótese mais comum, como ensina CAROCA¹²⁰.

Entretanto, de maneira diferente ao encontrado no contexto brasileiro, no Chile há previsão de que em alguns casos o serviço da defensoria pode se verificar pago:

¹¹⁷ DPP. Defensoría Penal Pública de Chile. **La Defensoría**. Disponível em: <http://www.dpp.cl/pag/1/13/la_institucion>. Acesso em 27 set. 2019.

¹¹⁸ CAROCA, Alex. **La Defensa En El Nuevo Proceso Penal**. In: Revista Chilena de Derecho, Vol. 29 Nº 2, pp. 283-301 (2002). Sección Estudios. pág. 291.

¹¹⁹ Respectivamente: “*En todo caso, la designación del defensor deberá tener lugar antes de la realización de la primera audiencia a que fuere citado el imputado.*” e “*Ámbito de la defensa. El imputado tendrá derecho a ser defendido por un letrado desde la primera actuación del procedimiento dirigido en su contra.*” (Art. 102, inciso I e Art. 8, CPP). CHILE. **Ley nº 19696 de 29 septiembre 2000. Código Procesal Penal**. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=176595>>. Acesso em 24 set. 2019.

¹²⁰ CAROCA, Alex. **La Defensa En El Nuevo Proceso Penal**. In: Revista Chilena de Derecho, Vol. 29 Nº 2, pp. 283-301 (2002). Sección Estudios. pág. 292.

A defesa penal que presta a *Defensoría Penal Pública* será gratuita, exceto para quem contar com recursos econômicos, os quais deverão pagar parcialmente ou totalmente o serviço. Para determinar a capacidade de pagamento do beneficiário, a *Defensoría Penal Pública* consultará a pontuação que registra a pessoa na Ficha de Proteção Social do Ministério do Planejamento (Mideplan). Sem embargo, os adolescentes – maiores de 14 e menores de 18 anos – não pagarão o serviço, qualquer que seja sua situação econômica¹²¹.

A instituição da *Defensoría Penal Pública*, como bem verificado, se deu com a promulgação da Lei nº 19.718. O Art. 1 da referida lei inaugura o funcionamento do serviço, estabelecendo para tanto os seguintes fundamentos:

Artigo 1º .- Cria-se um serviço público, funcionalmente descentralizado e territorialmente desconcentrado, denominado Defensoria Penal Pública, em diante "a Defensoria" ou "o Serviço", dotado de personalidade jurídica e patrimônio próprio, submetido à supervisão do Presidente da República através do Ministério da Justiça.¹²²

Portanto, a DPP do Chile está pautada nos fundamentos da descentralização funcional, mediante criação de pessoa jurídica de direito público sobre a qual recai a titularidade de desempenhar o serviço público; desconcentração territorial, ou seja, cada órgão do ente tem delimitada sua competência de atuação por meio de fatores territoriais e geográficos; personalidade jurídica, como consequência da descentralização funcional da prestação do serviço; patrimônio próprio; e submissão à supervisão do Presidente da República (Ministério da Justiça)¹²³.

Quanto às divergências entre os fundamentos do modelo chileno e do brasileiro, temos a personalidade jurídica própria, presente apenas no caso chileno.

¹²¹ “La defensa penal que presta la Defensoría Penal Pública será gratuita, excepto para quienes cuenten con recursos económicos, los que deberán pagar parcial o totalmente el servicio. Para determinar la capacidad de pago del beneficiario, la Defensoría Penal Pública consultará el puntaje que registra la persona en la Ficha de Protección Social del Ministerio de Planificación (Mideplan). Sin embargo, los adolescentes –mayores de 14 y menores de 18 años– no pagarán el servicio, cualquiera sea su situación económica”. DPP. Defensoria Penal Pública de Chile. **La Defensoria**. Disponível em: <http://www.dpp.cl/pag/1/13/la_institucion>. Acesso em 27 set. 2019.

¹²² “Artículo 1º.- Créase un servicio público, descentralizado funcionalmente y desconcentrado territorialmente, denominado Defensoría Penal Pública, en adelante "la Defensoría" o "el Servicio", dotado de personalidad jurídica y patrimonio propio, sometido a la supervigilancia del Presidente de la República a través del Ministerio de Justicia.” Art. 1º da Lei 19.718. CHILE. **Ley nº 19718, de 10 de março de 2001**. Promulgada em 27 de fevereiro de. 2001. Santiago, CH. Disponível em: <<https://leychile.cl/Navegar?idNorma=182755>>. Acesso em: 14 out. 2019.

¹²³ Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. **Historia de la Ley nº 19.718**; Crea la Defensoría Penal Pública. D. Oficial 10 de marzo, 2001. pág. 8.

Nesse sentido, “trata-se de uma pessoa jurídica-pública administrativa, isto é, se cria um sujeito de direito público, que integra os quadros da Administração do Estado.”¹²⁴

Por revés, verifica-se a opção brasileira pela autonomia completa em relação aos demais poderes, se assemelhando muito mais a um órgão independente ligado ao poder judiciário, como é com o Ministério Público no país, enquanto que no Chile a Defensoria integra os quadros da administração, estando sujeita diretamente ao poder executivo.

Por sua vez, tal submissão acarreta em ausência de autonomia ampla do instituto, um dos pilares constitucionais da Defensoria no Brasil e figurando entre as maiores reivindicações durante os movimentos de institucionalização e uma das bases para uma atuação efetiva da Defensoria. A importância dessa autonomia é tamanha que uma parcela razoável dos defensores públicos brasileiros, conforme relatórios do VI Diagnóstico da Defensoria Pública¹²⁵, a colocam como fundamental para alcançar uma melhora no funcionamento e na efetividade da atuação.

Subsiste outra diferença quanto à regionalização da Defensoria. Enquanto que a instituição no vizinho latino se deu por meio de uma centralização nacional, ou seja, existe uma única *Defensoría Penal Pública*, todavia, dividida em seções regionais, apenas para efeito de atuação e organização, sem autonomia, no Brasil se optou pela criação autônoma de Defensorias dos Estados, por influência de inúmeros fatores como o modelo de Estado Federativo, a descentralização da justiça estadual, divergências estruturais decorrentes de maior tradição da instituição em determinadas Unidades da Federação, como no Estado do Rio de Janeiro, enquanto que outras apenas criaram suas defensorias após a institucionalização constitucional, dentre outros fatores geográficos também existentes.

Embora seja considerada uma única instituição, a Defensoria Chilena é seccionada em 3 âmbitos, como ressalta CAROCA:

A *Defensoría Penal Pública* será organizada em uma *Defensoría Nacional* e em *Defensorías Regionais*. As *Defensorías Regionais* distribuirão seu trabalho através das *Defensorías Locais* e dos advogados e pessoas

¹²⁴ “Se trata de una persona jurídico-pública administrativa, esto es, se crea un sujeto de derecho público, que integra los cuadros orgánicos de la Administración del Estado”. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. **Historia de la Ley nº 19.718**; Crea la Defensoría Penal Pública. D. Oficial 10 de marzo, 2001. pág. 64.

¹²⁵ **IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil** / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. pág. 122.

jurídicas com quem a prestação do serviço de defesa criminal é acordada.¹²⁶

Como se verifica, o primeiro âmbito se refere à Defensoria Nacional, unidade central do órgão e que desempenha uma função de direção e administração dos meios e recursos necessários para a prestação da *Defensoría Penal Pública* em todo o país¹²⁷, representando o órgão máximo da DPP como instituição uníssona. Sua dupla função é descrita por CAROCA como:

(...) por uma parte tem a responsabilidade de controlar o adequado funcionamento de todo o sistema, tanto na área pública como privada, e por outra deve organizar e prestar diretamente a defesa penal pública na parte que corresponda ao subsistema público.¹²⁸

No segundo patamar têm-se as Defensorias Regionais (Artigo 4 da Lei nº 19.718). CAROCA define a função das Defensorias Regionais como encarregadas da administração dos meios e recursos para a prestação da defesa penal em âmbito regional, sob o comando de um Defensor Regional nomeado pelo Defensor Nacional, com prévio concurso público de oposição e antecedentes, em mandato de 5 anos¹²⁹. Atualmente, o número de Defensorias Regionais ocorre em número igual ao das regiões nas quais o país está dividido administrativamente, com a única exceção da Região Metropolitana de Santiago, onde, em razão do montante populacional e da quantidade de crimes cometidos nela, decidiu-se pela constituição de duas Defensorias Regionais, Norte e Sul. Sendo assim, as regionais são 17 ao todo.

Por fim, as Defensorias Locais são as unidades de atuação propriamente dita, isto é, nas quais a parte do subsistema público da instituição presta a defesa penal por meio dos defensores locais da região¹³⁰. São compostas, via de regra, por dois ou mais defensores locais. No caso, são os defensores locais os encarregados

¹²⁶ “La Defensoría Penal Pública se organizará en una Defensoría Nacional y en Defensorías Regionales. Las Defensorías Regionales distribuirán su trabajo a través de las Defensorías Locales y de los abogados y personas jurídicas con quienes se convenga la prestación del servicio de la defensa penal.”. CAROCA, Alex. **La Defensa En El Nuevo Proceso Penal**. In: Revista Chilena de Derecho, Vol. 29 Nº 2, pp. 283-301 (2002). Sección Estudios. pág. 294.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ “(...) por una parte tiene la responsabilidad de controlar el adecuado funcionamiento de todo el sistema, tanto en el área pública como privada, y por la otra debe organizar y prestar directamente la defensa penal pública en la parte que corresponda al subsistema público(...)”. Ibidem.

¹²⁹ Ibidem. pág. 296.

¹³⁰ Ibidem.

de realizar a primeira atuação como defesa, antes mesmo da realização da primeira audiência, permanecendo no processo até o momento em que for constituído um advogado particular¹³¹.

É possível traçar um paralelo dessa entrada prematura na defesa processual com o que é feito em algumas sedes da Defensoria, em que os indiciados são acompanhados em audiência de custódia por defensores públicos, antes mesmo da formalização da acusação, sobretudo diante do caráter predominantemente flagrante da maioria das prisões no Brasil.

4.2.1 As categorias de defensores (locais e licitados)

Outra diferença fundamental diz respeito ao corpo de funcionários. Enquanto no Brasil seja expressa a escolha do constituinte por definir o concurso público como método essencial de ingresso dos defensores na carreira, para além da Cordilheira dos Andes o modelo escolhido é de que, além dos defensores institucionais (que também integram o quadro de planta mediante realização de concurso público), existem os defensores licitados, advogados privados compreendidos como conveniados. Essas categorias diferentes são tratadas respectivamente como “defensores locais, ou institucionais” e “defensores conveniados, ou licitados”. Mais especificamente:

O serviço de defesa prestado ao acusado é realizado por meio de um sistema de defesa criminal misto, que compreende, por um lado, um subsistema público composto por advogados civis, chamados defensores locais e, por outro, um subsistema privado constituído por advogados particulares, chamados advogados licitantes pertencentes a empresas que ganharam a defesa criminal no processo de licitação.¹³²

¹³¹ “Los defensores locales asumirán la defensa de los imputados que carezcan de abogado desde la primera actuación del procedimiento dirigido en su contra y hasta la completa ejecución de la sentencia. En todo caso, mantendrán la defensa hasta que la asuma el defensor particular que designe el imputado o acusado.” CAROCA, Alex. **La Defensa En El Nuevo Proceso Penal**. In: Revista Chilena de Derecho, Vol. 29 Nº 2, pp. 283-301 (2002). Sección Estudios. pág. 296.

¹³² Tradução livre de: “La prestación del servicio de defensa a los imputados se hace a través de un sistema de defensa penal de carácter mixto, que comprende por una parte un subsistema público compuesto de abogados funcionarios, denominados defensores locales y, por otra parte, un subsistema privado constituido por abogados privados, denominados abogados licitados pertenecientes a empresas que se hayan adjudicado la defensa penal en proceso de licitación”. Em: ARELLANO, Jaime; FANDIÑO, Marco; RUA, Gonzalo; FIBLA, Gonzalo. **Desafíos de la Reforma Procesal Penal em Chile**: Análisis retrospectivo a más de una década. Disponível em: <<http://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2018/09/doctrina47011.pdf>>. Acesso em 4 out. 2019.

O número de defensores é definido em função da necessidade conforme o disposto no Art. 31 da lei que instituiu a Defensoria, veja-se:

Artigo 31.- Os defensores locais serão funcionários públicos a contratar. O acesso aos empregos correspondentes se realizará por concurso público. Este pessoal não será considerado para aplicar o disposto no inciso segundo do artigo 9º da Lei nº 18.834. Haverá 195 defensores locais, os quais deverão ser contratados entre os graus 5 e 11, ambos inclusive, da Planta de Profissionais de Serviço. Ao menos 50 destes defensores locais cumprirão funções para a defesa penal de adolescentes, em conformidade com o disposto no artigo 29 da Lei nº 20.084.¹³³

Inicialmente, pela lei que a instituiu, eram previstos 145 defensores, ao passo que em razão da ampliação do atendimento na defesa de adolescentes, aumentou-se formalmente para 195.

Ainda compondo este quadro, têm-se os defensores regionais (coordenadores das unidades de Região, às quais se submetem as unidades locais) e do Defensor Nacional (que comanda a Defensoria Nacional, no centro de comando da instituição).

Portanto, quanto ao corpo de defensores que se ligam essencialmente à instituição, o modelo de entrada é similar ao brasileiro, isto é, por meio de concurso público. São esses os chamados defensores locais, que desempenham suas atividades práticas nas sedes locais das Defensorias.

Particularmente, o projeto de convênios não se trata de uma advocacia dativa, vez que os advogados particulares atuantes possuem vínculo com a Defensoria, compondo seu quadro de agentes e seguindo as diretrizes e atuando em conjunto com os defensores públicos de carreira. Em suma, apesar de atuarem em escritórios de advocacia abrangidos pelos convênios, atuam em nome da instituição e seguindo a sua lógica e fundamentos.

¹³³ Tradução livre de: “*Artículo 31.- Los defensores locales serán funcionarios a contrata. El acceso a los empleos correspondientes se efectuará por concurso público. Este personal no será considerado para aplicar lo dispuesto en el inciso segundo del artículo 9º de la ley N° 18.834. Habrá 195 defensores locales, los cuales deberán ser contratados entre los grados 5 y 11, ambos inclusive, de la Planta de Profesionales del Servicio. A lo menos, 50 de dichos defensores locales cumplirán funciones para la defensa penal de adolescentes, de conformidad con lo dispuesto en el artículo 29 de la ley N° 20.084*”. CHILE. **Ley nº 19718, de 10 mar. 2001**. Promulgada em 27 fev. 2001. Santiago, CH. Disponível em: <<https://leychile.cl/Navegar?idNorma=182755>>. Acesso em 14 out. 2019.

De acordo com a Lei 19.718, que criou a *Defensoría Penal Pública* do Chile, o preenchimento desses cargos conveniados se dá mediante a realização de um processo licitatório, podendo participar pessoas físicas que possuam título de advogado e cumpram os demais requisitos e pessoas jurídicas, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, que contem com profissionais que cumpram os requisitos para o exercício profissional de advogado¹³⁴.

Como condição de participação, os advogados dessas unidades devem seguir as normas internas da Defensoria, se submetendo aos padrões de atuação da mesma e demais disposições legais, atuando sempre em conjunto com os demais defensores locais. Além disso, é estabelecido um número de causas que devem ser assumidas em um prazo determinado pelo adjudicado, conforme a proximidade geográfica, o que já é exposto no edital de licitação, para dar ciência àqueles que se candidatam. Por tais motivos, os advogados sob este regime são denominados de defensores (ou advogados) licitados.

Mais especificamente, há diploma legal encarregado especificamente de dispor sobre o procedimento licitatório da defensoria, denominado Regulamento Sobre Licitações e Prestação de Defesa Penal Pública¹³⁵, ou “DS 495 de Justicia de 2002”.

Para tanto, é criado um Conselho de Licitações da *Defensoría Penal Pública*, composto pelo Ministro da justiça (ou subsidiariamente seu secretário); Ministro da Fazenda ou seu representante; Ministro do Desenvolvimento Social ou seu representante; e dois acadêmicos com mais de 5 anos de docência universitária nas áreas de Direito Processual Penal ou Direito Penal, um deles designado pelo Conselho de Reitores e o outro pelo Colégio de Advogados com maior número de filiados do país. Esses componentes devem aprovar as bases da licitação e propor ao Defensor Nacional o montante dos fundos, convocar a licitação a nível regional e dispor sobre o término destes contratos de prestação de serviços de defesa penal pública nos casos estabelecidos em lei. Especificamente, dentre as funções incumbidas a este conselho, se encontram, segundo CAROCA:

¹³⁴ CAROCA, Alex. **La Defensa En El Nuevo Proceso Penal**. In: Revista Chilena de Derecho, Vol. 29 Nº 2, pp. 283-301 (2002). Sección Estudios. pág. 297.

¹³⁵ CHILE. **Decreto 495, de 19 de agosto de 2002**. Promulgada em 20 de maio de 2002. Santiago, CH: Presidente da República. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=201706>>. Acesso em 15 out. 2019.

a) Propor ao Defensor Nacional o montante de fundos para licitar, a nível nacional e regional; b) Aprovar as bases das licitações a nível regional, a proposta da Defensoria Regional respectiva; c) Convocar as licitações em nível regional, em conformidade com a lei e seu regramento; d) Resolver as apelações contra as decisões do Comité de Adjudicação Regional que recaiam nas reclamações apresentadas pelos participantes dos processos de licitação; e) Dispor a terminação dos contratos de prestação de serviços de defesa penal pública celebrados em virtude de licitações com pessoas naturais ou jurídicas, em casos contemplados no respectivo contrato e na lei; f) Cumprir as demais funções assinaladas na Lei nº 19.718.¹³⁶

Ademais, cabe aos Comitês Regionais de Premiação eleger as pessoas e instituições que irão prestar a atividade licitada. Os Comitês são compostos por um representante do Ministério da Justiça, pelo Defensor Nacional ou outro profissional desta defensoria, o Defensor Regional ou outro profissional desta, um acadêmico de economia da região designado pelo Defensor Nacional e um juiz com competência penal eleito pela maioria dos integrantes dos tribunais de juízo oral penal e juízes de garantia da região.

Segundo o Diagnóstico da Defensoria Pública na América¹³⁷, o mecanismo de seleção das licitações é por competência em atributos técnicos (nível de qualidade) e econômico (preço mais baixo) que permite escolher os fornecedores que assinarão os contratos (art.46 ° da Lei nº 19.718).

Na atualidade, a remuneração dos defensores licitados, especialmente, considera a jornada de trabalho e inclui porcentagens de pagamento variadas associadas a incentivos por resultados obtidos, isso é, recebe-se uma porcentagem conforme forem alcançadas soluções mais favoráveis para os imputados¹³⁸. Além daqueles que respondem a processo criminal, também os condenados que

¹³⁶ “a) Proponer al Defensor Nacional el monto de los fondos por licitar, a nivel nacional y regional; b) Aprobar las bases de las licitaciones a nivel regional, a propuesta de la Defensoría Regional respectiva; c) Convocar a las licitaciones a nivel regional, de conformidad a esta ley y su reglamento; d) Resolver las apelaciones en contra de las decisiones del Comité de Adjudicación Regional que recaigan en las reclamaciones presentadas por los participantes en los procesos de licitación; e) Disponer la terminación de los contratos de prestación de servicios de defensa penal pública celebrados en virtud de licitaciones con personas naturales o jurídicas, en los casos contemplados en el contrato respectivo y en la ley; f) Cumplir las demás funciones señaladas en la Ley nº 19.718” CAROCA, Alex. **La Defensa En El Nuevo Proceso Penal**. In: Revista Chilena de Derecho, Vol. 29 Nº 2, pp. 283-301 (2002). Sección Estudios. pág. 297.

¹³⁷ Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF). **Diagnóstico de la Defensoría Pública en América**. 2012. Disponível em <<https://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2015/08/Diagnostico-DP.pdf>>. Acesso em 12 out. 2019.

¹³⁸ FANDIÑO, Marco; RUA, Gonzalo; MORENO, Leonardo, FIBLA, Gonzalo. **Desafíos de la Reforma Procesal Penal en Chile: análisis retrospectivo a más de una década**. Centro de Estudios de Justicia de las Américas, CEJA, 2017. pág. 101.

cumprem pena e os que ainda se encontram investigados devem ser atendidos pelos defensores, o que inclui também os licitados.

No tocante aos parâmetros de atuação dos profissionais, sejam eles defensores públicos propriamente ditos ou conveniados licitados, há regramento específico o compreendido no conjunto de estândares da *Defensoría Penal Pública*. Não obstante, sua atuação é monitorada através de auditorias externas e inspeções, conforme disposto na Lei N° 19.718 e no Decreto Supremo N° 495/2002 do Ministério da Justiça¹³⁹. Tais normas objetivam orientar as atuações de acordo com os parâmetros maximizadores dos direitos e interesses dos beneficiados pelo serviço, primando pela qualidade.

Normativamente, a distribuição das causas penais nas quais devem assumir os defensores são realizadas pelas próprias defensorias. No caso de defensorias locais, mais próximas da atuação direta, ocorre a distribuição por turnos ou por outro sistema a ser escolhido, tudo mediante supervisão do respectivo defensor regional.

Em se tratando de comuna ou agrupamento em que exista defensoria local que também preste serviço de defensores licitados, a lei da Defensoria Pública (Art. 51 da Lei 19.718) define que a Defensoria Regional elabore uma lista nominal dos advogados licitados que deverão assumir a defesa em determinada região. Essa lista deverá ser sempre atualizada e remetida às defensorias locais, aos juízos de garantias, tribunais de juízo oral e cortes de apelação da região. Leciona CAROCA que:

(...) a Defensoria Regional elaborará uma lista de advogados que, em virtude dos processos licitatórios, deverão assumir a defesa criminal pública dos imputados ou acusados na respectiva Região. Para esses fins, todos os advogados serão individualizados com seus próprios nomes e, conforme apropriado, será indicada sua participação em uma pessoa jurídica licitada.¹⁴⁰

¹³⁹ CHILE. **Decreto 495, de 19 de agosto de 2002**. Promulgada em 20 de maio de 2002. Santiago, CH: Presidente da República. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=201706>>. Acesso em 15 out. 2019.

¹⁴⁰ (...) “la Defensoría Regional elaborará una nómina de los abogados que, en virtud de los procesos de licitación, deberán asumir la defensa penal pública de los imputados o acusados en la Región respectiva. Para estos efectos todos los abogados se individualizarán con sus propios nombres y, según proceda, se señalará su pertenencia a una persona jurídica licitada.” CAROCA, Alex. **La Defensa En El Nuevo Proceso Penal**. In: Revista Chilena de Derecho, Vol. 29 N° 2, pp. 283-301 (2002). Sección Estudios. pág. 298.

Ademais, a matéria é complementada pelo Art. 32 do Decreto Supremo nº 495 de 20 de maio de 2002, o qual define que o imputado escolherá dentre os advogados da lista apresentada aquele que assumirá sua defesa, contanto que esteja disponível, considerando aqueles que ainda não tiverem alcançado sua porcentagem total de casos (imposta pela licitação) e que estiverem disponíveis em relação às normas de causas simultâneas. Não existe modelo nacional que regule a divisão de casos entre as duas naturezas de defensores, cabendo às defensorias regionais criarem sistemas próprios, todavia, devendo-se prezar por um uso apropriado de pessoal.

Relativamente, conforme o estudo “Informe Estadístico 2018 de La Defensoría Penal Pública de Chile”¹⁴¹, desde sua criação com a Lei 19.718 de 2001, a defensoria chilena levou 5 anos para se instalar, estando presente em todas as regiões do país (similar à divisão por estados brasileira). Assim, no que tange a essa primeira comparação, levou-se menos tempo para que o dispositivo legal, aqui sequer constitucional, fosse cumprido, em relação ao lapso temporal perpassado para que o mesmo se desse no Brasil. Como bem tratado anteriormente, após a criação da institucionalização da Defensoria Pública no Brasil com a Constituição de 1988, apenas se chegou à marca de criação em todos os estados por volta de 2012 com a criação da Defensoria de Santa Catarina.

A *Defensoría Penal Pública* do Chile realiza estudos anuais de diagnóstico do número de causas “ingressadas”. O parâmetro utilizado, segundo estudo de 2015¹⁴², é de considerar cada imputado defendido, ainda que possua corréu também atendido, como um causa, em razão de que em alguns casos pode haver incompatibilidade de defesas.

4.2.2 Os estândares de atuação

¹⁴¹ Informe Estadístico 2018 da *Defensoría Penal Pública* do Chile. ISSN 0718 – 2899 [Versión 28 enero 2019]. Disponível em: <<http://www.dpp.cl/resources/upload/files/documento/7c01bb847dc611dbebec499ca8d6e179.pdf>>. Acesso em 17 out. 2019.

¹⁴² FANDIÑO, Marco; RUA, Gonzalo; MORENO, Leonardo, FIBLA, Gonzalo. **Desafíos de la Reforma Procesal Penal en Chile**: análisis retrospectivo a más de una década. Centro de Estudios de Justicia de las Américas, CEJA, 2017. pág. 103.

A atuação dos defensores, sejam eles institucionalizados ou licitados devem seguir um mesmo parâmetro para que haja uma uniformidade na prestação de atendimento. Para tanto, a fim de garantir que a prestação do serviço seja feita de forma satisfatória e com padrão de qualidade, a Lei da *Defensoría Penal Pública* contemplou objetivos e metas a serem alcançados em cada aspecto da prestação dos defensores através da definição de estândares, padrões de atuação e regramentos dispostos na “*Resolución Exenta 3389 de 2010*”¹⁴³. Na Resolução, tais estândares são definidos por temas, por exemplo, estândar da defesa, da liberdade, bem como abrangendo autonomamente temas como prova e defesas especializadas. Por sua vez, cada estândar define uma forma de atuação para os defensores, com o estabelecimento de objetivos e metas respectivas para cada um deles. Dentre as principais diretrizes apresentadas no diploma legal, tem-se a contida nos estândares de defesa, o qual postula que o defensor deva proporcionar assessoria técnica e jurídica adequada desde o início até o fim do processo; estândar de liberdade, sob a égide do qual o defensor deve buscar sempre a liberdade do imputado, verificando a legalidade da prisão e se os pressupostos foram verificados; estândar dos recursos, pelo qual o defensor esta incumbido de respeitar a vontade do imputado, todavia, não sendo obrigado a sustentar argumentos de direito impertinentes ou irrelevantes; estândar da informação, isto é, que impõe ao defensor o dever de informar os acontecimentos processuais ao próprio réu e à sua família.

O cumprimento das metas e a avaliação do desempenho de cada defensor são verificados por meio de mecanismos institucionais para controle dos estândares, principalmente as inspeções, cuja previsão se encontra nos Art. 57 e seguintes da Lei 19.718 e em seu respectivo regulamento interno (D.S Nº 495/2002 e Resolução Exenta nº 615/2003). É uma espécie de vigilância sobre a atuação dos defensores desempenhada por meio de funcionários e advogados que trabalhem no departamento de Avaliação, Controle e Reclamações da Defensoria Nacional.

Por outro lado, realizam-se também as auditorias externas por empresas independentes de forma anual, também prevista na Lei 19.718 da Defensoria Pública.

¹⁴³ CHILE. **Resolución Núm. 3.389 exenta, 4 de noviembre de 2010.** Promulgada em 4 de novembro de 2010. Santiago, CH. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1019206>>. Acesso em: 16 out. 2019.

Por fim, demais mecanismos como os informes, relatórios enviados pelos próprios defensores prestadores acerca de seu desempenho e atividades realizadas, podendo ser semestrais ou finais (ao término do período de convênio da licitação), e reclamações, que partem dos beneficiários, os quais relatam casos de deficiência no serviço recebido, completam as formas de consolidação dos padrões.

4.3 A ESTRUTURA DA DEFENSORIA CHILENA

Conforme dispõe a Lei 19718, para a defesa penal subsistem 145 defensores locais, uma vez que define 195 totais, sendo 50 exclusivamente para a defesa de menores infratores. Portanto, o número de defensores locais estabelecidos pela legislação é 145, variando o número de licitados e somando-se os defensores regionais e nacional.

Em estudo realizado pela *Defensoría Penal Pública* em 2007, nos primeiros anos após a reforma processual penal e da própria defensoria, foi previsto a composição de 145 defensores institucionais e 375 advogados licitados¹⁴⁴.

Para efeitos comparativos, segundo o programa de “Diagnóstico da Defensoria Pública na América”¹⁴⁵, o Chile já contava em 2012 com 591 defensores penais públicos, sendo 145 deles defensores locais, 50 defensores juvenis, 397 defensores penais licitados e 2 defensores penitenciários, ultrapassando a própria meta estabelecida na década anterior.

Dessa forma, o país já alcançou o número mínimo de defensores legalmente previstos. O quadro de composição de funcionários, de 2006 a 2015 fica da seguinte forma:

¹⁴⁴ DÍAZ, Pablo Ortiz. **El Modelo Chileno de La Gestión de Defensa Penal**: Intervención del Director Administrativo Nacional de la Defensoría Penal Pública de Chile. Santiago, Chile, mayo de 2007. Disponível em: http://biblioteca.cejamericas.org/bitstream/handle/2015/2855/Ortiz_modelogestiodensapenal_Chile.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 12 out. 2019.

¹⁴⁵ Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF). **Diagnóstico de la Defensoría Pública en América**. 2012. Disponível em: <https://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2015/08/Diagnostico-DP.pdf>. Acesso em 12 out. 2019.

TABELA 13 - DOTAÇÃO DE PESSOAL DEFENSORÍA PENAL PÚBLICA (PERÍODO DE 2006 A 2015)

TIPO DE DEFESA	2006	2010	2013	2015
LICITADOS	185	337	404	407
LOCAIS	145	145	143	195
RPA ¹⁴⁶	0	50	50	50
TOTAL	330	532	595	602

FONTE: Fonte DPP. FANDIÑO, Marco; RUA, Gonzalo; MORENO, Leonardo, FIBLA, Gonzalo. **Desafíos de la Reforma Procesal Penal en Chile**: análisis retrospectivo a más de una década.

Centro de Estudios de Justicia de las Americas, CEJA, 2017. pág. 100. Disponível em:

<<http://biblioteca.cejamericas.org/bitstream/handle/2015/5595/4%20-%20Desaf%3%ados%20de%20la%20Reforma%20Procesal%20-%20VERSI%3%93N%20DEFINITIVA.pdf?sequence=5&isAllowed=y>>. Acesso em 13 out. 2019.

A população chilena é de aproximadamente 19,013 milhões atualmente¹⁴⁷, ao passo que a brasileira alcançou no mesmo na a marca de 209,3 milhões¹⁴⁸. O Paraná possui, por sua vez, 11,35 milhões de habitantes segundo medições de 2018, ao passo que se recomenda uma quantia de 919 defensores (não apenas criminais), enquanto que o Chile possui 602 defensores exclusivamente para o âmbito criminal.

¹⁴⁶ Defensores que realizam a defesa criminal de adolescentes.

¹⁴⁷ WORLDOMETERS. Population. World. Latin America and the Caribbean. South America. Chile. Disponível em: <<http://worldpopulationreview.com/countries/chile-population/>>. Acesso em 14 nov. 2019.

¹⁴⁸ WORLDOMETERS. Population. World. Latin America and the Caribbean. South America. Brasil. Disponível em: <<https://www.worldometers.info/world-population/brazil-population/>>. Acesso em 14 nov. 2019.

5 COMPARAÇÃO DOS DOIS MODELOS

5.1 OS MODELOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Nesse capítulo final, resta a análise de tudo o que foi concluído com os demais, racionalizando cada uma das escolhas feitas pelos dois países em sistemas teorizados. Sabe-se que o compromisso de prestar a assistência jurídica aos necessitados possui vários modelos distintos, especificamente aplicados pelos Estados conforme melhor lhes couber. Nesse sentido, ao verificar previamente o modelo brasileiro de Defensoria Pública e o modelo Chileno, é preciso classificá-los dentro dos modelos existentes, para posteriormente ser realizada a comparação envolvendo os demais aspectos de cada modelo e buscar a conclusão de qual deles seria o mais adequado para o caso brasileiro.

Como estudado ao longo do trabalho, a escolha pela atual configuração da estrutura de Defensoria decorreu de estudos longos e de tentativas de instalação de diferentes modelos ao longo dos últimos 3 séculos no Brasil, tentativas estas resultantes sobretudo da máxima da descentralização trazida pelo pacto federativo e da possibilidade de criação de tipos autônomos e paralelos. Em detrimento destes, prevaleceu um modelo centralizado, finalmente institucionalizado sob a mesma égide em todo o território, modelo esse que, como visto, diverge fundamentalmente do modelo escolhido recentemente pelo Chile. Com isso, diante dos dados apresentados e das explicações práticas de cada forma de organização, cabe analisar em termo teóricos a prestação de assessoria jurídica.

Nesse interim, ALVES fala em quatro modelos adotados para esse desiderato:

- 1) os sistemas que funcionam com advogados autônomos, os quais atuam sem receber contraprestação pecuniária dos cofres públicos, a título pro bono, em regime assistencial-caritativo; 2) os sistemas que funcionam com advogados assalariados, que trabalham normalmente em regime de dedicação exclusiva, cuja remuneração provém direta ou indiretamente dos cofres públicos, também denominado de “Salaried Staff Model”; 3) os sistemas que funcionam com advogados autônomos, que atuam como profissionais liberais e que são remunerados na base do caso-a-caso pelos cofres públicos, também denominado de “Judicare”; e 4) os sistemas mistos

ou híbridos que adotam diversas modalidades de combinações possíveis entre os modelos básicos acima mencionados.¹⁴⁹

Primeiramente, serão tratados dos principais modelos desenvolvidos nos Estados contemporâneos, sendo esses: (I) modelo *pro bono*; (II) modelo *judicare*; (III) *salaried staff model*¹⁵⁰. Em sequência, serão trabalhados os dois modelos práticos confrontados pelo objeto do presente trabalho, isto é, aplicados no Brasil e no Chile, respectivamente.

5.1.1 Modelo *Pro Bono*

Nessa modalidade, a assistência é prestada por meio de advogados particulares, de forma a atuarem sem receber qualquer contraprestação, seja do próprio atendido, seja dos cofres públicos¹⁵¹. Tal modelo ainda pode ser dividido em (a) *pro bono* liberal; (b) *pro bono* universitário; e (c) *pro bono* associativo. Quanto ao primeiro, visto que a atuação é sem lucro sobre o cliente (essencialmente cliente, pois se trata de atividade desempenhada na esfera privada por um trabalhador liberal), o recebimento de qualquer valor se resume ao recebimento de honorários ao fim do litígio.

Por sua vez, o *pro bono* universitário é aquele desenvolvido por profissionais vinculados às universidades particulares sob os escritórios modelo. O atendimento é patrocinado por um professor advogado, que avoca causas em seu nome, sendo os atendimentos repassados para os estudantes universitários com supervisão daquele profissional. Comumente, esses advogados são remunerados de alguma forma pela respectiva universidade.

Finalmente, o *pro bono* associativo se baseia na prestação por advogados particulares, contudo, vinculados a associações não governamentais com esse fim,

¹⁴⁹ ALVES, Cleber Francisco. **Justiça para todos! Assistência Jurídica gratuita nos Estados Unidos, na França e no Brasil**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006. pág. 76.

¹⁵⁰ Consideram-se apenas os três respectivos modelos a título de comparação, visto serem os principais. Em contrapartida, excluem-se o sistema híbrido e o modelo socialista tratados por ESTEVES e SILVA na obra de referência, além da exclusão do estudo dos sistemas mistos relatados por ALVES em nota anterior. ESTEVES, Diogo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública** / Diogo Esteves, Franklyn Roger Alves Silva. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018. pág. 7.

¹⁵¹ Ibidem.

com recursos advindos de patrocínio da iniciativa privada e dos honorários sucumbências e de êxito.

5.1.2 Sistema *Judicare*

O sistema *judicare* também consiste na prestação assistencial por parte de advogados particulares, se diferenciando do modelo *pro bono* pela forma de remuneração, isto é, feita pelos cofres públicos por cada caso concreto¹⁵². Por se tratar de caso a caso, a habilitação da parte para a assistência jurídica gratuita é dada pelas circunstâncias e com a concepção de um perfil econômico, bem como da análise do mérito da causa a ser proposta. Destarte, nomeia-se um advogado particular dentro de uma reserva de cadastro previamente obtida de órgão público ou entidade não estatal competente. Normalmente os advogados são selecionados de forma rotativa em uma fila de cadastro, podendo haver também o caso de um advogado vir juntamente à parte realizar essa habilitação, permanecendo o mesmo. Ao fim da atuação, ocorre a remuneração com valor expresso em decisão terminativa.

Assim como o modelo anterior, o sistema *judicare* se subdivide se apresentando de forma direta e indireta com diferenciações apenas pela entidade ou órgão responsável por gerenciar a destinação dos recursos. Na forma direta, a administração dos haveres é realizada por organismos estatais, mantendo o cadastro e analisando os pedidos de assistência, enquanto e na indireta essa tarefa é feita por entidades não estatais, via de regra sem fins lucrativos. Acerca da remuneração, o objetivo seria que tais profissionais tivessem garantias similares aos valores pagos no mercado particular. Contudo, tal situação tornaria insustentável o próprio funcionamento desse sistema, de forma que, na prática, os valores pagos são muito menores do que a média recebida pelos advogados particulares.

Em todo caso, o suposto sucesso desse sistema de assistência se deve à possibilidade de o hipossuficiente escolher o advogado que lhe patrocinará, sendo inclusive um dos sistemas considerados mais adequados¹⁵³, pois em tese iguala a

¹⁵² ESTEVES, Diogo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública** / Diogo Esteves, Franklyn Roger Alves Silva. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018. pág. 8.

¹⁵³ GRECO, Leonardo. **Instituições de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015, vol. I, pág. 434-435.

assistência gratuita à situação daqueles que podem pagar para escolher seu advogado. Para Cappelletti:

Tratava-se de um sistema através do qual a assistência judiciária é estabelecida *como um direito* para todas as pessoas que se enquadrem nos termos da lei. Os *advogados particulares, então, são pagos pelo Estado*. A finalidade do sistema *judicare* é proporcionar aos litigantes de baixa renda a mesma representação que teriam se pudessem pagar um advogado.¹⁵⁴

Acerca dos aspectos negativos desse sistema, leciona CLEBER FRANCISCO ALVES:

Em tese, parece uma característica louvável, na medida em que permite que, assim como ocorre com as pessoas de melhor poder aquisitivo, também os menos favorecidos economicamente passam a escolher e “contratar” os profissionais mais competentes e melhor qualificados para patrocinar sua causa. Todavia, de fato essa não é a realidade. Primeiramente porque os valores que são pagos pelo Estado como contraprestação pelos serviços prestados pelo advogado ao beneficiado da AJ dificilmente chegarão próximo dos honorários normalmente cobrados dos demais clientes particulares, em especial dos mais abastados economicamente, o que desestimula os advogados mais famosos e com uma extensa carteira de cliente a atuarem sob o regime da AJ. Essa circunstância, aliada ao fato de que o advogado procurado pelo virtual beneficiário da AJ não está obrigado a aceitar a causa, torna de fato bastante estreito o leque de alternativas disponíveis para escolha do profissional que torna de fato bastante estreito o leque de alternativas disponíveis para escolha do profissional que assumira o patrocínio da causa.¹⁵⁵

Da mesma forma, a liberdade de escolha nesse caso é evidentemente relativa, principalmente em se tratando de partes hipossuficientes econômicas. É necessário considerar que, além da hipossuficiência econômica, subsiste uma hipossuficiência jurídica e um desequilíbrio que desfavorece a parte (cliente ou assistido) na relação com o profissional de direito. Outrossim, não se descarta que existe um interesse econômico por parte do profissional, o que torna temerária a possibilidade de escolha, diante do fato de que a parte pode ser influenciada pelo próprio advogado, não necessariamente tendo correspondência com uma qualidade de assistência. Quando se fala de populações com o perfil atendido, são mais

¹⁵⁴ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Ellen Gracie Northfleet (trad.). Porto Alegre: Fabris, 1988. pág. 35.

¹⁵⁵ ALVES, Cleber Francisco. **Justiça para Todos!** Assistência Jurídica Gratuita nos Estados Unidos, na França e no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, pág. 182.

frequentes demandas com direitos indisponíveis, amplificando a vulnerabilidade e consequentemente a sujeição a abusos.

5.1.3 *Salaried Staff Model*

No modelo em questão, os advogados trabalham em regime empregatício e possuem remuneração fixa, independentemente de horas trabalhadas e êxito em atividades desempenhadas¹⁵⁶. Portanto, não se paga por casos. Divide-se em 3 submodalidades: direto, indireto e universitário.

No modelo direto há a criação de um organismo estatal destinado à prestação da assistência judiciária (eventualmente também extrajudicialmente)¹⁵⁷, onde os advogados possuem um vínculo funcional com a instituição. Seria esse o modelo adotado pela Defensoria Pública Brasileira.

No modelo indireto, diferentemente, o órgão responsável pela prestação não é estatal, entretanto recebendo subsídios dos cofres públicos para custear suas despesas. O vínculo empregatício dos advogados é com a entidade e não com o Estado necessariamente. O submodelo indireto representa uma descentralização e desconcentração da prestação direta da assistência jurídica na figura do Estado, sendo realizado indiretamente.

Em terceiro, o *salaried staff model* universitário é o desempenhado por advogados vinculados a universidades públicas, similar ao modelo universitário *pro bono*, mas particularmente diferente por se relacionar mais a unidades de ensino públicas. Por sua vez, a remuneração dos advogados desse modelo se dá de forma fixa, e não por caso.

Dentre os pontos positivos desse sistema, tem-se o fator da remuneração fixa, que acarreta a igualdade no trato das causas, independente da relevância econômica, além da unificação do atendimento gerada pela institucionalização.

5.2 O MODELO BRASILEIRO DE ASSESSORIA E SEUS FUNDAMENTOS

¹⁵⁶ ESTEVES, Diogo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública** / Diogo Esteves, Franklyn Roger Alves Silva. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018. pág. 10.

¹⁵⁷ ALVES, Cleber Francisco. **Justiça para Todos!** Assistência Jurídica Gratuita nos Estados Unidos, na França e no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, pág. 49.

Mediante a institucionalização da Defensoria Pública na Constituição de 1988 como órgão incumbido de realizar a assistência jurídica integral e gratuita dos necessitados (cf, Art. 134 da CRFB), tornou-se clara a opção brasileira pelo *salaried staff model* direto, uma vez se tratando de órgão estatal criado especialmente para desempenhar essa prestação e, além disso, instituindo-se a entrada mediante concurso público e a remuneração fixa paga pelos entes estatais, ao contrário da remuneração por cada caso.

Para RIBEIRO e MACHADO:

Por seu turno, o Brasil adotou integralmente o modelo *salaried staff*, o qual cabe à instituição pública Defensoria Pública, com autonomia administrativa, funcional e financeira, a atribuição no território nacional de cumprir o mandamento constitucional de assistência jurídica aos necessitados.¹⁵⁸

Portanto, no que tange à prestação de assessoria jurídica gratuita aos necessitados, a Defensoria é órgão exclusivo. Diante desse fato, a instituição normativa de algum modelo paralelo representaria afronta direta ao texto constitucional, como já foi decidido na ADI nº 4.163/SP, cuja manifestação do Supremo defendeu que, *in verbis*:

É dever constitucional do Estado oferecer assistência jurídica gratuita aos que não disponham de meios para contratação de advogado, tenso disso a Defensoria Pública eleita, pela Carta Magna, como o único órgão estatal predestinado ao exercício originário dessa competência. Daí, qualquer política pública que desvie pessoas ou verbas para outra entidade, com o mesmo objetivo, em prejuízo da Defensoria, insulta a Constituição da República.¹⁵⁹

Por sua vez, a vedação é de que seja instituído modelo paralelo oficial de prestação de assistência gratuita. Sem embargo, considerando que a Defensoria, seja por aspectos financeiros ou em razão de ainda estar se instalando em muitos Estados, é permitida a existência de sistemas subsidiários.

¹⁵⁸ MACHADO, José Alberto Oliveira de Paula; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Assistência jurídica gratuita**: notas comparativas entre a França e o Brasil. 2018. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, v. 34, n. 2: 113-137, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.fdsu.edu.br/adm/artigos/0affff916be113694ee1733b87b512da.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2019. pág. 115.

¹⁵⁹ STF - ADI: 4163 SP, Relator: Min. CEZAR PELUZO, Data de Julgamento: 29/02/2012, Tribunal Pleno, Data de Publicação ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-040 DIVULG 28-02-2013 PUBLIC 01-03-2013. **JusBrasil**, 2012. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24808086/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-4163-sp-stf>>. Acesso em 23 out. 2019.

Nesse sentido, o sistema *judicare* é encontrado como secundário no modelo brasileiro, sendo quase indissociável em muitas regiões, sobretudo pela sua essencialidade diante do déficit de atuação das unidades da Defensoria, conforme SILVA:

Esta realidade evidencia que o Brasil ainda conserva um sistema dúplice de assistência jurídica. Apesar de a Constituição prezar pelo *salaried staff model*, mediante a estrutura da Defensoria Pública, ainda subsiste, em virtude da Lei n. 1.060/50, o modelo *judicare* pautado na remuneração de advogados privados, quando ausente a Defensoria Pública.¹⁶⁰

Portanto, em que pese a eleição do *salaried staff model* direto, pode-se dizer que o Brasil também aplica em grande escala o modelo *judicare*. Mais especificamente, o segundo se vislumbra através da nomeação de advogados dativos para exercer o patrocínio jurídico dos necessitados. A remuneração, no que lhe diz respeito, é feita ora por ato, ora por processo, a depender do ato praticado, de forma a seguir tabela de honorários fixada pelo Conselho Seccional da OAB respectivo e pagos pelo Estado. Assim, no caso criminal, por exemplo pertinente, o advogado dativo pode ser nomeado como dativo de um réu, devendo permanecer na causa até seu encerramento, considerando-se também eventual apelação. Em contrapartida, também é possível que haja nomeação do mesmo para atos isolados dentro de um processo criminal, como audiências, na ausência física de um defensor anteriormente constituído (inclusive no caso de defensor público). Nessa ótica, ambos os sistemas aparentam demandar gastos elevados, de forma que no caso do Estado de São Paulo, em que ambos coexistem vigentes, o professor Virgílio Afonso da Silva conclui:

Ao contrário do que ocorre com os defensores públicos, que têm remuneração mensal fixa, os advogados que prestam serviço por meio de convênio com a OAB recebem por processo ou audiência. Em razão dessa disparidade, dentre outras, são gastos hoje no Estado de São Paulo quase 4 vezes mais com o convênio com a OAB (R\$ 272 milhões) do que com

¹⁶⁰ SILVA, Franklyn Roger Alves. **O Modelo Brasileiro de Defensoria Pública e a Protecção Jurídica Portuguesa** – Semelhanças e Diferenças No Serviço De Assistência Jurídica. Revista Jurídica Luso Brasileira (RJLB), Ano 2 (2016), nº 3. 541-569. Disponível em: <http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2016/3/2016_03_0541_0569.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019. pág. 554.

toda a infraestrutura (e não apenas os salários) da Defensoria Pública (R\$ 75 milhões).¹⁶¹

Dissecado o modelo adotado no país, outros apontamentos referentes aos fundamentos do modelo concretamente apresentado devem ser feitos, como a autonomia, escolha das áreas de atuação e o perfil público dos defensores mediante aprovação em concurso público.

5.2.1 Autonomia

A Constituição da República Federativa do Brasil consolidou a tradicional divisão de Poderes de Montesquieu dividindo as funções do Estado em seu Título IV. Como observa ESTEVES¹⁶², a Defensoria, assim como o Ministério Público, ainda que pertençam formalmente à parte constitucional que trata dos poderes do Estado, não se constitui como poder, compondo o que o autor chama de um “quarto complexo orgânico”¹⁶³ traduzido pelos órgãos incumbidos de desempenhar as “Funções Essenciais à Justiça”.

Nesse sentido, a quarta função que tais figuras desempenham é classificada como função de provedoria de justiça¹⁶⁴. Portanto, perfaz-se que a Defensoria não se vincula a nenhum dos Poderes Estatais, não fazendo parte sequer do Poder Judiciário formalmente e tratando-se, no Brasil, de uma instituição extrapoder autônoma¹⁶⁵.

Disso decorre a autonomia constitucional dada à defensoria, sendo intrínseca e inseparável da liberdade de atuação a ela necessária, vez que em muitos casos o interesse dos menos favorecidos contrasta com a atuação dos poderes estatais, não apenas.

¹⁶¹ SILVA, Virgílio Afonso da. **Parecer sobre o convenio entre a Defensoria Pública do Estado e a OAB/SP na prestação de assistência judiciária**. Revista da Defensoria Pública, São Paulo, n. 02. pág. 171.

¹⁶² ESTEVES, Diogo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública** / Diogo Esteves, Franklyn Roger Alves Silva. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018. pág. 71.

¹⁶³ “*Em verdade, o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Advocacia Privada e a Defensoria Pública compõem um quarto complexo orgânico, autônomo e desvinculado dos Poderes Estatais*”. Ibidem.

¹⁶⁴ MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **A Defensoria Pública na construção do Estado de Justiça**. Revista de Direito da Defensoria Pública, 1995, p. 22.

¹⁶⁵ ESTEVES, Diogo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública** / Diogo Esteves, Franklyn Roger Alves Silva. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018. pág. 69.

Vale ressaltar que a autonomia a qual reveste a figura da Defensoria não a torna alheia de pertencer ao regime público e ser órgão de natureza estatal, configurando sua autonomia como funcional, administrativa e financeira. A desvinculação de submissão aos demais poderes estatais contribui justamente para que a atuação diária não encontre barreiras em demandas em que o Estado seja parte.

Mais que garantidora de acesso à justiça de forma individual, como no patrocínio da defesa em casos penais, a Defensoria também exerce o controle dessas funções estatais, incumbindo-se de combater o abuso de autoridade e das arbitrariedades provenientes da atuação dos demais órgãos e agentes representantes dos três poderes, bem como de neutralizar os efeitos negativos da luta de classes. Compreende-se a autonomia da Defensoria Pública como uma decorrência lógica de sua própria função constitucional.¹⁶⁶

Sendo assim, para ESTEVES:

Se o constituinte originário pretendesse negar à Defensoria Pública sua necessária autonomia funcional, administrativa e financeira, teria atrelado suas funções institucionais, administração e finanças a algum dos Poderes do Estado (...) Ao prever a Defensoria Pública em capítulo autônomo, houve a renúncia por parte do constituinte em definir explicitamente a Instituição entre os Poderes do Estado, outorgando-lhe a necessária autonomia para o exercício de suas atribuições constitucionais.¹⁶⁷

Isto é, uma vez que a própria organização da Constituição negou a inclusão da Defensoria em algum dos poderes do Estado, ressalta-se, desde a promulgação em 1988, denota-se ser possível considerar que o projeto inicial já era de autonomia, de maneira que as emendas posteriormente inseridas apenas trataram de confirmá-la. Contudo, para o caso das Defensorias Públicas dos Estados, a autonomia foi reconhecida explicitamente com a Emenda Constitucional nº 45/2004, adicionando o conteúdo do §2º, do Art. 134, da Constituição¹⁶⁸.

A tendência pela opção da autonomia funcional, administrativa e financeira é compartilhada pela maioria dos vizinhos latino americanos, sobretudo por aqueles

¹⁶⁶ ESTEVES, Diogo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública** / Diogo Esteves, Franklyn Roger Alves Silva. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018. pág. 72.

¹⁶⁷ Ibidem. pág. 71/ 72.

¹⁶⁸ “Diante desse quadro, não se revela adequado afirmar que a autonomia da Defensoria Pública teria sido ‘criada’ ou ‘concedida’ pelas Emendas Constitucionais nº 45/2004, nº 69/2012 e nº 74/2013”. Ibidem. pág. 72.

que passaram por períodos ditatoriais na segunda metade do século XX. Na Argentina, a Defensoria (Ministério Público de La Defensa, formalmente) passou a ser autônoma desde sua criação com a reforma constitucional de 1994, sendo confirmada e fortalecida posteriormente pelos artigos 2º e 3º da Lei Orgânica do Ministério Público da Defesa (Ley nº 27.149, de 2015)¹⁶⁹. No Paraguai a Defensoria também se organiza dentro do Ministério Público, sob a mesma nomenclatura vista na Argentina. Em que pese ser integrante do Poder Judiciário, também possui autonomia funcional, administrativa e financeira de forma expressa¹⁷⁰.

As três formas de autonomia se constituíram de forma uníssona. A autonomia funcional garante a liberdade de atuação dos servidores, desempenhando as funções institucionais sem que haja ingerência externa por algum dos poderes. Nas palavras de SILVA:

Sob a ótica institucional, a Defensoria Pública goza de autonomia funcional o que lhe permite atuar independente de pressões externas e ingerências. Assim, não há nenhuma relação de subordinação da instituição frente aos demais órgãos e poderes constituídos.¹⁷¹

De maneira harmônica, a autonomia administrativa diz respeito à “capacidade atribuída a determinado órgão para assumir integralmente a condução e a gestão dos seus próprios interesses e negócios, subordinando-se apenas e tão somente ao seu regime jurídico administrativo”¹⁷², materializando-se nos atos de gestão, como forma de organização da instituição e da carreira de defensor, elaboração de regimentos internos e outros atos normativos e aquisição e administração de seus bens e contratos, por exemplo.

A terceira faceta, autonomia financeira, consiste na iniciativa de apresentar proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou seja, determinar de forma propositiva perante o poder legislativo quais os recursos necessários para atender as suas despesas, aliada à plena

¹⁶⁹ ESTEVES, Diogo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública** / Diogo Esteves, Franklyn Roger Alves Silva. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018. pág. 72/ 73.

¹⁷⁰ Ibidem. pág. 73.

¹⁷¹ SILVA, Franklyn Roger Alves. **O Modelo Brasileiro de Defensoria Pública e a Protecção Jurídica Portuguesa** – Semelhanças e Diferenças No Serviço De Assistência Jurídica. Revista Jurídica Luso Brasileira (RJLB), Ano 2 (2016), nº 3. 541-569. Disponível em: <http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2016/3/2016_03_0541_0569.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019. pág. 554.

¹⁷² CORGOSINHO, Gustavo. **Defensoria Pública: princípios institucionais e regime jurídico**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014. pág. 65.

liberdade de gestão desses recursos, o que configura necessariamente a autonomia financeira. Definida de outra forma, representa a capacidade de elaboração da proposta orçamentaria e da gestão e aplicação dos recursos destinados a prover as atividades e serviços do órgão titular da dotação.¹⁷³

Apesar de não haver legislação específica tratando da competência para a apresentação do projeto de orçamento, por analogia à situação dos poderes, define-se que a cabe ao Defensor Público-Geral (em analogia à presidência de um Tribunal), quem deve encaminhar a proposta após a aprovação do Conselho Superior da Defensoria Pública (órgão colegiado). No caso de não envio, consideram-se os valores contidos na proposta vigente, adaptados no que necessário à Lei de Diretrizes daquele exercício fiscal. No caso de desacordo com os limites da LDO, o poder executivo procederá aos ajustes necessários. A aprovação do orçamento proposto dependerá do Poder Legislativo unicamente. Uma vez consolidado o orçamento, o repasse é feito em duodécimos, isto é, 1/12 do valor anual por mês, ficando a cargo da Defensoria gerir estes recursos.

5.2.2 Unidade

O princípio da unidade é previsto no Art. 134, §4º, da CF¹⁷⁴ e Art. 3º da LC nº 80/1994¹⁷⁵ e define que a Defensoria Pública deve se constituir como instituição única, um todo orgânico submetido aos mesmos fundamentos, direção e finalidade¹⁷⁶. A unidade é composta por três frentes diferentes, sendo elas a unidade hierárquico-administrativa, a unidade funcional e a unidade normativa, conforme classifica CAIO PAIVA¹⁷⁷. A primeira consiste na unidade de cada uma das instituições, isto é, de modo a separar a Defensoria da União das Defensorias dos Estados e cada uma das Defensorias estaduais entre si. Por sua vez, mesmo que

¹⁷³ MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2013.

¹⁷⁴ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 set. 2019.

¹⁷⁵ BRASIL. **Lei Complementar nº 80 de 12 de janeiro de 1994**: Promulgada em 12 de janeiro de 1994. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp80.htm>. Acesso em: 28 set. 2019.

¹⁷⁶ MORAES, Guilherme Penã de. **Instituições da Defensoria Pública**. São Paulo: Malheiros, 1999. pág. 173.

¹⁷⁷ PAIVA, Caio. **Prática Penal para a Defensoria Pública**. Rio de Janeiro: Forense, 2016. pág. 30-33.

dividida em sedes regionais ou municipais, a unidade se verifica pelo fato de que a Defensoria do Estado é considerada uma só, sob o comando do Defensor Público-Geral, como é o caso da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Em segundo lugar, a unidade funcional se mostra um fator unificador de todas as defensorias do país (cada DPE), dada em razão da atuação e da cooperação, como também ocorre com a singularidade normativa, terceira faceta desse princípio, definida como unidade de previsão, visto que todas as Defensorias dos Estados funcionam sobre o mesmo regramento legislativo.

5.2.3 Indivisibilidade

A previsão da indivisibilidade da Defensoria representa um corolário do princípio da unidade, com sua previsão constitucional e legal se dando pelos mesmos dispositivos daquela. Um dos postulados principais desse princípio, e que influencia diretamente a forma de atuação dos defensores na prática, é de que os membros da Defensoria, no caso os Defensores, não se vinculam aos processos em que atuam, podendo haver sucessivos defensores atuantes, sem compreender a qualidade da assistência. Isso pois cada defensor faz parte de um todo infracionável, pois cada profissional representa a instituição e não a si mesmo como defensor.

5.2.4 Independência Funcional

Diferentemente da autonomia, referente à atuação da instituição da Defensoria, a independência funcional diz respeito aos agentes de atuação, isto é, aos Defensores Públicos. A definição do princípio dada por ESTEVES é de que:

A independência funcional garante ao Defensor Público a necessária autonomia de convicção no exercício de suas funções institucionais, evitando que interferências políticas ou fatores exógenos estranhos ao mérito da causa interfiram na adequada defesa da ordem jurídico democrática do país.¹⁷⁸

¹⁷⁸ ESTEVES, Diogo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública** / Diogo Esteves, Franklyn Roger Alves Silva. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018. pág. 361.

Portanto, independência funcional é cabida a cada um dos defensores públicos, garantindo a possibilidade de que o mesmo atue conforme suas convicções e com ampla liberdade, evitando interferências políticas na atividade prática, enquanto que a autonomia diria respeito à atuação institucional do órgão. Em comparação à autonomia funcional a qual goza a instituição:

Quando miramos para os membros da instituição, a independência funcional é o escudo de proteção ainda mais intenso que a autonomia funcional, já que a ingerência pode partir dos demais poderes constituídos ou da própria administração superior da Defensoria Pública.¹⁷⁹

Em que pese haja independência do defensor que venha a suceder outro em um processo, sobretudo para adotar o entendimento que lhe for melhor, é necessário atenção para a realização da melhor defesa possível, sempre privilegiando o interesse da parte. Dessa maneira, não se deve alterar o entendimento técnico do sucedido se isso apresentar qualquer risco aos direitos do assistido.

Da mesma forma, se verifica a independência dos Defensores também em relação ao poder hierárquico interno, não se vinculando às recomendações dos agentes superiores da própria Defensoria Pública¹⁸⁰. Sendo assim, a hierarquia é verificada sobretudo em âmbito administrativo, não em caráter funcional ou técnico. Em contrapartida, ESTEVES¹⁸¹ explica que a atuação do Defensor, como agente político, está baseada obrigatoriamente na existência de autorização por norma válida, autorizado a fazer apenas aquilo que for permitido pela ordem jurídica. Destarte, a independência age como princípio para garantir a melhor atuação prática do Defensor, sem que haja limitação por outro agente político superior interno ou externo, se dando tal limitação apenas na lei.

5.3 O MODELO CHILENO

¹⁷⁹ SILVA, Franklyn Roger Alves. **O Modelo Brasileiro de Defensoria Pública e a Protecção Jurídica Portuguesa** – Semelhanças e Diferenças No Serviço De Assistência Jurídica. Revista Jurídica Luso Brasileira (RJLB), Ano 2 (2016), nº 3. 541-569. Disponível em: <http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2016/3/2016_03_0541_0569.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019. pág. 554.

¹⁸⁰ ESTEVES, Diogo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública** / Diogo Esteves, Franklyn Roger Alves Silva. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018. pág. 362.

¹⁸¹ Ibidem.

No Chile, a *Defensoría Penal Pública* (DPP) representa, como seu próprio nome traduz, a garantia de acesso à justiça para os processados criminalmente, bem como para aqueles que já possuem condenação e cumprem suas penas. Portanto, de pronto já se verifica uma diferença quanto à amplitude dessa prestação, visto que apenas a área criminal é abrangida.

Por sua vez, quanto ao modelo adotado, é indicado que, em razão da existência de defensores públicos de planta e de advogados particulares que atuam mediante convênio, trata-se de um sistema misto público-privado¹⁸². Nas palavras de CAROCA:

Tendo em vista que a defesa criminal pública será realizada por advogados pertencentes a órgãos estatais, pertencentes à própria *Defensoría Penal Pública*, bem como a instituições privadas, constituídas exclusivamente por advogados ou por outras entidades, como as Corporações de Assistência Judiciária, se constata que, na realidade, é construído um verdadeiro sistema de defesa criminal, composto por dois subsistemas, um público e um privado.¹⁸³

Levando em consideração o que foi exposto, o sistema misto chileno combina o *salaried staff model* e o sistema *judicare*. Essa duplicidade se traduz pela existência de dois cargos distintos, o defensor institucional e o defensor lícitado.

No que tange aos denominados defensores locais, adentram à carreira na instituição mediante concurso público e atuam exclusivamente nos casos da defensoria, sendo colocados dentro do *salaried staff model*, isto é, possuindo como remuneração valor fixo independentemente do número de causas e êxito nelas.

Entretanto, os defensores lícitados trabalham para escritórios ou associações de advogados, os quais possuem convênios com a administração pública para realizar a defesa penal, tal qual os defensores públicos comuns, inclusive sob

¹⁸² “The mission of the Public Criminal Defender’s Office (DPP) is to provide high quality professional criminal defense to people who lack a lawyer for whatever reason, using a mixed public-private system of public criminal defenders, safeguarding equality under the law, the due process and acting with profound respect for the dignity of our clients”. Nacional Public Defender Office – **Chilean Report**, presented at Internacional Legal Aid Group Conference, Edinburgh, 2015, pág. 1/19.

¹⁸³ “Teniendo en cuenta que la defensa penal pública será entregada tanto por abogados pertenecientes a organismos estatales, pertenecientes a la propia Defensoría Penal Pública, como a instituciones privadas, constituidas únicamente por abogados o por otras entidades como las Corporaciones de Asistencia Judicial, en que se constata que en realidad se construye un verdadero sistema de defensoría penal, compuesto a su vez por dos subsistemas uno público y otro privado.” CAROCA, Alex. **La Defensa En El Nuevo Proceso Penal**. In: Revista Chilena de Derecho, Vol. 29 N° 2, pp. 283-301 (2002). Sección Estudios. pág. 294.

mesmas égides de atuação. Diferenciam-se por se tratarem de profissionais liberais regidos pelas normas trabalhistas cíveis, possuindo competência de atuação nestas causas em razão de uma licitação, uma concessão para a realização de um serviço público, pertencendo a um modelo *judicare* de assessoria jurídica.

Outra divergência se dá na forma de remuneração, que também é característica, constituindo-se de um repasse do montante pago na licitação, juntamente aos honorários de cada causa na qual atuam. Na atualidade, a remuneração dos defensores licitados, especialmente, considera a jornada de trabalho e inclui porcentagens de pagamento variadas associadas a incentivos por resultados obtidos, isso é, recebe-se uma porcentagem conforme forem alcançadas soluções mais favoráveis para os imputados.

A escolha por um modelo misto representa a busca pela redução de alguns encargos, mantendo-se uma estrutura mínima em âmbito nacional, regional e local, mas sem que a administração tenha que se responsabilizar por oferecer estrutura física para que todos os defensores trabalhem, visto que os conveniados atuam de seus próprios escritórios de advocacia. Como verificado anteriormente, o corpo da instituição é composto por quase 75% de defensores conveniados, demonstrando a opção majoritária pelo repasse da prestação dos serviços para a iniciativa privada.

Portanto, ao que se verifica, a existência de dois modelos de defensores influencia diretamente em toda a atuação e funcionamento do sistema eleito pelos chilenos para realizar a garantia de acesso a justiça.

Quanto a outros aspectos de particularidade do modelo, tem-se a previsão legislativa. O Chile possui uma constituição relativamente antiga (1980, aprovada durante a ditadura de Augusto Pinochet e apenas submetida a plebiscito, marcando o período de transição para a redemocratização), que não abrangia originalmente uma série de institutos, como o da própria reforma processual penal, quem dirá a Defensoria. Diante do fato, a própria DPP é posterior à Constituição, de forma que sua previsão ocorre por lei infraconstitucional (Lei 19.718/2001), não havendo previsão constitucional de que a garantia de acesso à justiça (por vez, essa sim prevista constitucionalmente, tal qual no Brasil) seria fornecida unicamente pela Defensoria. Conforme já defendido em momentos anteriores do presente trabalho, a previsão constitucional de a Defensoria ser instituição essencial e exclusiva para atuar em tal garantia foi e ainda é algo fundamental para consolidar a conquista de sua criação, de forma a ser no Brasil *clausula pétrea*.

No âmbito de funcional, A DPP se configura de forma descentralizada, isto é, possuindo uma unidade nacional com personalidade jurídica, e outras unidades Regionais e Locais. Em paralelo, no Brasil há a configuração de forma oposta, com a centralização funcional, porquanto existam defensorias totalmente autônomas nos Estados, cada uma delas atuando de forma unitária. No âmbito territorial, há uma desconcentração da atuação com base na localização da demanda, onde cada Defensoria local, responsável pela atuação direta nos casos, assiste uma região determinada.

Por seu turno, formalmente a *Defensoría Penal Pública* do Chile possui uma vinculação com o poder executivo nacional, mais precisamente por meio do Ministério da Justiça Chileno. Apesar disso, segundo Diagnóstico de La Defensoría Pública em América, publicado em 2012¹⁸⁴, a supervigilância à qual a DPP se submete se dá apenas pela nomeação do Defensor Nacional e pela presidência do Conselho de Licitações de Defesa Penal, de forma que não existe um controle negativo na atuação. Embora seja esta a posição compreendida pela instituição, entende-se que não se assemelha à autonomia ampla apresentada no Brasil, se tratando de um extrapoder assim como o MP.

A atuação em demandas coletivas também não é prevista para a DPP, a despeito da existência de cobertura apenas em processos criminais, o que já reduz drasticamente a possibilidade de instauração dessas demandas.

A Defensoria Pública no Chile é instrumentalizada para uma atuação judiciária, isto é, para o desempenho de funções processuais no âmbito do processo penal. Diferentemente da Defensoria Pública brasileira que está vocacionada à solução extrajudicial de conflitos e na prestação de uma assistência jurídica e não somente judiciária, no Chile, é possível perceber alguns avanços na seara extrajudicial, que podem, ao longo do tempo, ampliar o foco de atuação dos Defensores chilenos¹⁸⁵.

¹⁸⁴ Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF). **Diagnóstico de la Defensoría Pública en América**. 2012. Disponível em <<https://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2015/08/Diagnostico-DP.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2019.

¹⁸⁵ MAGALHÃES, Leonardo Cardosos de. **Breves Comentários Sobre o Sistema Penal Chileno e o Papel da Defensoria Pública no Paradigma Democrático**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/418129544/Breves-Comentarios-Sobre-o-Sistema-Penal-Chileno-e-o-Papel-Da-Defensoria-Penal-Publica>>. Acesso em: 21 out. 2019. pág. 7.

5.4 COMPARAÇÃO REGIONAL (DPE-PR E REGIONAL METROPOLITANA NORTE-DPP)

A seguir serão analisadas as diferenças práticas entre a atuação da Defensoria Pública Estadual brasileira e a atuação da *Defensoría Penal Pública* do Chile em um contexto regional delimitado.

Para efeito de comparação dos dados apresentados, elegem-se como pontos de referência a Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR), especificamente as sedes da Região Metropolitana de Curitiba (que abrange os municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Cerro Azul, Dr. Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul e Tunas do Paraná) e, do lado chileno, a Regional Metropolitana Norte de Santiago da DPP. A Região Metropolitana de Curitiba possui cerca de 3,6 milhões de habitantes, enquanto que a sede da Regional Metropolitana Norte de Santiago atende cerca de 3,5 milhões, compreendendo a maioria dos bairros urbanos da capital chilena.

Segundo a descrição apresentada pela defensoria acerca da regional¹⁸⁶, é onde se encontram boa parte dos bairros populares e de médio padrão econômico, assim como a comuna da capital, algo que interessa por ser onde se concentra a principal parcela da população alvo, também sendo onde se concentra a maior quantidade dos delitos do país.

A escolha pela regional em questão se deu pela proximidade do número de habitantes (3,6 milhões de habitantes na Região Metropolitana de Curitiba e 3,5 milhões no caso daquela), bem como pelas características apresentadas, como maiores taxas de concentração de crimes. No que tange ao número de defensores, serão comparados apenas aqueles atuantes em ofícios criminais, visto que a DPP chilena apenas atenda o setor.

Na Região Metropolitana de Curitiba existem 2 sedes da DPE-PR, a saber, a própria sede de Curitiba e a sede de São José dos Pinhais (que também abarca o

¹⁸⁶ Portada. La Defensoría. Defensoría en regiones. Metropolitana Norte. Descripción. **Descripción**
Defensoria **Regional** **Metropolitana** **Norte.** Disponível em:
http://www.dpp.cl/pag/50/147/informacion_general>. Acesso em 30 set. 2019.

Município de Tijucas do Sul), respectivamente, com 8 e 0 defensores em varas criminais e 8 e 1 em varas de execução. Assim sendo, no espaço amostral tem-se 8 defensores para a área criminal e 9 para a execução penal, podendo-se considerar um corpo de profissionais de 17 ao todo.

Dentre os municípios, verificam-se 15 comarcas, 5 destas representando comarcas de entrância inicial e intermediária (Bocaiúva do Sul e Cerro Azul e Rio Negro, Rio Branco do Sul e Lapa, respectivamente) e as demais representando os Foros Regionais e o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Ao todo, subsistem 38 varas relacionadas ao Processo Penal, sendo 32 Varas Criminais¹⁸⁷ (incluindo 2 Varas privativas do Tribunal do Júri em Curitiba) e 6 Varas de Execução Penal, 5 delas em Curitiba¹⁸⁸.

Portanto, verifica-se que para as cerca de 38 Varas são oficiados 17 defensores, para uma população total de 3,6 milhões de pessoas. Uma vez que a atribuição dos defensores ocorre para cada vara, a indisponibilidade de pessoal acarreta em varas inteiramente sem atendimento.

Por sua vez, no Chile a Defensoria Regional Metropolitana Norte se divide em 4 Defensorias Locais: Defensoría Local de Mega Zona Santiago, Defensoría Local Zona Lo Prado, Defensoría Local Mega Zona Ñuñoa e Defensoría Local de Colina.

Conforme número colhido a partir da lista de defensores disponibilizada pelo portal da DPP chilena¹⁸⁹, constata-se que destas 4 defensorias locais que compõem

¹⁸⁷ Nas cidades em que existe vara única, considerou-se a existência de uma Vara Criminal.

¹⁸⁸ “Bocaiúva do Sul - Adrianópolis e Tunas do Paraná (VARA ÚNICA) INICIAL; Fazenda Rio Grande - Agudos do Sul e Mandirituba (1 Vara Criminal) FORO REGIONAL METROPOLITANA; Almirante Tamandaré - Campo Magro (2 Varas Criminais) FORO REGIONAL METROPOLITANA; Araucária (1 Vara Criminal) FORO REGIONAL METROPOLITANA; Campo Largo - Balsa Nova (1 Vara Criminal) FORO REGIONAL METROPOLITANA; Campina Grande do Sul - Quatro Barras (1 Vara Criminal) FORO REGIONAL METROPOLITANA; Rio Negro - Campo do Tenente, Pien, Quitandinha (1 Vara Criminal não exclusiva) INTERMEDIÁRIA Colombo (2 Varas Criminais) FORO REGIONAL METROPOLITANA; Lapa - Contenda (1 Vara Criminal) INTERMEDIÁRIA; Cerro Azul - Dr. Ulysses (Juízo Único) INICIAL Rio Branco do Sul - Itaperuçu (1 Vara Criminal não exclusiva) INTERMEDIÁRIA; Pinhais (1 Vara Criminal) FORO REGIONAL METROPOLITANA; Piraquara (1 Vara Criminal) FORO REGIONAL METROPOLITANA; São José dos Pinhais - Tijucas do Sul (2 Varas Criminais e 1 Execução anexa ao Juizado de Violência Doméstica) FORO REGIONAL METROPOLITANA; Curitiba - (13 Varas Criminais, 2 Varas Privativas do Tribunal do Juri e 5 Varas de Execução) Foro Central METROPOLITANA”. TJPR. Consultas. **Endereços e Informações. Consultar Magistrados (Comarcas e Seções).** Disponível em: <<https://www.tjpr.jus.br/magistrados>>. Acesso em: 26 out. 2019.

¹⁸⁹ Portada. La Defensoría. Defensoría en regiones. Metropolitana Norte. **Defensoria Regional Metropolitana Norte.** Disponível em: <http://www.dpp.cl/pag/146/308/region_metropolitana_norte>. Acesso em 30 set. 2019.

a Regional em questão existem 24 defensores locais atuando, incluindo os defensores chefes (11 na Local de Santiago, 6 na Local de Lo Prado, 6 na Local de Nuñoa e 1 na Local de La Colina). Por outro lado, existem 73 defensores licitados nas quatro zonas (23 em Santiago, 25 em Lo Prado, 23 em Nuñoa e 2 em La Colina). O atendimento às áreas de execução é feito apenas por advogados conveniados, sendo 8 de Santiago e 3 em La Colina. Portanto, considerando-se todo o corpo, são 97 em atuação criminal e 11 na execução penal, resultando em 108 ao todo.

Assim, com populações semelhantes, enquanto no Chile 108 defensores cuidam da defesa processual em processos criminais e da defesa em sede de execução, na Região Metropolitana de Curitiba esse número chega apenas a 17. O número chileno supera inclusive o número total de defensores no Estado do Paraná (104), incluindo todas os ofícios de atuação.

5.5 QUAL O MODELO A SE SEGUIR?

Por todo o exposto até o momento, pretende-se analisar se algumas características do modelo misto chileno se adequariam ao cenário brasileiro e às demandas existentes. Primeiramente, alguns pressupostos são essenciais de serem pontuados: a) não será discutida a abrangência material da atuação das defensorias, visto ser impossível conceber que a Defensoria Pública no país deixe de atuar nas demandas cíveis, a exemplo, bem como nas demandas coletivas; b) considera-se que mesmo adotando o modelo chileno, manter-se-ia a previsão constitucional da forma de organização, visto ser atualmente cláusula pétrea; c) todas as propostas e proposições visam a melhoria dos atendimentos considerando principalmente os setores criminal e de execução da Defensoria Pública; e d) a centralização se manteria nas diferentes defensorias, permanecendo o modelo estadual, onde cada Defensoria dos Estados é uma instituição autônoma podendo adequar seu funcionamento.

Dessa forma, busca-se verificar se o modelo chileno, dentro das possibilidades reais, se adequar ao Brasil, e se tal modificação seria proveitosa.

Segundo POSTIGO e FANDIÑO¹⁹⁰, o fortalecimento das Defensorias Públicas na América Latina depende de uma série de fatores, dentre eles o fortalecimento institucional e equiparação com outros órgãos do sistema judicial penal. Para tanto, ressaltam o dever de criação de padrões de defesa penal efetiva, a focalização na defesa de determinados grupos de atenção preferencial, como migrantes, indígenas, privados de liberdade (presos), mulheres, adolescentes em conflito com a lei, entre outros. Não obstante, como marco principal, defendem a ampliação da autonomia das Defensorias Públicas Penais, sob os específicos argumentos levantados:

Finalmente, um desafio no qual ainda há muito trabalho a ser feito é a autonomia das Defensorias Públicas Criminais e sua não dependência de outras instituições do sistema. Como mostramos na primeira seção, ainda existem numerosas Defensorias que dependem do poder executivo ou do poder judicial. Existem inúmeras razões para exigir autonomia institucional do Provedor de Justiça, dentre as quais destacamos a necessidade de participação em debates públicos sobre política criminal em defesa de garantias; que existe uma correlação institucional com o princípio da igualdade de armas ou que eles podem proteger a autonomia funcional no trabalho dos defensores (Moreno et. al, 2018).¹⁹¹

Nessa seara, tanto o Brasil quanto o Chile possuem evidentes suas intenções em ambos os sentidos, em alguns casos mais e outros menos. Seguindo a ordem apresentada pelos autores acerca dos fundamentos para a ampliação das Defensorias, tem-se como primeiro fundamento a equiparação com as demais instituições judiciárias. Nesse sentido, o Brasil avançou à frente do Chile, dada a equiparação consolidada com o Ministério Público e poder judiciário por meio da EC nº 80/94. Entretanto, como analisado ao longo do presente trabalho, ainda existe um grande abismo entre as condições de trabalho, salariais e de investimento entre os membros dos órgãos.

¹⁹⁰ POSTIGO, Leonel González; FANDIÑO, Marco. **Balance y propuestas para la consolidación de la justicia penal adversarial em América Latina**. In: BOGANI, Laura Cora (Org.). *La Justicia penal adversarial em América Latina*. Santiago: Centro de Estudios de Justicia de las Américas, 2018. pág. 628.

¹⁹¹ “Finalmente, un desafío en el cual todavía hay mucho trabajo que realizar es la autonomía de las Defensorías Penales Públicas y su no dependencia de otras instituciones del sistema. Como mostramos en el primer apartado, todavía existen numerosas Defensorías que dependen del Poder Ejecutivo o del Poder Judicial. Existen numerosas razones para exigir autonomía institucional a la Defensoría, entre ellas destacamos la necesidad de que puedan participar en debates públicos sobre política criminal en defensa de las garantías; que exista un correlato institucional al principio de igualdad de armas, o que puedan proteger la autonomía funcional en el trabajo de los defensores (Moreno et. al, 2018).” Ibidem.

Sob um segundo aspecto, embora haja uma normalização da atuação em cada uma das Defensorias brasileiras (Defensorias Públicas de cada Estado), o Chile possui um melhor sistema de estândares de atuação, como apontado no capítulo antecedente, sistema este que se impõe mesmo sobre os defensores licitados. De certa forma, embora na Defensoria Pública brasileira existam princípios institucionais de atuação¹⁹², eles abrangem sobretudo o funcionamento da instituição, não tratando diretamente da atuação dos Defensores exatamente.

No que tange ao atendimento das populações em situações de maior vulnerabilidade, tanto a Defensoria brasileira quanto a chilena possuem atuações notórias. Embora o recorte sobre a atuação específica das Defensorias voltada para determinadas populações não seja o ponto principal deste trabalho, ressalta-se a existência de atuação especializada no Chile sobre direitos indígenas, mulheres, menores infratores e outros, o que também é visualizado no Brasil, por meio, sobretudo, de projetos dos núcleos especializados.

A título de exemplo, a DPE-PR, alvo de estudo aprofundado ao longo dos capítulos antecedentes, possui 5 núcleos especializados, a saber: Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH); Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e Urbanísticas (NUFURB); Núcleo da Infância e Juventude (NUDIJ), que atua tanto na esfera cível quanto na defesa de menores em conflito com a lei; Núcleo de Política Criminal e Execução Penal (NUPEP), com projetos que focam na defesa de mulheres presas e na execução penal do interior do Estado; e Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)¹⁹³. Tais núcleos foram criados por meio de LEI COMPLEMENTAR Nº 209 - 05 DE ABRIL DE 2018, que altera a lei orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná (Lei Complementar Estadual 136/2011)¹⁹⁴.

¹⁹² Gustavo Barbora Giudicelli explica que “*nomeados como princípios, a unidade, indivisibilidade, e independência funcional atuam, na prática, como comandos normativos que, à maneira das regras, possuem alto grau de determinabilidade, prescrevendo na um estado ideal de coisas a ser buscado, mas sim eivando de ilegalidade condutas que sejam como com elas incompatíveis, não sendo o caso do sopesamentos com eventuais princípios colidentes, mas sim sua aplicação pela lógica do ‘tudo ou nada.’*” GIUDICELLI, Gustavo Barbosa. **A Defensoria Pública nos 30 Anos da Constituição Federal: consolidação, desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. pág. 57.

¹⁹³ Defensoria Pública do Estado do Paraná. **Núcleos Especializados**. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/pagina-436.html>>. Acesso em 23 out. 2019.

¹⁹⁴ Art. 40 Compete ao Defensor Público Chefe de Núcleo Especializado, no exercício de suas funções institucionais: (...) § 2º Cria o Núcleo da Política Criminal e da Execução Penal, o Núcleo de Defesa do Consumidor, o Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e Urbanísticas, o Núcleo da

Contudo, frente ao último e mais importante princípio definido por POSTIGO, da autonomia em relação aos demais poderes, resta-se prejudicado no caso chileno, uma vez que ainda subsiste uma relação de controle da DPP com o poder executivo e o Ministério da Justiça chileno. Em contrapartida, a Defensoria brasileira, seja DPU ou DPE, tem resguardada a autonomia total em relação aos demais poderes, algo essencial e ressaltado desde a criação do órgão com a Constituinte de 1987/1988.

Portanto, o princípio da autonomia da instituição, cujo reflexo é evidenciado sob a figura da independência funcional, é, de acordo com SÍLVIO ROBERTO MELLO MORAES:

[...] sem sobre de dúvida, uma das mais valiosas garantias do Defensor Público, pois lhe permite atuar com inteira liberdade, sem sofrer qualquer tipo de censura ou limitação, seja por parte do Chefe da Instituição ou mesmo do próprio Chefe do Poder Executivo ou de qualquer outra autoridade. Age de acordo com a sua consciência e obediente, somente, à lei.¹⁹⁵

Enquanto a autonomia representa uma liberdade de atuação e de auto-organização em âmbito da Defensoria como órgão, a independência funcional o traduz na seara individual de cada defensor.

A *Defensoría Penal Pública* do Chile optou por uma limitação tanto quanto à autonomia quanto à independência funcional de seus funcionários. Em relação à primeira, tal limitação se verifica mediante a submissão ao controle do Poder Executivo, ao passo que a limitação à independência funcional se traduz pela rigorosidade dos padrões, algo não necessariamente negativo para a realidade do país, visto que a existência de advogados particulares representando a instituição enseja a necessidade de criação de maneiras de uniformizar o serviço e realizar controle.

Uma vez feitas essas constatações, evidencia-se que a Defensoria Pública no Brasil possui uma constituição e institucionalização feita de acordo com o que se

Infância e Juventude, o Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos e o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. (Redação dada pela Lei Complementar 209 de 05/04/2018). PARANÁ. **Lei Complementar 136, de 19 de maio de 2011**: Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Promulgada em 19 de maio de 2011. Palácio do Governo em Curitiba, PR. Disponível em:

<<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=60033&indice=1&totalRegistros=5&anoSpan=2016&anoSelecionado=2011&mesSelecionado=0&isPaginado=true>>

. Acesso em: 26 set. 2019.

¹⁹⁵ MORAES, Sílvio Roberto Mello. Princípios Institucionais da Defensoria Pública. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. pág. 94.

imagina como uma Defensoria bem estruturada. No entanto, a falha está na ausência de aplicação prática dos pressupostos fundantes, sendo a principal barreira a financeira para conseguir efetivar toda a estrutura planejada pelo constituinte e os legisladores infraconstitucionais. Nesse sentido, como observa MAURÍLIO CASAS MAIA,

[...] entre o modelo constitucional de assistência jurídica (Defensoria Pública), nacionalizado e interiorizado, e a realidade, há uma grande discrepância, existindo um vazio institucional em razão do subfinanciamento da Defensoria Pública”.¹⁹⁶

Por conseguinte, percebe-se que o déficit no número de defensores no Brasil, conforme demonstrado na comparação paranaense (sobretudo contexto específico da região metropolitana de Curitiba) com a Defensoria Penal Regional Metropolitana Norte de Santiago, é ainda o maior problema enfrentado, déficit este que se traduz na realização prática do preenchimento das vagas. Nesse sentido, ASSIS defende que é necessário cautela quanto à expansão das atribuições dadas à Defensoria, sobretudo em relação à proposição de ações coletivas, já existente, bem como diante da possibilidade de que se amplie ainda mais, como vê-se a seguir:

Entretanto, é preciso ter cautela com a expansão indiscriminada e muitas vezes açodada de atribuições. Quanto mais a Defensoria Pública se arvora de encargos, mais lacunas podem surgir em razão da quantidade reduzida de investimentos em sua estrutura, fazendo com que a qualidade dos seus serviços seja prejudicada. Obviamente, não se trata de afastar o caráter universal da prestação de assistência jurídica pela instituição, mas raciocinar de forma estratégica para que os recursos escassos possam ser melhor empregados.¹⁹⁷

A despeito de tal possibilidade de autogestão, especificamente no que diz respeito aos atos relacionados a abertura de concursos e provimento de cargos da carreira, componentes da autonomia administrativa da Defensoria, a criação de cargos em si não depende da instituição. Acerca da criação de cargos no âmbito das Defensorias, ESTEVES demonstra que “pela regra geral do art. 48, X da CRFB,

¹⁹⁶ CASAS MAIA, Maurílio. **O modelo constitucional de assistência jurídica (Defensoria Pública) e o sistema federativo: defensorias municipais?** O caso da ADPF 279. Revista dos Tribunais, São Paulo, vol. 987, jan. 2018. pág. 128/129.

¹⁹⁷ ASSIS, Victor Hugo Siqueira. **Defensoria Pública: Histórico, Afirmação e Novas Perspectivas.** Brasília: Revista da Defensoria Pública da União. n.12. p.1-480. pág. 206.

cabe ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, dispor sobre a criação, transformação e extinção dos cargos, empregos e funções pública”¹⁹⁸. No caso das Defensorias dos Estados:

Por questão de simetria, a mesma regra deve ser aplicada aos Estados-membros, cabendo à Assembleia Legislativa, com sanção do Governador do Estado, dispor sobre a matéria. Portanto, seja no âmbito federal, seja no estadual, a criação de cargos públicos pressupõe a existência de lei, para a qual possui o Defensor Público Geral iniciativa legislativa exclusiva (art. 96, II c/c art. 134, §4º, da CRFB).¹⁹⁹

Por este turno a abertura de concurso para o preenchimento de vagas apenas pressupõe a existência de cargos vagos já criados, conforme aponta ESTEVES²⁰⁰. Entretanto, como visto no capítulo em questão, no cenário paranaense, tais cargos já foram criados. Sendo assim, o preenchimento dos cargos vagos já criados por lei no Estado do Paraná dependem da realização de concurso e da ampliação dos repasses de recursos para que sejam custeados os valores decorrentes tanto do trâmite quanto das novas nomeações, ou seja, trata-se de um impasse financeiro a ser trabalhado na relação entre DPE-PR, Assembleia Legislativa e Governo do Estado.

Esse problema macro abrange ainda outros dois derivados, quais sejam a evasão dos defensores e a reduzida quantidade de subsídios que os Estados (em especial o Estado do Paraná) repassa para as unidades para a contratação efetiva de novos funcionários.

Portanto, em que pese os aspectos interessantes do modelo chileno, principalmente a eficiência em alcançar um atendimento integral dos assistidos no país todo, muito graças ao sistema de defensores licitados que reduz os encargos financeiros, tal situação, além de não cabível ao contexto da Defensoria como já prevista no Brasil, também modificaria substancialmente seu sistema.

A representação dos gastos da *Defensoría Penal Pública* do Chile corresponde a um orçamento M\$57.589.605 em 2018. Desta quantia, 51% equivale ao gasto com pessoal (195 locais de planta e 720 funcionários da DPP) e 35% o Programa de licitações (524 jornadas de advogados privados realizando o

¹⁹⁸ ESTEVES, Diogo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública** / Diogo Esteves, Franklyn Roger Alves Silva. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018. pág. 87.

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ Ibidem.

serviço)²⁰¹. Em comparação imediata, a existência de advogados licitados parece atraente, visto seu baixo custo.

De pronto, já se verifica que a existência paralela de defensores sobre o regime *judicare*, por meio dos convênios, compensaria a falta de recursos disponíveis para as defensorias.

No entanto, a aplicação de um sistema minimamente similar no Brasil ensejaria modificações substanciais na composição da estrutura das Defensorias, chegando a ser impossível. Mesmo a implantação de um formato semelhante, com através de um convênio com a OAB, traria provável dificuldade gerada pelo conflito de interesses com a Ordem e o necessário dispêndio de tempo e de defensores para que ocorresse uma uniformização da atuação dos advogados e como isso seria controlado.

Modelo nesse sentido já é adotado como categoria de convenio entre a DPE-SP e a OAB/SP, na qual a Ordem delega a advogados particulares devidamente inscritos a atuação em causas de forma subsidiária à Defensoria. O Termo de Convênio de 2016²⁰² entre as duas instituições define os parâmetros de atuação dos advogados. Pelo corpo das cláusulas, são definidas obrigações à OAB para que atuem sempre conforme as regras de atuação da Defensoria, sempre devendo prestar informações à DPE-SP e a fixação dos critérios pela mesma. Todavia, o convênio ainda funciona por meio de honorários, o que traz à luz a presença de resquícios de um modelo misto.

²⁰¹ “La Ley N° 21.053, del 27 de diciembre de 2017, autorizó un presupuesto para 2018 de 57 mil 589 millones 605 mil pesos (M\$57.589.605). El gasto devengado al 31 de diciembre alcanzó a 58 mil 877 millones 302 mil pesos (M\$ 58.877.302), equivalente al 99,95 por ciento de ejecución. Estos recursos permitieron financiar principalmente el gasto en personal, que corresponde al 51 por ciento del gasto total acumulado y que incluye las remuneraciones y viáticos de una dotación autorizada de 720 funcionarios, incluidos los 195 defensores locales, además de los honorarios y horas extraordinarias. Por otra parte, el gasto del ‘Programa de licitaciones de defensa penal pública’ representó un 35 por ciento, con una dotación promedio mensual de 524 jornadas de abogados privados del servicio de defensa penal pública (470 jornadas de defensa general y 54 jornadas de defensa penitenciaria). El restante 14 por ciento estuvo compuesto por los gastos de operación, prestaciones previsionales, peritajes, auditorías externas, equipamiento y otros.” Defensoría Penal Pública. PROCESO CUENTA PÚBLICA PARTICIPATIVA. Santiago, Plaza Bulnes, miércoles 24 de abril de 2019. Disponible em: <<http://www.dpp.cl/resources/upload/files/documento/c1bb55f25fa7b2c8cb074b6a2c3d26c5.pdf>>.

Acesso em: 05 nov. 2019.

²⁰² Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Termo de Convênio entre DPE-SP e OAB-SP. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Download/SPI/Downloads/TermoConvenioDefensoriaOAB.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

Acerca do modelo paulista, subsistem diversas críticas, principalmente no sentido de que a parceria encontra entraves entre as duas instituições.

Da mesma forma, muito embora um eventual convênio possa gerar vinculação dos advogados com a Defensoria Pública, no sentido de uniformização de atuação e maior controle da prestação de assessoria jurídica realizada, o jogo político com a Ordem dificultaria ou até impossibilitaria a manutenção desse sistema de forma superior ao que já existe.

Recapitulando o que verificou VIRGÍLIO AFONSO DA SILVA²⁰³, o atual sistema de advocacia dativa, sem se adentrar ao mérito da qualidade da assessoria jurídica, é um sistema paralelo que representa um custo muito superior ao custo de toda a estrutura da Defensoria Pública, ironicamente, o sistema oficial e constitucional de assessoria. Nesse sentido, uma das necessidades imediatas é reverter o destino dos recursos dos Estados para o pagamento de honorários aos dativos, vez que, uma vez selecionado oficialmente o *salaried staff model*, o fortalecimento e manutenção de um modelo paralelo tende a representar a impossibilidade de crescimento do primeiro, como defende SILVA:

A adoção deste sistema, em concorrência com o modelo de Defensoria Pública é extremamente prejudicial ao desenvolvimento da instituição. A modernização institucional significará o término dos convênios firmados com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para prestação das atividades de assistência judiciária.²⁰⁴

Por sua vez, o autor destaca que a problemática advém das possíveis disputas políticas já apontadas:

Talvez o grande obstáculo a implementação de um modelo de Defensoria Pública seja a grande resistência daqueles que atualmente exercem a

²⁰³ “Ao contrário do que ocorre com os defensores públicos, que têm remuneração mensal fixa, os advogados que prestam serviço por meio de convenio com a OAB recebem por processo ou audiência. Em razão dessa disparidade, dentre outras, são gastos hoje no Estado de São Paulo quase 4 vezes mais com o convenio com a OAB (R\$ 272 milhões) do que com toda a infraestrutura (e não apenas os salários) da Defensoria Pública (R\$ 75 milhões).” SILVA, Virgílio Afonso da. **Parecer sobre o convenio entre a Defensoria Pública do Estado e a OAB/SP na prestação de assistência judiciária**. Revista da Defensoria Pública, São Paulo, n. 02, pág. 171.

²⁰⁴ SILVA, Franklyn Roger Alves. **O Modelo Brasileiro de Defensoria Pública e a Protecção Jurídica Portuguesa** – Semelhanças e Diferenças No Serviço De Assistência Jurídica. Revista Jurídica Luso Brasileira (RJLB), Ano 2 (2016), nº 3. 541-569. Disponível em: <http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2016/3/2016_03_0541_0569.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019. pág. 559.

atividade de assistência e jurídica e não aceitam perder este espaço em razão da implementação de um novo modelo.²⁰⁵

Todavia, outra proposta é possível. Hoje, as defensorias estaduais brasileiras possuem cargos de assessores jurídicos, normalmente vinculados aos núcleos (existência de um assessor jurídico para todo o núcleo criminal, por exemplo, como é a realidade da Sede Criminal da DPE-PR em Curitiba). Apesar de necessários, tais funcionários encontram limitações de atuação em razão da inexistência de autonomia, sendo muitas vezes subutilizados.

Sendo assim, uma possibilidade seria mesclar a existência desses assessores com o fundamento de descentralização existente na proposta dos advogados licitados chilena, de forma que, ao menos, tais funcionários pudessem assistir aos assistidos com maior autonomia em relação aos defensores aos quais são subordinados. Para tanto, manter-se-ia a diferença remuneratória em relação a estes, contudo permanecendo ligados essencialmente à instituição e submetidos aos cuidados do Defensor-Público Geral, bem como, de forma mais próxima, ao próprio Defensor chefe de cada setor.

Destarte, admite-se que o fator primordial de carência, sobretudo da Defensoria Pública do Estado do Paraná, em âmbito criminal, é a inexistência de um número suficiente de Defensores, porquanto existam demasiados estagiários. A existência de funcionários em graduação promove o desenvolvimento dos futuros profissionais e enriquece a atuação das equipes, mas não traz resultados significantes pela impossibilidade de que estes atuem por conta própria, como ocorre com os assessores jurídicos.

Assim, é necessário readequar as equipes a fim de que sejam criadas mais delas, possivelmente com menos funcionários em cada equipe, mas com um maior número de equipes. Portanto, a proposta seria promover uma mudança na natureza de competência dos assessores jurídicos, a fim de que possam cuidar de casos de maneira autônoma.

²⁰⁵ SILVA, Franklyn Roger Alves. **O Modelo Brasileiro de Defensoria Pública e a Protecção Jurídica Portuguesa** – Semelhanças e Diferenças No Serviço De Assistência Jurídica. Revista Jurídica Luso Brasileira (RJLB), Ano 2 (2016), nº 3. 541-569. Disponível em: <http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2016/3/2016_03_0541_0569.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019. pág. 567.

De outro lado, a criação dessa nova modalidade de funcionários a desempenhar funções jurídicas não representaria mudança na competência constitucional da Defensoria de promover tal assistência, no sentido da vedação presente na ADI nº 4.163/SP²⁰⁶, mas modificaria as diretrizes internas de funcionamento de cada uma delas. Eventual aparência de inconstitucionalidade, todavia, não seria intranspassável, visto que a proposta não alteraria a competência constitucional da Defensoria como promotora da assessoria jurídica gratuita aos que não podem custeá-la.

Da mesma forma, vez que não se tratam de defensores, a inserção dos funcionários intermediários não encontraria limite na barreira referente ao método de nomeação dos defensores expressamente mediante concurso público.

Cabe o questionamento, por conseguinte, se isso seria vedado pela regra do ingresso dos defensores por concurso público, ao que se responde com duas pontuações: a) seria possível realizar a ampliação para assessores jurídicos que trabalhem sob regime concursal, como o é boa parte do corpo de funcionários das defensorias, de forma que, se sua natureza for considerada de forma equiparada a dos defensores em razão da atuação, já estariam submetidos ao regime de concurso público; e b) concretizando que não se considerassem analogamente como defensores, mesmo que realizem atividades semelhantes, o que permitiria outros regimes de contratação e não exigiria concurso, como livre nomeação de comissionados.

Portanto, a criação de um servidor intermediário entre um Defensoria e um funcionário comum, seja por concurso ou por livre nomeação, poderia vencer tais limitações e ser uma alternativa ao déficit de defensores.

Quanto à forma de remuneração, entende-se ser preferível o pagamento através de vencimentos mensais fixos, como ocorre atualmente com os servidores

²⁰⁶ “É dever constitucional do Estado oferecer assistência jurídica gratuita aos que não disponham de meios para contratação de advogado, tendo disso a Defensoria Pública eleita, pela Carta Magna, como o único órgão estatal predestinado ao exercício originário dessa competência. Daí, qualquer política pública que desvie pessoas ou verbas para outra entidade, com o mesmo objetivo, em prejuízo da Defensoria, insulta a Constituição da República”. STF - ADI: 4163 SP, Relator: Min. CEZAR PELUZO, Data de Julgamento: 29/02/2012, Tribunal Pleno, Data de Publicação ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-040 DIVULG 28-02-2013 PUBLIC 01-03-2013. **JusBrasil**, 2012. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24808086/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-4163-sp-stf>>. Acesso em 23 out. 2019.

jurídicos de assessoria, afastando completamente o pagamento por honorários, uma das maiores problemáticas do sistema atual de dativos. Ainda que abaixo do salário destinado aos defensores, não se trataria de um salário ínfimo.

Mesmo sendo admitida a inspiração ao modelo chileno, as hipóteses acima descritas não acarretariam na assunção necessariamente de um modelo misto, não se verificando a faceta do modelo *judicare*, uma vez que o pagamento seria fixo mensal e não de vencimentos por atuação em cada caso como o modelo da advocacia dativa. Por sua vez, a proposta trata-se da criação de um cargo intermediário, preenchido de maneira mais ágil e com menor custo à instituição.

Verifica-se que o modelo chileno, embora existam críticas em relação à utilização de advogados particulares como prestadores principais de assessoria jurídica, alcançou resultados práticos positivos muito rapidamente, sendo instalada completamente em menos de 5 anos, conforme apresentado no capítulo 4.2.1. Em contrapartida à satisfatória realidade chilena, no Brasil, desde a criação da Defensoria Pública em 1988 com a promulgação da Constituição e com a posterior inclusão do Art. 98 da ADCT via EC nº80/2014, passaram-se 21 anos sem que ao menos fosse alcançado um resultado mínimo frente ao estabelecido como meta. Mesmo considerando que a Defensoria brasileira possui muitas áreas de atuação para além da criminal, vista no Chile, muitos casos de mostram alarmantes. No Paraná, desde a criação formal da Defensoria em 2011, existem pouco mais de 11,6% do total necessário de Defensores (todas as áreas) em 8 anos de existência da mesma, isto é, têm-se aproximadamente 104 defensores para um número previsto de 895 (conforme estimativa do “Planejamento de Expansão e Emenda 80”²⁰⁷). Por sua vez, as estimativas para o cumprimento das demandas do Art. 98, §1º, da ADCT e das demais recomendações de implantação de defensoria (leis estaduais) estão longe de serem cumpridas, mesmo com a iminência do prazo determinado pelo dispositivo (5 anos a contar da inclusão do texto em 2014 – até 2022).

Portanto, antes de mais nada, é preciso consolidar a escolha pelo *salaried staff model* compreendido pela Defensoria, em contrapartida ao sistema vigente no qual subsiste subsidiária e paralelamente a um modelo *judicare* vigente,

²⁰⁷ Defensoria Pública do Estado do Paraná. **Planejamento de Expansão e Emenda 80**. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=246>>. Acesso em 15 out. 2019.

materializado nas parcerias das Unidades Federativas com suas respectivas seccionais da OAB. Por consequência e de maneira fundamental, deve-se disponibilizar mais recursos às Defensorias para que a abrangência do serviço originário, isto é, a promoção direta de assessoria jurídica e judiciária em processos, sobretudo no âmbito criminal, alcancem patamares satisfatórios conforme os §§1º e 2º, do Art. 98, das ADCT, principalmente tendo em vista que hoje parte desses subsídios são destinados ao sistema paralelo de advogados dativos.

Nesse sentido, o foco deve ser a ampliação da defesa de assistidos em todas as comarcas e em todas as unidades judiciárias destas. Para tanto, considerando a escassez de recursos, uma via possível seria ampliar a atuação de funcionários de apoio, expandindo a autonomia dos funcionários jurídicos.

Pelo estudo do modelo chileno ao longo do presente trabalho, conclui-se que, apesar dos resultados satisfatórios do serviço misto no país andino, a exportação do modelo público-privado para o Brasil representa um retrocesso à primeira vista. Primeiramente, se mostra inviável pela vedação constitucional da transferência da titularidade da Defensoria Pública para outro sistema²⁰⁸. Em segundo lugar, mesmo com a promoção de uma readequação completa a fim de receber o modelo chileno, inúmeras adversidades seriam encontradas, como a independência das Defensorias dos Estados e das próprias Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil. Ademais, o terceiro e principal ponto reflete no prejuízo que tal incorporação traria a um sistema autônomo e consolidado (ao menos formalmente) de instituição.

Em contrapartida, o que pode ser aprendido com a experiência chilena é a necessidade de difusão e utilização de outros agentes além dos Defensores Públicos, sendo a sugestão aqui proposta a de investimento no fortalecimento da autonomia dos assessores jurídicos (concursados ou comissionados) bem como a contratação de um maior número de representantes dessas categorias.

Contudo, não se pode deixar de estabelecer um número mínimo de defensores concursados para cada sede propriamente dita da Defensoria. Essa deve ser a medida aplicada especialmente nas cidades interioranas, como se mostra

²⁰⁸ Sobre o tema, reitera-se o entendimento jurisprudencial (STF - ADI: 4163 SP) da impossibilidade de investimento em outros sistemas, como convênios com as OAB, mesmo como paralelo, por entender-se prejudicar a transferência de subsídios às Defensorias.

no caso do Paraná²⁰⁹, onde é preciso ampliar significativamente a presença de defensores, pois há casos de cidades inteiras com apenas um defensor, ou pior, comarcas inteiras com apenas um defensor encarregado de (em tese) realizar a defesa dos assistidos em todas as esferas jurídicas.

Essas medidas de descentralização da sobrecarga dos Defensores Públicos, diferentemente daquela vista no modelo chileno, que acarreta na ampliação do outro lado da moeda, ou seja, da prestação privada do sistema *judicare*, representam um fortalecimento da própria Defensoria Pública como corpo institucional, estrutura essa que deve ser mantida uma vez que o *salaried staff model* promove a assessoria jurídica em âmbito amplo e coletivo, além de ultrapassar a mera prestação judiciária, promovendo ao mesmo tempo a orientação jurídica dos cidadãos atendidos. Nesse diapasão, Ribeiro e Machado expõem da seguinte forma as carências da proposta privada:

Entretanto, tem-se que, em seu desfavor, a restrição desse modelo à tutela individual de direitos. Desta forma, não são levadas ao Judiciário as demandas de defesa de interesses difusos e coletivos comuns aos necessitados e que estão intimamente interligadas a ideia de eficiência e amplitude ao acesso à justiça.²¹⁰

Portanto, inegável a qualificação potencial da Defensoria Brasileira em promover individual e coletivamente inúmeros direitos em perspectiva mais ampla. O déficit destacado ao longo de todo o trabalho, por sua vez, é representado pela faceta material, concretada na insuficiência de recursos financeiros e humanos para alcançar toda a gama de formas de atuação e prerrogativas conferidas à Defensoria. O fortalecimento da Defensoria Pública brasileira, que atua nas esferas cível, criminal, de família, infância e juventude, de forma individual e coletiva, constitucionalmente prevista e com inúmeras possibilidades, portanto, requer um esforço concreto de Defensores, legisladores e sobretudo dos agentes do respectivo

²⁰⁹ Na DPE-PR apenas Curitiba apresenta uma estrutura com um corpo amplo de Defensores e funcionários de apoio. Mesmo no caso de grandes cidades no interior, como Londrina e Maringá, ainda há uma imensa defasagem e um desproporcional número de membros.

²¹⁰ MACHADO, José Alberto Oliveira de Paula; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Assistência jurídica gratuita**: notas comparativas entre a França e o Brasil. 2018. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, v. 34, n. 2: 113-137, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.fdsu.edu.br/adm/artigos/0affff916be113694ee1733b87b512da.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2019. pág. 134.

poder executivo, a fim de ampliar (especialmente com recursos) a força potencial que a belíssima instituição possui.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do presente trabalho estabelece-se como premissa basilar o fato de ser o acesso à justiça um direito fundamental complexo, uma vez que possui em seu cerne a natureza de múltiplas dimensões de tais direitos, como postularam ESTEVES²¹¹ e GONZALEZ²¹². Nesse sentido, mais do que em outros casos, mostra-se como uma ferramenta para a consolidação e garantia dos demais direitos fundamentais constitucionais, por propiciar à população, de maneira mais democrática possível, as vias necessárias para exigir uma prestação estatal de observância das demais garantias.

Foi abordado também o longo caminho percorrido com diversos modelos aplicados de forma difusa no país até que fosse concretizada a garantia dessa prestação, em um primeiro momento, limitada à isenção das taxas judiciais para os litigantes sem condições de custeá-las, para em um momento posterior surgir sua mais tardia e fundamental faceta, a da assessoria jurídica gratuita. Após modelos regionalizados tentarem se aproximar do que se tem estabelecido hoje como modelo prioritário, a Defensoria do Rio de Janeiro, já no século XX, surgiu como protagonista.

Uma vez consolidado constitucionalmente o modelo de Defensoria, alterações periódicas complementavam-no. Com a promulgação de inúmeras emendas, a consolidação da Defensoria Pública nos moldes atuais traz um sistema de assessoria jurídica e judiciária que atua em inúmeras frentes, cível, família, infância e juventude, além de inúmeras demandas coletivas extraordinárias, portando transpassando a esfera criminal. Ademais, o reconhecimento da exclusividade da titularidade da Defensoria nesse sentido representa hoje um de seus principais fortalecedores, ao passo que também revela a maior inconsistência em sua instalação prática em boa parte do país. Isto pois, ao mesmo tempo em que se reconhece a impossibilidade de modelos paralelos, admite-se como via subsidiária a existência de um sistema de advogados dativos para atender aos

²¹¹ ESTEVES, Diogo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública** / Diogo Esteves, Franklyn Roger Alves Silva. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018. pág. 6.

²¹² GONZALEZ, Pedro. **A Dimensão Político-Democrática do Acesso à Justiça e da Assistência Jurídica Gratuita**. In: ALVES, Cleber Francisco; GONZALEZ, Pedro. *Defensoria Pública no Século XXI – Novos Horizontes e Desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, pág. 118/121.

casos em que a Defensoria não estiver apta a atuar (sobretudo por razões de impossibilidade material).

Como contraponto, verificou-se com o Chile a existência de um modelo *judicare* inserido dentro da própria defensoria, convivendo com outra parcela amparada no *salaried staff model*. Enquanto o Brasil lida com sua existência de modo extraoficial, o Chile institucionalizou a defesa pública gratuita realizada por advogados particulares dentro da própria estrutura de sua Defensoria Penal Pública (DPP). Os resultados analisados em torno do contexto do país ao ocidente da Cordilheira dos Andes tendem a sugerir a existência dos defensores licitados (que no Chile representam porcentagem de mais de 65% do total de defensores) como uma solução econômica e organizativamente adequada para tratar o problema do déficit do número de defensores no Brasil. O objetivo de se comparar os contextos de dois países com tradições tão distintas e com sistemas processuais penais fundados em princípios diametralmente opostos (inquisitivo, no Brasil, e acusatório ou adversarial no Chile) foi de se analisar puramente o modelo de Defensoria chileno, país tido como exemplo quanto ao seu processo penal reformado e acusatório na América Latina, e constatar se os pontos positivos do seu processo penal eram igualmente verificados para o modelo teórico de Defensoria por ele adotados (sistema misto público-privado ou dual, com *salaried staff model* e *judicare* simultâneos).

Embora o funcionamento da proposta aplicada pelo Chile seja efetivo, sobretudo por abranger todo o país de forma satisfatória sem déficits quantitativos, ao contrário do que se tem no Brasil, nota-se que alguns pontos fundamentais não se adequam minimamente aos princípios básicos da Defensoria Pública brasileira. Preliminarmente, dificulta-se a análise da realidade da extensão do serviço pela diferença entre a população dos dois países, 19,013 milhões no Chile²¹³ e 209,3 milhões no Brasil²¹⁴, bem como em razão de seus Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) – 0,843 no Chile e 0,759 no Brasil²¹⁵.

²¹³ WORLDOMETERS. Population. World. Latin America and the Caribbean. South America. Chile. Disponível em: <<http://worldpopulationreview.com/countries/chile-population/>>. Acesso em 14 nov. 2019.

²¹⁴ WORLDOMETERS. Population. World. Latin America and the Caribbean. South America. Brasil. Disponível em: <<https://www.worldometers.info/world-population/brazil-population/>>. Acesso em 14 nov. 2019.

²¹⁵ PNUD, ed. **Human Development Indices and Indicators**. 2018 Statistical Update. (14 de setembro de 2018). (PDF) (em inglês). Disponível em:

As dessemelhanças entre as defensorias também são notórias. Ressalta-se que a *Defensoría Penal Pública* apenas atua no âmbito criminal, em execução e infracional, ao passo que a Defensoria Pública do Brasil atua de forma ampla em demandas cíveis, dividindo em igualdade a importância dada à matéria criminal.

Outro diferencial é a divisão adotada pela instituição, uníssona no Chile, e dividida em Defensorias dos Estados no Brasil, o que propicia mais autonomia à cada defensoria estadual, mas acentua as disparidades materiais entre os Estados da Federação. Nesse ponto se revela outra grande problemática do cenário nacional brasileiro, a saber, a diferença estrutural entre as Defensorias Públicas dos Estados, no sentido de que algumas defensorias, certamente organizadas há mais tempo, como é o caso da DPE-RJ, possuem um quadro de defensores muito superior a outras, bem como uma abrangência pelo Estado e uma atuação mais efetiva. Todavia, a existência de um modelo Federativo de Estado, diferentemente do Chile, permite e requer que as Defensorias possuam tal descentralização.

As análises e as discussões travadas ao longo do presente trabalho demonstram o posicionamento de que o modelo de Defensoria instalado no país é um dos melhores possíveis. A dificuldade de instalação e expansão, por seu turno, está relacionada à falta de investimentos, disputas políticas entre os poderes e a Defensoria e mesmo com a própria OAB.

Pela análise do contexto paranaense em específico, verifica-se que o baixo número de defensores é uma das maiores dificuldades enfrentadas pela instituição, agravada no interior do Estado, bem como o baixo alcance geográfico nos municípios dessas regiões. As raízes do problema se concentram, principalmente, na ausência de um corpo suficiente de defensores, o que, por sua vez, é acarretado pela enorme evasão, sobretudo com a saída de defensores do interior para comporem os quadros da capital²¹⁶, assim como pela baixa crescente de investimentos do Estado para a Defensoria²¹⁷. Acerca das evasões, o atual

<http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2019.

²¹⁶ **Evasão de defensores públicos compromete serviço no interior.** Folha de Londrina, 2017. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/evasao-de-defensores-publicos-compromete-servico-no-interior-984501.html>>. Acesso em 17 out. 2019.

²¹⁷ Conforme os números apresentados anteriormente, o valor orçamentário destinado à Defensoria Pública do Estado do Paraná se manteve quase o mesmo nos últimos 5 anos, de cerca de R\$62.302.795,97 em 2014 (conforme TABELA 9), para R\$67.450.000 em 2019. PARANÁ. **Lei Ordinária nº 19766, de 17 de dezembro de 2018:** Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2019. Promulgada em 17 de dezembro de 2018. Palácio do Governo,

Defensor-Público Geral, Eduardo Pião Ortiz Abraão reconhece o grande prejuízo à Defensoria:

A posse dos defensores é o momento mais importante para a Defensoria Pública na atual gestão, pois com a vinda de novos defensores será possível reestabelecer alguns serviços, principalmente no interior do estado, que estavam prejudicados e começar a pensar também em uma ampliação²¹⁸

A evasão também se verifica no preenchimento de vagas de cargos de nível superior, ao passo que a própria DPE-PR propôs projeto de lei, aprovado em 12 de dezembro de 2018, que altera o regime de contratações dos servidores da instituição, de cargos efetivos para livre nomeação²¹⁹.

Nessa linha de raciocínio, as propostas apresentadas no capítulo final deste trabalho buscam alternativas para o preenchimento do déficit de profissionais para realizar a defesa criminal da população alvo. A alternativa de convênios com escritórios de advocacia, similar à atuação dos defensores licitados da *Defensoría Penal Pública* do Chile, representaria uma forma de retrocesso e um fortalecimento do modelo de advocacia dativa, como ensina SILVA:

A adoção deste sistema, em concorrência com o modelo de Defensoria Pública é extremamente prejudicial ao desenvolvimento da instituição. A modernização institucional significará o término dos convênios firmados com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para prestação das atividades de assistência judiciária.²²⁰

Como visto, essa inversão é prejudicial tanto por retirar o protagonismo e o investimento da Defensoria, quanto pelo alto custo²²¹ e por ser qualitativamente pior.

Curitiba-PR. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-19766-2018-parana-estima-a-receita-e-fixa-a-despesa-para-o-exercicio-financeiro-de-2019>>. Acesso em: 29 set. 2019.

²¹⁸ Defensoria Pública do Estado do Paraná. **Novos defensores tomam posse no Paraná**. Portal de notícias da Defensoria Pública do Paraná. 11 de dezembro de 2018. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/2018/12/1282/Novos-defensores-publicos-estaduais-tomam-posse-no-Parana.html>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

²¹⁹ FREY, João. **Defensoria transforma cargos efetivos em comissionados para combater evasão**. Gazeta do Povo, 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/joao-frey/defensoria-transforma-cargos-efetivos-em-comissionados-para-combater-evacao/>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

²²⁰ SILVA, Franklyn Roger Alves. **O Modelo Brasileiro de Defensoria Pública e a Protecção Jurídica Portuguesa – Semelhanças e Diferenças No Serviço De Assistência Jurídica**. Revista Jurídica Luso Brasileira (RJLB), Ano 2 (2016), nº 3. 541-569. Disponível em: <http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2016/3/2016_03_0541_0569.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019. pag. 559.

²²¹ “Ao contrário do que ocorre com os defensores públicos, que têm remuneração mensal fixa, os advogados que prestam serviço por meio de convenio com a OAB recebem por processo ou audiência. Em razão dessa disparidade, dentre outras, são gastos hoje no Estado de São Paulo

Por outro lado, uma alternativa para preencher o quadro de profissionais de assessoria jurídica proposta ao longo do capítulo final consiste seria estabelecer a contratação de profissionais (de natureza diferente de Defensor) com autonomia suficiente para ter a titularidade de determinadas varas criminais, sem que o ingresso se desse mediante concurso público, podendo se dar por nomeação, justamente para intentar uma maior agilidade nas nomeações. Uma solução nesse sentido possibilitaria a entrada de profissionais da área do direito de forma rápida, visto dispensar concurso público, com salários menores, embora não indignos, e que pudessem ser preenchidos mais rapidamente em caso de evasão. Tais profissionais estariam integralmente submetidos à Defensoria e aos Defensores chefes de cada setor.

Portanto, se conclui que o déficit da Defensoria Pública do Paraná, mesmo com o fortalecimento da instituição nos últimos anos, ainda é de difícil superação, ao passo que se mostra necessário que medidas alternativas sejam estabelecidas, e isso inclui observar a experiência de outros países e buscar soluções que se encaixem no contexto brasileiro, ou ideias que possam ser adequadas para a realidade das Defensorias Públicas brasileiras.

*quase 4 vezes mais com o convenio com a OAB (R\$ 272 milhões) do que com toda a infraestrutura (e não apenas os salários) da Defensoria Pública (R\$ 75 milhões)". SILVA, Virgílio Afonso da. **Parecer sobre o convenio entre a Defensoria Pública do Estado e a OAB/SP na prestação de assistência judiciária.** Revista da Defensoria Pública, São Paulo, n. 02. pág. 171.*

7 REFERÊNCIAS

ADEPAR. **Paraná tem a pior média do país em número de defensores estaduais.** Site ANADEP, 2018. Disponível em: <<https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=37936>>. Acesso em 29 set. 2019.

A Defensoria Pública. **Mapa da Defensoria.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria/a-defensoria-publica>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Ordenações Filipinas**, vols. 1 a 5; Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro de 1870. pág. 695. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/l3p695.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ALVES, Cleber Francisco. **A estruturação dos serviços de assistência jurídica nos Estados Unidos, na França e no Brasil e sua contribuição para garantir a igualdade de todos no Acesso à Justiça.** 2005. 606 f. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ALVES, Cleber Francisco. **Justiça para Todos!** Assistência Jurídica Gratuita nos Estados Unidos, da França e no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

ANADEP. **Mapa da Defensoria Pública no Brasil.** Brasília, DF: 2013.

ARELLANO, Jaime; FANDIÑO, Marco; RUA, Gonzalo; FIBLA, Gonzalo. **Desafios de la Reforma Procesal Penal em Chile:** Análisis retrospectivo a más de una década. Disponível em: <<http://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2018/09/doctrina47011.pdf>>.

ASSIS, Victor Hugo Siqueira. **Defensoria Pública:** Histórico, Afirmação e Novas Perspectivas. Brasília: Revista da Defensoria Pública da União. n.12. p.1-480.

Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEP). **Diagnóstico de la Defensoría Pública en América.** 2012. Disponível em <<https://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2015/08/Diagnostico-DP.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2019.

Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. **Historia de la Ley nº 19.718;** Crea la Defensoría Penal Pública. D. Oficial 10 de marzo, 2001.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional.** 6. Ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 set. 2019.

BRASIL. “**Atas da Assembleia Nacional Constituinte**”. Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1987a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004**. Promulgada em 30 de dezembro de 2014. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm>. Acesso em: 24 set. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 80, de 4 de junho de 2014**. Promulgada em 4 de junho de 2014. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc80.htm>. Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar 132 de 7 de outubro de 2009**: Promulgada em 7 de outubro de 2009. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp132.htm>. Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 80 de 12 de janeiro de 1994**: Promulgada em 12 de janeiro de 1994. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp80.htm>. Acesso em: 28 set. 2019.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CAROCA, Alex. **La Defensa En El Nuevo Proceso Penal**. In: Revista Chilena de Derecho, Vol. 29 Nº 2, pp. 283-301 (2002). Sección Estudios.

CASAS MAIA, Maurílio. **O modelo constitucional de assistência jurídica (Defensoria Pública) e o sistema federativo: defensorias municipais? O caso da ADPF 279**. Revista dos Tribunais, São Paulo, vol. 987, jan. 2018.

CASTRO, A. Prefácio. In: ROCHA, J. L. **Uma história da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro** – ADPERJ. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

CHILE. **Decreto 495, de 19 de agosto de 2002**. Promulgada em 20 de maio de 2002. Santiago, CH: Presidente da República. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=201706>>. Acesso em: 15 out. 2019.

CHILE. **Ley nº 19696 de 29 septiembre 2000. Código Procesal Penal**. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=176595>>. Acesso em 24 set. 2019.

CHILE. **Ley nº 19718, de 10 de março de 2001**. Promulgada em 27 de fevereiro de 2001. Santiago, CH. Disponível em: <<https://leychile.cl/Navegar?idNorma=182755>>. Acesso em: 14 out. 2019.

CHILE. **Resolución Núm. 3.389 Exenta, 4 de noviembre de 2010**. Promulgada em 4 de novembro de 2010. Santiago, CH. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1019206>>. Acesso em: 16 out. 2019.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 16 DE JULHO DE 1934). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 08 set. 2019.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 08 set. 2019.

CORGOSINHO, Gustavo. **Defensoria Pública: princípios institucionais e regime jurídico**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014.

Defensoría Penal Pública. **PROCESO CUENTA PÚBLICA PARTICIPATIVA**. Santiago, Plaza Bulnes, miércoles 24 de abril de 2019. Disponível em: <<http://www.dpp.cl/resources/upload/files/documento/c1bb55f25fa7b2c8cb074b6a2c3d26c5.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

Defensoria Pública do Estado do Paraná. **Novos defensores tomam posse no Paraná**. Portal de notícias da Defensoria Pública do Paraná. 11 de dezembro de 2018. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/2018/12/1282/Novos-defensores-publicos-estaduais-tomam-posse-no-Parana.html>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

Defensoria Pública do Estado do Paraná. **Núcleos Especializados**. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/pagina-436.html>>. Acesso em 23 out. 2019.

Defensoria Pública do Estado do Paraná. **Planejamento de Expansão e Emenda 80**. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=246>>. Acesso em 15 out. 2019.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Institucional. **Nossa História**. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/Institucional/historia>>. Acesso em 24 ago. 2019.

DÍAZ, Pablo Ortiz. **El Modelo Chileno de La Gestión de Defensa Penal: Intervención del Director Administrativo Nacional de la Defensoría Penal Pública de Chile**. Santiago, Chile, mayo de 2007. Disponível em: <http://biblioteca.cejamericas.org/bitstream/handle/2015/2855/Ortiz_modelogestiodedefensapenal_Chile.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 out. 2019.

DPE-PR. III Concurso para Defensor Público. **“Edital do III Concurso para Defensor Público do Estado do Paraná”**. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/pagina-388.html>>. Acesso em: 28 set. 2019.

DPE-PR. **História da DPE-PR**. Defensoria Pública do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/2018/05/1020/Defensoria-Publica-do-Parana-7-anos-de-muita-historia-e-orgulho.html>>. Acesso em: 24 set. 2019.

DPE-PR. Institucional. Mapa das Cidades. **Cidades em que há atuação da Defensoria Pública**. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=35>>. Acesso em: 18 out. 2019.

DPE-PR. **Site da Defensoria Pública do Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/>>. Acesso em 6 set. 2019.

DPE-SC. Institucional. **História da Defensoria Pública no Brasil e no Estado de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.defensoria.sc.gov.br/index.php/institucional>>. Acesso em: 27 set. 2019.

DPP. Defensoria Penal Pública de Chile. **La Defensoria**. Disponível em: <http://www.dpp.cl/pag/1/13/la_institucion>. Acesso em 27 set. 2019.

ESTEVES, Diogo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública** / Diogo Esteves, Franklyn Roger Alves Silva. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Evasão de defensores públicos compromete serviço no interior. Folha de Londrina, 2017. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/evasao-de-defensores-publicos-compromete-servico-no-interior-984501.html>>. Acesso em 17 out. 2019.

FANDIÑO, Marco; RUA, Gonzalo; MORENO, Leonardo, FIBLA, Gonzalo. **Desafíos de la Reforma Procesal Penal en Chile**: análisis retrospectivo a más de una década. Centro de Estudios de Justicia de las Americas, CEJA, 2017.

GIUDICELLI, Gustavo Barbosa. **A Defensoria Pública nos 30 Anos da Constituição Federal**: consolidação, desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

GONZALEZ, Pedro. **A Dimensão Político-Democrática do Acesso à Justiça e da Assistência Jurídica Gratuita**. In: ALVES, Cleber Francisco; GONZALEZ, Pedro. Defensoria Pública no Século XXI – Novos Horizontes e Desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

GRECO, Leonardo. **Instituições de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015, vol. I.

GUSTIN, Miracy B. S. **Efetividade e fundamentos da interdisciplinaridade no Ensino Superior**. Belo Horizonte: Revista FGV, 2004.

Informe Estadístico 2018 da Defensoría Penal Pública do Chile. ISSN 0718 – 2899 [Versión 28 enero 2019]. Disponível em: <<http://www.dpp.cl/resources/upload/files/documento/7c01bb847dc611d6bec499ca8d6e179.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2019.

IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil / organizadoras, Gabriella Vieira Oliveira Gonçalves, Lany Cristina Silva Brito, Yasmin von Glehn Santos Filgueira. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. 138 p. : il. color. -- (Diálogos da justiça).

LIMA, Frederico Rodrigues Viana de. **Defensoria Pública.** Salvador: JusPodivm, 2015.

MACHADO, José Alberto Oliveira de Paula; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Assistência jurídica gratuita:** notas comparativas entre a França e o Brasil. 2018. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, v. 34, n. 2: 113-137, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.fdsu.edu.br/adm/artigos/0affff916be113694ee1733b87b512da.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

MAGALHÃES, Leonardo Cardosos de. **Breves Comentários Sobre o Sistema Penal Chileno e o Papel da Defensoria Pública no Paradigma Democrático.** Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/418129544/Breves-Comentarios-Sobre-o-Sistema-Penal-Chileno-e-o-Papel-Da-Defensoria-Penal-Publica>>. Acesso em: 21 out. 2019.

Manifesto Pró-Defensoria Pública. Disponível em <<https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/justica-e-direitos-para-quem/17030>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

Manifesto Pró-Defensoria Pública. Tadeu Veneri. Disponível em: <<http://www.tadeuveneri.com.br/noticias/3/noticias/1624/movimento-pro-defensoria-publica-lanca-manifesto>>. Acesso em 30 ago. 2019.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MORAES, Guilherme Penã de. **Instituições da Defensoria Pública.** São Paulo: Malheiros, 1999.

MORAES, H. P.; SILVA, J. F. T. **Assistência judiciária:** sua gênese, sua história e a função protetiva do Estado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1984.

MORAES, Humberto Peña; SILVA, José Fontenelle Teixeira. **Assistência judiciária:** sua gênese, sua história e a função protetiva do estado. 2.ed. Rio de Janeiro: Líber Jurídica, 1984. pág. 81-85 apud OLIVEIRA, Simone dos Santos. **Defensoria pública brasileira:** sua história. REVISTA DE DIREITO PÚBLICO, LONDRINA, V. 2, N. 2, P. 59-74, MAIO/AGO. 2007.

MORAES, Sílvio Roberto Mello. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

MOREIRA, Helena Delgado Ramos Fialho. **Poder Judiciário no Brasil: crise de eficiência**. Curitiba: Juruá, 2009.

MOREIRA, Thiago de Miranda Queiroz. **A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA**: Disputas Por Espaço No Sistema De Justiça. em Revista OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 23, nº 3, set.-dez., 2017: e-ISSN 1807-0191.

MOREIRA, Thiago de Miranda Queiroz. **A criação da Defensoria Pública nos Estados**: conflitos institucionais e corporativos no processo de uniformização do acesso à justiça. São Paulo: 2016.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **A Defensoria Pública na construção do Estado de Justiça**. Revista de Direito da Defensoria Pública, 1995.

MPPR. Site do Ministério Público do Estado do Paraná. Estrutura Remuneratória de Membros e Servidores. **Tabela de Remuneração dos membros**. Disponível em: <<http://www.transparencia.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=33>>. Acesso em 28 set. 2019.

MPPR. Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional. **Divisão das Comarcas paranaenses, por entrância e por seções judiciárias**. Disponível em: <<http://www.planejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2813>>. Acesso em 27: out. 2019.

Nacional Public Defender Office – **Chilean Report, presented at Internacional Legal Aid Group Conference**, Edinburgh, 2015.

OLIVEIRA, Simone dos Santos. **Defensoria pública brasileira: sua história**. REVISTA DE DIREITO PÚBLICO, LONDRINA, V. 2, N. 2, P. 59-74, MAIO/AGO. 2007.

Ordenações Filipinas, vols. 1 a 5; Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro de 1870. pág. 695. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/l3p695.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

PAIVA, Caio. **Prática Penal para a Defensoria Pública**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

PARANÁ. **Lei Complementar 136, de 19 de maio de 2011**: Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Promulgada em 19 de maio de 2011. Palácio do Governo em Curitiba, PR. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=60033&indice=1&totalRegistros=5&anoSpan=2016&anoSelecionado=2011&mesSelecionado=0&isPaginado=true>>. Acesso em: 26 set. 2019.

PARANÁ. **Lei Ordinária nº 19766, de 17 de dezembro de 2018**: Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2019. Promulgada em 17 de dezembro de 2018. Palácio do Governo, Curitiba-PR. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-19766-2018-parana-estima-a-receita-e-fixa-a-despesa-para-o-exercicio-financeiro-de-2019>>. Acesso em: 29 set. 2019.

PNUD, ed. **Human Development Indices and Indicators**. 2018 Statistical Update. (14 de setembro de 2018). (PDF) (em inglês). Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2019.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcante. **Comentários ao código de processo civil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

Portada. La Defensoría. Defensoría en regiones. Metropolitana Norte. Descripción. **Descripción Defensoria Regional Metropolitana Norte**. Disponível em: <http://www.dpp.cl/pag/50/147/informacion_general>. Acesso em 30 set. 2019.

Portada. La Defensoría. Defensoría en regiones. Metropolitana Norte. **Defensoria Regional Metropolitana Norte**. Disponível em: <http://www.dpp.cl/pag/146/308/region_metropolitana_norte>. Acesso em 30 set. 2019.

POSTIGO, Leonel González; FANDIÑO, Marco. **Balance y propuestas para la consolidación de la justicia penal adversarial em América Latina**. In: BOGANI, Laura Cora (Org.). La Justicia penal adversarial em América Latina. Santiago: Centro de Estudios de Justicia de las Américas, 2018.

ROCHA, J. L. **Uma história da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro – ADPERJ**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

SILVA, Franklyn Roger Alves. **O Modelo Brasileiro de Defensoria Pública e a Proteção Jurídica Portuguesa** – Semelhanças e Diferenças No Serviço De Assistência Jurídica. Revista Jurídica Luso Brasileira (RJLB), Ano 2 (2016), nº 3. 541-569. Disponível em: <http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2016/3/2016_03_0541_0569.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Parecer sobre o convenio entre a Defensoria Pública do Estado e a OAB/SP na prestação de assistência judiciária**. Revista da Defensoria Pública, São Paulo, n. 02.

STF - ADI: 4163 SP, Relator: Min. CEZAR PELUZO, Data de Julgamento: 29/02/2012, Tribunal Pleno, Data de Publicação ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-040 DIVULG 28-02-2013 PUBLIC 01-03-2013. **JusBrasil**, 2012. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24808086/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-4163-sp-stf>>. Acesso em 23 out. 2019.

Tadeu Veneri. Notícias. **“Movimento Pró-Defensoria Pública lança manifesto”**. Disponível em: <<http://www.tadeuveneri.com.br/noticias/3/noticias/1624/movimento-pro-defensoria-publica-lanca-manifesto>>. Acesso em: 27 set. 2019.

TJPR. Consultas. **Endereços e Informações. Consultar Magistrados (Comarcas e Seções)**. Disponível em: <<https://www.tjpr.jus.br/magistrados>>. Acesso em: 26 out. 2019.

WORLDOMETERS. Population. World. Latin America and the Caribbean. South America. Chile. Disponível em: <<http://worldpopulationreview.com/countries/chile-population/>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

WORLDOMETERS. Population. World. Latin America and the Caribbean. South America. Brasil. Disponível em: <<https://www.worldometers.info/world-population/brazil-population/>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

ZIMMERMANN, Augusto. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.